

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-Reitor

Prof. Mario Sergio Alves Carneiro

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Lincoln Tavares Silva

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Profª. Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis

Profª. Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais

Profª. Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Ciências Sociais

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Prof. Fernando Lattman-Weltman

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof. Paulo D'Avila Filho (Coordenação Geral)

Profª. Maira Covre (Coordenação Adjunta)

Profª. Lia Rocha (Coordenação Acadêmica)

DOI: 10.12957/irei.2023.77482

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 25 número 1
Julho de 2023



Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções **Revista de Estudos Interdisciplinares**

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Maria Claudia Coelho, Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro e Waleska Aureliano

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Thaissa Cabral

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud Gestão e Capacitação Empresarial

Publicação Quadrimestral – 2023.1

Esse número contou com o apoio da FAPERJ - Edital 48/2021 - Apoio à Publicação de Periódicos Científicos e Tecnológicos e à Infraestrutura de Editoras – 2021.

Conselho Editorial

Anália Torres Instituto Universitário de Lisboa
Antónia Pedrosa de Lima, Instituto Universitário de Lisboa
Bernardo Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Cecília Loreto Mariz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Araújo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Clara Cristina Jost Mafra (in memorian)
Clarice Ehlers Peixoto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Claudia Barcellos Rezende, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Rocha, Western Sydney University, Sydney, Austrália
Cynthia Sarti, Universidade Federal de São Paulo
Guy Bellavance, Universidade de Quebec
Hector Leis, Universidade Federal de Santa Catarina
Helio R. S. Silva, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Ítalo Moriconi, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
João Trajano Sento-Sé, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Reginaldo Gonçalves, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Josué Pereira da Silva, Universidade Estadual de Campinas
Jurandir Freire Costa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Eduardo Soares, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Luiz Flavio Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Maria Luiza Heilborn, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Marjo de Theije, Universidade Livre de Amsterdã
Mark Harris, University of St Andrews, Escócia
Maurício Tenório-Trillo, Universidade de Chicago
Myrian Sepúlveda dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Nélida Archenti, Universidad de Buenos Aires
Paul C. Freston, Wilfrid Laurier University, Waterloo, Ontário, Canadá
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Universidade Federal de Pernambuco
Ricardo Benzaquen de Araújo (in memorian), Brasil
Roberto DaMatta, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sahra Gibbon, University College London
Sergio Costa, Universidade Livre de Berlim
Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas
Susana Durão, Universidade de Lisboa
Susana Margulies, Universidad de Buenos Aires
Susana Narotzky, Universidade de Barcelona
Valter Sinder, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 25, n.1 (2023)-
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;
CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;
LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;
EBSCO;
OPEN EDITION / Revues.org;
Cengage-Learning;
DOAJ – Directory of Open Access Journals

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

- Homens e cuidado: uma análise crítica da aprovação da licença-paternidade na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) 5
Valéria Calvi, Soraya Vargas Côrtes
DOI: 10.12957/irei.2023.77484
- Discursos morales y prácticas penitenciarias. Las teorías del desistimiento del delito y el valor del arrepentimiento en el “Plan de Sentencia” del Servicio Penitenciario Federal argentino30
Andrea N. Lombraña
DOI: 10.12957/irei.2023.77486
- A formação de uma agremiação situacionista na Era Vargas: origens das carreiras políticas de dirigentes e candidatos do Partido Social Democrático do Paraná (1933-1937)51
Sandro Aramis Richter Gomes
DOI: 10.12957/irei.2023.77487
- O Senado em duas décadas: *Social Background* dos Senadores Eleitos entre 1994 e 201483
Alison Ribeiro Centeno
DOI: 10.12957/irei.2023.77489
- Reflexões sobre a noção de autor na obra benjaminiana: um olhar a partir do relato autobiográfico "Varandas" 104
Alessandro Gomes Enoque
DOI: 10.12957/irei.2023.77490
- O fetichismo e o espetáculo 121
Fábio Elias Verdiani Tfouni, Maurício Beck, Rodrigo Oliveira Fonseca
DOI: 10.12957/irei.2023.77491

Contents

Men and Care: A Critical Analysis on the Paternity Leave Approval in the National Constituent Assembly (1987-1988) 5

Valéria Calvi, Soraya Vargas Côrtes
DOI: 10.12957/irei.2023.77484

Moral discourses and prison practices. Desistance Theories and the value of repentance in the “Plan de Sentencia” of the Argentine Federal Penitentiary Service (SPF)30

Andrea N. Lombraña
DOI: 10.12957/irei.2023.77486

The Formation of a Ruling Political Party in the Vargas Era: The Origins of the Political Careers of Paraná's Social Democratic Party's Leaders and Candidates (1933-1937)51

Sandro Aramis Richter Gomes
DOI: 10.12957/irei.2023.77487

The senate in two decades: the Elected Senators' Social Background between 1994 and 2014 ...83

Alison Ribeiro Centeno
DOI: 10.12957/irei.2023.77489

Reflections on the notion of author in the benjaminian work: a look from the autobiographical account "Balconies" 104

Alessandro Gomes Enoque
DOI: 10.12957/irei.2023.77490

Fetishism and the Spectacle..... 121

Fábio Elias Verdiani Tfouni, Maurício Beck, Rodrigo Oliveira Fonseca
DOI: 10.12957/irei.2023.77491

Artigos

Homens e cuidado: uma análise crítica da aprovação da licença-paternidade na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Valéria Calvi ¹Soraya Vargas Côrtes ²

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar os pressupostos ideacionais de gênero implicados na aprovação da licença-paternidade na Assembleia Nacional Constituinte, institucionalizando, dessa forma, a paternidade no Brasil. Da promulgação da Constituição Federal em 1988 até o presente momento, o país passou por transformações em suas bases produtivas e reprodutivas que requerem a revisão da licença com vistas à corresponsabilização pelos cuidados intrafamiliares. A licença-paternidade integra as políticas familiares do sistema de proteção social brasileiro, com características familistas, e segue, até o presente momento, carente de regulamentação. São analisados os discursos relativos aos posicionamentos favoráveis e contrários à licença na etapa do Plenário, atentando para a relação estabelecida entre homens e cuidado. Utiliza-se o instrumental teórico-metodológico do Institucionalismo Discursivo e da Análise Crítica de Discurso. Nos discursos, prevaleceram os pressupostos do sistema sexo-gênero e o familismo, ainda que com modificações importantes no papel do pai enquanto cuidador. O artigo contribui para a compreensão da [necessária] transformação do papel generificado dos homens no âmbito privado, entendendo-o como parte da mudança [necessária] nas relações da díade ideal homens-mulheres no interior e no exterior das famílias no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave

licença-paternidade; familismo; Assembleia Nacional Constituinte.

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidad de Valencia (Espanha). *E-mail*: valeriacalvi2@gmail.com.

² Doutora em Políticas e Administração Social pela London School of Economics and Political Science (Reino Unido). Professora do Departamento de Sociologia e Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *E-mail*: cortes.soraya@gmail.com.

Abstract

The article aims to analyze the ideational gender assumptions involved in the paternity leave's approval in the National Constituent Assembly, thus institutionalizing paternity in Brazil. From the Federal Constitution's promulgation in 1988 to present days, the country has undergone transformations in its productive and reproductive bases that require the leave's revision with a view focused on the co-responsibility for care inside the family. Paternity leave is part of the family policies of the Brazilian social protection system, with familistic characteristics, and still remains unregulated. The discourses related to positions in favor and against the license in Plenary stage are analyzed, considering the relationship established between men and care. Discursive Institutionalism and Critical Discourse Analysis are used as theoretical and methodological frameworks. The assumptions of the sex-gender system and familism prevailed in the discourses, although with important changes in the father's role as a caregiver. The article contributes to the understanding of the [necessary] transformation of men's gendered role in the private sphere, understanding it as part of the [necessary] change in the relations of the ideal male-female dyad inside and outside families in contemporary Brazil.

Keywords

paternity leave; familism; National Constituent Assembly.

Introdução

Desde os anos 1970, o Brasil vem passando por transformações nas suas bases produtivas e reprodutivas em que as mulheres se consolidaram como provedoras (SORJ, 2004), porém seguem sendo as principais responsáveis pelo cuidado, o que conduz à sobrecarga de trabalho feminino (ARAÚJO; SCALON, 2005; ITABORAÍ, 2017). A consolidação do papel das mulheres como provedoras e seu crescente deslocamento, na família, da posição de cônjuge para a posição de chefe, não foram acompanhados pela redefinição do papel dos homens na mesma proporção, no que concerne ao trabalho reprodutivo, conforme pesquisas sobre uso do tempo de homens e mulheres mais recentes (PNAD, 2019).

Organismos internacionais têm feito recomendações aos países para promover uma reorganização social do cuidado de maneira a fomentar a corresponsabilização entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares entre mulheres, homens, Estado e sociedade em geral (TURNS, 2011). Estudos feministas no campo das políticas sociais têm se dedicado ao tema no Norte e no Sul global (DALY; LEWIS, 2000; MARTÍNEZ FRANZONI,

2007; LEÓN; SALIDO, 2015; GUIMARÃES; HIRATA, 2020), constituindo uma agenda internacional de pesquisa em que ganha espaço a questão do papel do homem como cuidador e do Estado na garantia desse papel.

É nesse debate que este artigo se insere ao analisar os pressupostos ideacionais de gênero mobilizados nos discursos que conduziram à aprovação da licença-paternidade na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), institucionalizando, no âmbito legal, a paternidade e seus significados na sociedade brasileira. O direito à licença, aplicado imediatamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), até hoje não foi regulamentado pela legislação ordinária. Entende-se que uma associação positiva entre homens e cuidado tem potencial para redefinir a divisão sexual do trabalho em âmbito privado, além da própria concepção de cidadania que norteia a formulação de políticas públicas.

No Brasil, ainda são poucos os estudos, no campo das políticas públicas ou das ciências sociais, que tratam das desigualdades de gênero na esfera familiar focalizando homens e cuidado. Dentre eles, há os que tratam da paternidade no nível individual (SILVA, 2015; BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; SARTOR, 2018) e aqueles que focalizam o nível institucional (THOMÉ, 2009; MARQUES, 2014; ALMEIDA; PEREDA; FERREIRA, 2016). O enfoque no nível individual, embora fundamental para desvelar pressupostos de gênero no entendimento dos próprios pais acerca de suas paternidades, não alça esse entendimento ao âmbito público, terreno da institucionalização da paternidade, como direito da cidadania masculina. A abordagem de nível institucional sobre a licença-paternidade examina, principalmente, as políticas de conciliação entre vida laboral e familiar e a paternidade como questão de cidadania promovida através dessas políticas. Contudo, não analisa em profundidade os pressupostos de gênero implicados na formulação de tais políticas. Este estudo também aborda a institucionalização da paternidade, porém expande o espectro de análise ao pensá-la como questão da cidadania masculina em geral e ao examinar os pressupostos de gênero nos discursos de atores envolvidos no processo que conduziu à aprovação da licença na etapa do Plenário da ANC.

O artigo está estruturado em quatro partes além desta introdução. Na primeira, é apresentada a metodologia de análise. Na segunda, os fundamentos teóricos. Na terceira, apresenta-se a dinâmica de funcionamento da ANC e se analisam os discursos favoráveis e contrários à licença. Na quarta, discussão e considerações finais.

Metodologia

Foi na etapa do Plenário, última instância deliberativa da ANC, que a licença-paternidade passou a integrar o projeto constitucional provisório e, finalmente, definitivo. O período foi marcado por disputas pela manutenção ou supressão da licença do futuro texto constitucional, concentrando-se nele a análise dos discursos proferidos.

O *corpus* de pesquisa está composto pelos Diários da ANC (DANCs), atas circunstanciadas da etapa do Plenário, compreendidos entre 25 de fevereiro de 1988, data da proposição e aprovação da licença-paternidade, e 10 de agosto de 1988, data da modificação e aprovação definitiva da licença. Dada a dinâmica das reuniões e o interesse específico na licença-paternidade, foram lidos apenas os discursos em que a busca textual por “paternidade” indicou menção à licença. Chegou-se a 31 discursos: 28 favoráveis à licença e 3 contrários a ela.

O instrumental teórico-metodológico da pesquisa provém do Institucionalismo Discursivo (SCHMIDT, 2012) e da Análise Crítica de Discurso (VAN DIJK, 1996; WODAK; MEYER, 2009). Parte-se da premissa de que a interação entre ideias e discurso é construtora e reprodutora da realidade social (GOFAS; HAY, 2010).

Para a investigação dos pressupostos ideacionais de gênero implicados nos discursos, utilizou-se a tipologia de ideias proposta por Mehta (2010). São três os tipos de ideias conforme o nível de generalização: filosofias públicas, definições de problemas e soluções políticas.

Filosofias públicas são o nível mais abstrato, enraizado e duradouro das ideias, consistindo nos valores culturais e sociais, normas, princípios e conhecimentos compartilhados em uma sociedade. Da análise preliminar do *corpus* foram criadas três categorias de filosofias públicas relacionadas ao cuidado, paternidade e homens na cidadania masculina: (i) tese do homem-pai, (ii) tese do pai-mãe e (iii) relação conjugal. A tese do homem-pai indica uma paternidade concebida como relação outra que não a maternidade, viabilizando um cuidado dos filhos generificado no masculino. Nela, a paternidade existe *per se*; o pai, ao cuidar, está fazendo o papel de pai e não de mãe. Já a tese do pai-mãe indica uma paternidade tributária da maternidade, ancorada em uma concepção de cuidado generificado no feminino. O pai, ao cuidar, está fazendo o papel de mãe. Relação conjugal refere-se à relação estabelecida entre o homem e sua cônjuge como constitutiva ou não do direito à licença.

Definições de problemas são o nível intermediário das ideias e referem-se ao enquadramento de determinado fenômeno social como um problema social e político, num processo de disputa entre atores com diferentes níveis de poder e persuasão. Em contextos de tomada de decisão, caso da etapa do Plenário, a disputa geralmente se centra no nível seguinte, as soluções políticas, aparecendo as definições de problema de maneira implícita nos discursos (MEHTA, 2010). Serão considerados os problemas associados à licença que justificaram ou não sua necessidade.

Soluções políticas são respostas concretas a problemas. Esse é o nível mais operacional das ideias, no qual ocorrem os debates sobre uma política pública em concreto e sua adoção ou não. Têm-se como fatores fundamentais nesse sentido as viabilidades econômica, política e administrativa (HALL, 1989 *apud* MEHTA, 2010). No caso da licença-paternidade se atentarà às duas primeiras, acrescidas da viabilidade legal relativa à constitucionalidade da licença.

Paralelamente, foram analisadas as estratégias discursivas (VAN DIJK, 1996) empregadas pelos participantes da ANC ao tratar do tema. Em conjunto, ideias e estratégias discursivas permitem identificar o arcabouço fundacional e operacional envolvidos no processo de aprovação da licença-paternidade.

A análise foi feita por grupos de interesse, chamados blocos, para permitir a visualização das ideias e estratégias discursivas segundo os grupos atuantes na ANC. Segundo Pilatti (2016), formaram-se dois grandes blocos na ANC: um progressista e outro conservador. Seus integrantes eram os parlamentares constituintes, e o que definia o pertencimento a um ou a outro bloco era a legenda partidária. O bloco progressista era composto por deputados e senadores dos seguintes partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), ala progressista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido com a maior bancada constituinte, e, a partir de junho de 1988, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Do bloco conservador, participavam deputados e senadores do Partido Democrático Social (PDS), Partido Liberal (PL), Partido da Frente Liberal (PFL), partido com a segunda maior bancada na ANC, Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ala conservadora do PMDB.

Sem desconsiderar a classificação de Pilatti (2016), agregou-se um segundo critério para a caracterização dos blocos: os posicionamentos dos parlamentares e dos participantes sociais relativos ao sistema sexo-gênero e ao familismo expressos em seus discursos. Da combinação entre os dois critérios

resultaram os seguintes blocos: feminino, dos homens progressistas e dos homens conservadores, compostos pelos atores políticos e sociais atuantes na ANC. Na etapa do Plenário, apenas os parlamentares tinham direito à voz. São deles os discursos aqui analisados. Contudo, o *lobby* feito sobre os constituintes pelos atores sociais foi uma constante na etapa e influenciou os pronunciamentos em Plenário.

O bloco feminino era formado pelas 26 deputadas constituintes, organizações de mulheres e organizações feministas, com destaque para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A coesão discursiva em torno de uma leitura comum sobre aspectos da realidade das mulheres no Brasil se sobrepôs às legendas partidárias. Em quase todas as votações concernentes às propostas nesse sentido, incluindo a licença-paternidade, as deputadas atuaram e votaram em bloco, ficando conhecidas, entre os constituintes, como bancada feminina. Na etapa em questão, houve oito discursos proferidos por integrantes do bloco, todos favoráveis à licença.

O bloco dos homens progressistas era composto por deputados e senadores homens do PCB, PCdoB, PDT, PSB, PT, ala progressista do PMDB³ e PSDB. Também integraram o bloco professores universitários, advogados sindicatos e entidades cujos discursos se alinharam ao dos parlamentares nas questões relacionados ao sistema sexo-gênero e familismo. Foram encontrados 13 discursos provenientes do bloco, todos favoráveis à licença.

Finalmente, o bloco dos homens conservadores era formado por deputados e senadores homens do PDS, PL, PFL, PDC, PTB e ala conservadora do PMDB. Parte dos constituintes desses partidos se articulou num grupo suprapartidário de perfil ultraconservador, que ficou conhecido como Centrão (PILATTI, 2016). Do bloco também participaram indivíduos e organizações sociais com discursos alinhados aos desses parlamentares no tocante a gênero, entre os quais estavam médicos, pastores evangélicos e organizações contrárias ao aborto. No bloco, ocorreram 10 pronunciamentos relativos à licença, sendo sete favoráveis e três contrários a ela.

³ No caso dos constituintes filiados ao PMDB, a classificação dos homens pmdbistas foi realizada com base na obra *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores*, organizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 1988). A obra contém a classificação de todos os deputados e senadores segundo seus posicionamentos nas votações em primeiro e em segundo turno da etapa do Plenário, conforme questões julgadas pelo DIAP como relevantes para os trabalhadores. Cada constituinte recebeu uma nota de 0 a 10, sendo 0 o posicionamento mais conservador, e 10, o mais progressista.

Sistema Sexo-Gênero e Cuidado

A compreensão da institucionalização da paternidade na ANC está fundamentada nos conceitos “sistema sexo-gênero” e “cuidado”. Sistema sexo-gênero é o conjunto de processos e mecanismos sociopolíticos que transformam a sexualidade biológica em produto da atividade humana (RUBIN, 1986), postulando uma oposição binária e complementar entre masculino e feminino que se estende às atividades e âmbitos sociais (ASTELARRA, 2004). A maneira como atividades e âmbitos sociais são generificados no masculino ou no feminino possui implicações sobre os sistemas de proteção social e, conseqüentemente, sobre as políticas familiares, entre elas a licença-paternidade.

Cuidado é uma atividade que responde pela “provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (KNIJN; KREMER, 1997 *apud* BATTHYÁNY, 2004, p. 50). Tem, portanto, um caráter técnico, emocional e material (GUIMARÃES; HIRATA, 2020). Em sociedades fundamentadas no sistema sexo-gênero, caso da brasileira, o cuidado foi socialmente construído com base numa concepção de natureza feminina materna, emocional e unitária (DALLEY, 1996), vinculando-o à capacidade reprodutiva das mulheres e não à dos homens. Dessa forma, foi considerado sinônimo de cuidado materno (GRAHAM, 1991), resultando na biologização e sentimentalização de atividades técnicas e materiais.

Sobretudo no contexto dos anos 1970 e 1980, socialmente dos homens não era esperado o fornecimento direto do cuidado, mas sim a provisão do ambiente e das condições materiais para que a prestação do cuidado pudesse ocorrer (DALLEY, 1996). Ou seja, considerando-se a relação marido-mulher, dos homens era esperado o exercício do papel de provedor. O papel de cuidador ficava a cargo da esposa, sendo socialmente aceitável que o homem pagasse pelos cuidados de pessoas dependentes ou da casa na ausência dela (DALLEY, 1996).

A concepção do cuidado como natural, porque biológico, e feminino fez com que as atividades de cuidado fossem, frequentemente, de tipo informal, não passíveis de regulação e não consideradas trabalho. No final da década de 1970, cuidado começou a ser teorizado como trabalho com vistas ao desenvolvimento de um marco conceitual para as características consideradas definidoras e condicionantes da vida das mulheres (THOMAS, 1993). Estudos feministas basearam-se no conceito de cuidado presente nas políticas dos regimes de bem-estar social para explorar desigualdades de gênero e dar

visibilidade ao trabalho invisível, socialmente desvalorizado e gratuito ou mal remunerado realizado por mulheres no âmbito privado através de laços familiares ou profissionais (GRAHAM, 1991). Ele surge, assim, como um conceito específico das mulheres (DALY; LEWIS, 2000) e de uso estratégico nos estudos feministas anglo-saxões e latino-americanos (GRAHAM, 1991; BATTYÁNY, 2004).

Se, por um lado, o conceito deu visibilidade às hierarquias sociais de gênero entre homens e mulheres, por outro, não rompeu com a diferenciação sexual oposta e complementar característica do sistema sexo-gênero e a consequente divisão sexual do trabalho em que o cuidado figura como responsabilidade primeira das mulheres, da família ou contratadas, mas não dos homens (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nessa definição, o conceito segue vinculado ao corpo feminino e, dada a oposição binária e relacional, não vinculado ao corpo masculino.

Nos anos 1980, discussões sobre o estatuto ontológico da paternidade e propostas de licença para o trabalhador pai começam a surgir na literatura internacional e no Brasil (CALVI, 2022). A partir dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, estudos feministas passaram a empregar o conceito de “cuidado social” (*social care*), ampliando o conceito de cuidado de forma a permitir que ele revele propriedades mais gerais concernentes a diversos arranjos sociais na provisão de bem-estar e cuidado (DALY; LEWIS, 2000).

O cuidado e o sistema de proteção social familista brasileiro

O termo sistema de proteção social geralmente se refere a uma estrutura em que três pilares da proteção social – assistência social, previdência social e proteção ao emprego e à renda – estão integrados ou, no mínimo, coordenados (OECD, 2018). Utiliza-se esse conceito genérico tendo em vista que a maioria dos analistas considera que o sistema brasileiro, embora figure entre os mais abrangentes na América Latina, não apresenta características que permitam denominá-lo como um Estado de Bem-Estar-Social (STEFFEN; CÔRTEZ, 2018). Entretanto, os mesmos analistas reconhecem que as noções de cidadania, e de direitos dela derivados, bem como a estruturação de sistemas que vieram a ser classificados como tipos de regimes de bem-estar social e os estudos sobre tais regimes, foram elementos que participaram na formação e institucionalização dos sistemas de proteção social do Brasil, de outras nações latino-americanas e do Sul Global.

A literatura recente sobre sistemas de proteção latino-americanos discute a tipologia de regimes de bem-estar social desenvolvida por Esping-Andersen (1990, 1999), que aborda as relações entre Estado, mercado e família como fontes de provisão de bem-estar, mas a reconstrói tendo em vista particularidades da região (STEFFEN; CÔRTEZ, 2018). À diferença do que ocorre na Europa, onde o familismo tem certa proeminência apenas nos países do Sul, na América Latina, dada a fragilidade do Estado e do mercado, a família⁴ tem assumido um papel fundamental na provisão de bem-estar, configurando sistemas de proteção social com características familistas (MARTINEZ FRANZONI, 2007; UBASART-GONZÁLEZ; MINTEGUIAGA, 2017).

Esses sistemas concebem um modelo de família nuclear heterossexual patriarcal, atribuindo maior responsabilidade pelo cuidado à família e, dentro dela, à mulher, ao mesmo tempo em que tomam o homem, desprovido das responsabilidades pelo cuidado direto intrafamiliar, como referente genérico universal da cidadania (PATEMAN, 2000). Sob o familismo, Estados de Bem-Estar europeus e sistemas de proteção social latino-americanos promoveram políticas que protegiam o conjunto dos cidadãos dos riscos associados à cidadania universal, a saber, *pobreza na velhice, taxa de desemprego e pobreza dos homes provedores* (FERRAGINA; SEELEIB-KAISER; SPRECKELSEN, 2015, p. 289, tradução livre). Tais riscos diziam respeito à perda da capacidade produtiva e foram desvinculados da capacidade reprodutiva (PAUTASSI, 2007). Dessa forma, Estados e sistemas de proteção social familistas ampararam e fomentaram a figura do trabalhador remunerado – homem ou universal – sem responsabilidades familiares. O cuidado e as mulheres foram menos protegidos, dando vazão a uma organização social do cuidado marcada pela informalidade (MARTÍNEZ FRANZONI, 2007). O Brasil não foi exceção.

Ainda que o sistema de proteção brasileiro seja relativamente abrangente, garantindo direitos sociais nas áreas de previdência social, saúde e educação básica aos cidadãos (MARTÍNEZ FRANZONI, 2007), ao início, as bases do sistema estavam assentadas em esquemas de previdência social estatais compulsórias que asseguravam, mediante contribuição, aposentadoria e outros direitos a trabalhadores formais (MEDEIROS, 2001), porque a concessão de direitos dependia da formalidade, da categoria profissional e da renda adquirida, o acesso a esses direitos era estratificado (FILGUEIRA, 1998). Em

⁴ Comunidades e organizações voluntárias também são fontes de provisão de bem-estar no Brasil (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2012).

contraste, o cuidado não escapou à informalidade, sendo baseado centralmente em trabalho doméstico feminino não remunerado ou pouco remunerado (MARTÍNEZ FRANZONI, 2007; STEFFEN; CÔRTEZ, 2018).

A concepção de família intrínseca ao sistema brasileiro tinha como modelo um casal heterossexual com filhos, unido por laços matrimoniais com “forte diferenciação dos papéis sexuais” (APARICIO, 2018, p. 10). A Igreja Católica, ainda na década de 1930, contribuiu com o familismo, cumprindo importante papel político no direcionamento dos investimentos estatais para políticas de cunho pró-natalistas e anticontrolistas (TEIXEIRA, 2010). Em 1941, foi aprovado o Decreto nº 3.200, conhecido como Estatuto da Família, que previa políticas que iam ao encontro desse viés. Dentre elas estavam compensações financeiras a famílias numerosas, casamentos religiosos com efeitos civis, gratuidade do casamento civil, abonos mensais a famílias de prole numerosa em dificuldades econômicas e redução da taxa de matrícula para famílias com mais de um filho (TEIXEIRA, 2010).

A relação entre homens e responsabilidades familiares aparecia de forma residual no parágrafo único do artigo 473 da CLT, que determinava a possibilidade de falta de um dia ao trabalho no decorrer da primeira semana após o nascimento de filho para efetuar o registro civil, sem prejuízo de salário (BRASIL, 1943), responsabilidade conferida aos homens para ser exercida no âmbito público e não no privado. Por outro lado, a CLT garantiu às mulheres licença-maternidade de 120 dias sem prejuízo de emprego ou salário. Licença à mulher de 120 dias contra um dia de falta ao trabalho concedido ao homem demonstram a vinculação necessária entre maternidade e responsabilidade pelo cuidado intrafamiliar, inclusive nos casos em que a mulher era também provedora, e a desvinculação entre paternidade e responsabilidade pelo cuidado intrafamiliar.

O direcionamento das políticas familiares brasileiras não sofreu grandes transformações durante as décadas seguintes, a não ser pela perda de força do posicionamento pró-natalista a partir dos anos 1970 (ALVES, 2006). Tal perda foi acompanhada pelo aumento da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

No final da década de 1980, na transição para a democracia, mudanças mais substanciais ocorreram nas políticas que afetavam o papel de homens e mulheres nos âmbitos público e privado e a questão do cuidado (SARTI, 2004). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) assegurou igualdade legal entre homens e mulheres, igualdade salarial, não discriminação em razão de sexo, licença-maternidade de 120 dias sem prejuízo do emprego e salário e, pela

primeira vez, licença-paternidade de cinco dias. O direito à licença consta nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de aplicação imediata, porém com necessidade de regulamentação posterior. Embora o trabalhador venha gozando do direito à licença, até o presente momento não houve regulamentação.

As recomendações das agências internacionais para o enfrentamento das desigualdades estruturais entre homens e mulheres na América Latina preconizam: ampliação da licença-paternidade, adequação do trabalho remunerado às responsabilidades familiares e, no âmbito privado, divisão igualitária do trabalho entre homens e mulheres (OIT, 1983; ILO, 2014). A revisão da licença-paternidade no cenário brasileiro atual requer, em primeiro lugar, a análise dos pressupostos ideacionais de gênero que a institucionalizaram e que, em certa medida, seguem em vigor dada a falta de regulamentação. Com vistas à compreensão de tais pressupostos, na próxima sessão são analisados os discursos proferidos na etapa do Plenário da ANC que culminaram na aprovação da licença-paternidade.

A Licença-Paternidade na Etapa do Plenário

A ANC foi instaurada em 1º de fevereiro de 1987 e teve seus trabalhos findados em 5 de outubro de 1988 com a promulgação da CF/88. Todo o conteúdo da CF/88 foi fruto de discussões e deliberações ocorridas ao longo de sete etapas: (i) etapa inicial, (ii) elaboração do Regimento Interno Constituinte (RIANC), (iii) Comissões, Subcomissões e Comissão de Sistematização, (iv) reforma do RIANC, (v) Plenário (vi) Comissão de Redação Final e (vii) promulgação da CF/88 (LIMA; PASSOS; NICOLA, 2013).

Ao final da terceira etapa foi produzido o Projeto A de Constituição, a ser enviado para votação em Plenário (v). O Projeto foi considerado, pela ala mais conservadora da ANC, demasiadamente extenso e progressista em temas polêmicos como reforma agrária, sistemas econômico e de governo e mandato presidencial (MUNHOZ, 2011). Visando à maior maleabilidade no Projeto A, essa ala se articulou num bloco conservador suprapartidário conhecido como Centrão, considerado aqui como parte do bloco dos homens conservadores, e provocou mudanças no RIANC (MUNHOZ, 2011). Entre elas estavam o aumento da importância das lideranças partidárias, acordos e negociações nas votações, bem como a possibilidade de inserção de emendas aditivas ao Projeto A. Tais mudanças foram cruciais para a inserção da licença-paternidade, que não constava no Projeto A.

Conforme o RIANC, o Plenário tinha como responsabilidade garantir o funcionamento da ANC e votar e aprovar o texto que viria a ser transformado em Constituição. Dele participavam todos os deputados e senadores, que, juntos, somavam 559 membros com direito a voz e voto individual. O presidente da ANC era Ulysses Guimarães (PMDB/SP), deputado integrante do bloco dos homens progressistas.

Para a discussão e aprovação do texto constitucional definitivo, o Plenário contou com dois turnos de votação. O primeiro teve início em 3 de fevereiro de 1988, com o Projeto A em votação, e terminou em 30 de junho daquele ano com a aprovação do Projeto B. O segundo turno iniciou em 22 de julho de 1988, com o Projeto B em votação, e findou em 2 de setembro do mesmo ano (LIMA; PASSOS; NICOLA, 2013), com a aprovação do Projeto C. O Projeto C passou pelas etapas posteriores para ajustes de redação e, finalmente, foi convertido em CF/88. Em 25 de fevereiro de 1988, no primeiro turno de votação, a licença-paternidade com oito dias de duração foi proposta como emenda aditiva ao Projeto A, com autoria dos deputados integrantes do bloco dos homens conservadores Luiz Soyer (PMDB/GO) e Alceni Guerra (PFL/PR). Por meio de acordo entre as lideranças partidárias, a licença foi aprovada e passou a integrar o Projeto B. Entretanto, sua permanência no texto constitucional definitivo não estava assegurada, pois ela poderia ser modificada ou suprimida no segundo turno de votação.

Após a aprovação da emenda, desencadeou-se, nas dependências do Congresso Nacional e fora dele, um processo intenso de discussões sobre a manutenção ou supressão da licença-paternidade. Os pressupostos de gênero que fundamentaram os pronunciamentos dos constituintes sobre o tema e que culminaram na aprovação, em segundo turno, da licença-paternidade com cinco dias de duração até regulamentação em lei ordinária são resumidos no Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1 - Tipos de ideias conforme o nível de generalização por bloco -
Assembleia Nacional Constituinte - 1988**

Bloco	Soluções políticas	Definições de problemas	Filosofias públicas	Estratégias discursivas
Feminino	Viabilidades econômica, política e legal	Modernização do país; garantia dos primeiros arranjos domésticos em famílias operárias; desenvolvimento psicológico do recém-nascido; garantia da função social do homem na relação conjugal.	Tese do pai-mãe, tese do homem-pai, relação conjugal	Polarização
Homens Progressistas	Viabilidades econômica, política e legal	Modernização do país; cidadania plena; preservação da família proletária; redução da mortalidade infantil; garantia de cidadania plena.	Tese do pai-mãe, relação conjugal	Polarização, argumento de autoridade, história pessoal
Homens Conservadores (favorável)	Viabilidades econômica, política e legal	Construção da democracia liberal brasileira, harmonia social entre capital e trabalho, desenvolvimento do país.	---	Polarização
Homens conservadores (contrário)	Inviabilidades econômica e legal	Impedimento da modernização do país, agravamento da crise econômica, preservação da família apenas em casos excepcionais.	Tese do pai-mãe, relação conjugal (dispensável)	Polarização, história pessoal

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

À continuação, são abordados discursos cujos posicionamentos sintetizam as ideias presentes em cada um dos três blocos.

Os tipos de ideias do bloco feminino, no nível das soluções políticas, foram bem caracterizados nas manifestações das deputadas Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP), Cristina Tavares (PMDB/PE), Lúcia Braga (PFL/PB) e Benedita da Silva (PT/RJ). As duas primeiras afirmaram que a licença aprovada era viável economicamente. Tavares usou o documento “Filho não é só da mãe. É também do pai. É responsabilidade da sociedade e do Estado!”, elaborado pelo CNDM,

para embasar sua posição. No documento, constava estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria, que avaliava como baixo (0,13%) o impacto da licença-paternidade sobre a folha de salários. Já Braga argumentou que a licença era viável do ponto de vista legal, sendo considerada matéria constitucional pela deputada. Da Silva destacou a viabilidade política da licença, afirmando que ela derivava da construção de consenso entre as diferentes forças presentes na ANC.

As deputadas Cristina Tavares, Benedita da Silva e Rita Camata (PMDB/ES) desenvolveram argumentos que podem ser classificados no nível de generalização da definição de problemas. As três apontaram que a licença-paternidade em conjunto com outros direitos sociais aprovados em primeiro turno participariam da modernização do país. Tavares recorreu ao documento do CNDM para fundamentar sua posição, destacando que a modernização se expressava pela vinculação da nova legislação brasileira à internacional concernente à proteção à maternidade, licença para o pai e direito à creche.

Embora a deputada tenha utilizado o documento do CNDM para defender a licença no nível das soluções políticas e definição de problemas, ele também fornecia subsídios no nível das filosofias públicas. O material possuía seis seções na seguinte ordem: (i) “por que defendemos a licença-maternidade de 120 dias?”, (ii) “o que falamos os números”, (iii) “queremos ser contemporâneos do nosso tempo no que ele tem de melhor!”, (iv) “por que defendemos a licença-paternidade?”, (v) “nossa realidade convoca as mulheres brasileiras para a luta” e (vi) “por que queremos creches para crianças de 0 a 6 anos?”. Na seção referente à licença-paternidade, constam seis razões pelas quais o CNDM defendia a licença, incluindo-se algumas fundamentadas nas questões tese do homem-pai e relação conjugal. As questões não foram mencionadas pela deputada, que leu trechos referentes às seções (ii) e (iii). No discurso de Tavares, a paternidade implicando o cuidado generificado no masculino, inscrita na tese do homem-pai, não estava entre os argumentos de defesa da licença em resposta aos que a atacavam.

Na ANC, as resistências à licença-paternidade de oito dias, aprovada no Projeto B em primeiro turno, se refletiram em emendas supressivas totais e parciais, bem como destaques a ela. Em 10 de agosto de 1988, essas emendas e destaques foram à votação em segundo turno, e Ulysses Guimarães orientou os constituintes a não aprovarem a supressão total, pois o acordo entre as lideranças era pela manutenção da licença como princípio constitucional, porém desvinculando-a dos oito dias. Enquanto o presidente da ANC conduzia os trabalhos, as lideranças partidárias se reuniram para acordar uma emenda

modificativa com três dias de licença. A emenda foi anunciada e gerou reações negativas no Plenário, sendo rapidamente alterada para cinco dias de licença. Ela foi, então, enviada à mesa da presidência da ANC para ser posta em votação. Mesmo acatando o acordo, Dirce Tutu Quadros e Benedita da Silva se manifestaram defendendo a importância de uma licença de oito dias e abordaram definições de problemas e filosofias públicas.

No nível de generalização da definição de problemas, para Quadros, oito dias de licença eram importantes para o desenvolvimento psicológico do recém-nascido, conforme, segundo ela, a ciência já havia provado. Além disso, em famílias com mais filhos e poucos recursos econômicos, a licença garantiria os primeiros arranjos domésticos no pós-parto devido à dificuldade de locomoção da mulher nesse período. Tal dificuldade deixava descobertos de assistência os outros filhos do casal – “os que deixa em casa”, “os mais velhos” segundo a deputada – que não o recém-nascido. Para dar conta da assistência a esses filhos, era fundamental que o homem operário gozasse da licença-paternidade. Para Benedita, oito dias de licença eram necessários para garantir a função social do homem na relação com sua cônjuge. A deputada, contudo, não aprofundou em que consistia essa função.

Os argumentos desenvolvidos por Quadros e da Silva quanto à importância da licença-paternidade de oito dias estão fundamentados em ideias que podem ser classificadas no nível de generalização das filosofias públicas. No discurso de Quadros, a menção à dificuldade de locomoção da mulher no período pós-parto coloca o pai como substituto temporário da mãe na provisão de assistência aos filhos “mais velhos” do casal em âmbito privado. Tem-se, portanto, a tese do pai-mãe e a relação conjugal como filosofias públicas. Além disso, o apelo à condição financeira indica que a terceirização dos cuidados com os filhos e a casa (“primeiros arranjos domésticos”) era possível em famílias com melhores recursos econômicos. Já a tese do homem-pai fundamentou o argumento relativo à importância paterna para o desenvolvimento psicológico do filho recém-nascido. Nesse caso, a paternidade era insubstituível e não materna. Contudo, essa paternidade se refere ao “momento do nascimento”. A deputada havia falado na necessidade de assistência paterna aos filhos que se deixa em casa devido à dificuldade de locomoção da mulher, porém, com relação ao recém-nascido, restringiu a presença paterna ao momento do nascimento, não fazendo menção ao cuidado paterno do recém-nascido em âmbito familiar. No pronunciamento de Quadros, com relação ao recém-nascido, existe a tese do homem-pai, porém, ausente de cuidado, ao mesmo tempo em que há a tese do pai-mãe para os demais filhos, esta contendo o

cuidado. No discurso de da Silva, tem-se a relação conjugal como filosofia pública, na medida em que ela associa a paternidade à garantia da função social do homem na relação homem-mulher.

Quanto às estratégias discursivas do bloco feminino, predominou a polarização, que foi mobilizada, sobretudo, nas ideias de tipo soluções políticas no que tange à defesa da permanência da licença no texto constitucional definitivo. As integrantes do bloco identificaram Centrão, empresários, “forças reacionárias de extrema direita”, lobistas nacionais e internacionais como atores contrários à licença. O argumento de autoridade apareceu vinculado à definição de problema e filosofia pública no discurso de Dirce Tutu Quadros quanto aos oito dias de licença-paternidade na votação em segundo turno. A ciência validava a necessidade da licença-paternidade.

No bloco dos homens progressistas, os tipos de ideias no nível de generalização das soluções políticas ocorreram nos pronunciamentos de Francisco Amaral (PMDB/SP), Paulo Paim (PT/RS), Jutahy Magalhães (PMDB/BA) e José Genoíno (PT/SP). Os dois primeiros defenderam a viabilidade política da licença-paternidade de oito dias ao afirmar que ela havia sido fruto de acordo entre representantes de todos os partidos. Paim também argumentou que a licença era economicamente viável. Citando Alcení Guerra, um dos autores da emenda da licença-paternidade, disse que seu custo seria menor que uma manhã de quarta-feira de carnaval. Mencionou ainda documento do Dieese para demonstrar a viabilidade econômica da licença. Magalhães e Genoíno concentraram seus argumentos na viabilidade legal, defendendo a constitucionalidade da licença. Genoíno destacou que a maioria da população brasileira (65%) era favorável a ela, conforme pesquisa publicada no jornal Folha de São Paulo. É dizer, a emenda contava com apoio popular.

Concernente às ideias de tipo definição de problema destacaram-se os pronunciamentos de Uldurico Pinto (PMDB/BA), Paulo Delgado (PT/MG) e Paulo Paim (PT/RS). Em seu pronunciamento, Pinto valeu-se da sua condição de médico para defender a licença, relacionando-a à redução da mortalidade infantil no país, na medida em que ela propiciava o aleitamento materno. Segundo o deputado, o aleitamento era capaz de reduzir em mais de 50% esse tipo de mortalidade. Delgado defendeu que a licença fazia parte de um conjunto de direitos aprovados em primeiro turno que modernizariam o país e garantiriam ao povo brasileiro condições plenas de cidadania. Para Paim, a licença promoveria a preservação da família proletária, garantindo a sobrevivência do filho e da esposa nessas famílias. Ele disse ter testemunhado

inúmeros casos de falecimento de esposas e filhos de trabalhadores por elas estarem desacompanhadas.

Em relação às filosofias públicas, que oferecem o embasamento ideacional aos demais níveis de generalização, destacam-se os pronunciamentos de Paulo Paim (PT/RS), Paulo Ramos (PMDB/RJ) e Jutahy Magalhães (PMDB/BA). Paim se refere à relação conjugal e à tese do pai-mãe. Para o deputado, ao operário, cabia a assistência à esposa no parto, fazendo do vínculo entre paternidade e relação conjugal um elemento constitutivo da licença. O papel de cônjuge a ser desempenhado pelo operário pai era, contudo, secundário em famílias com condições econômicas melhores. Segundo ele, “mulher de operário não pode ter, na hora do parto, assistindo-a, a irmã, a mãe ou a vizinha, porque elas também trabalham, muito menos pagar babá, empregada ou enfermeira”. A rede de apoio das mulheres de trabalhadores não podia ser acionada no momento do parto. A condição financeira da família operária também impossibilitava a terceirização dessa assistência por meio da contratação de babás, empregadas ou enfermeiras. Restava, assim, o direito ao operário de ausentar-se do trabalho para estar junto de sua esposa no nascimento do filho. Perceba-se que o deputado recorreu a figuras de outras mulheres em todos os casos de assistência à mulher na hora do parto por pessoas que não seu cônjuge. Portanto, o homem, na condição de pai, era um substituto do feminino na assistência à esposa proletária, aproximando-se da ideia de um pai-mãe. Também para Ramos relação conjugal e tese do pai-mãe constituíam a paternidade. O deputado defendeu a licença como importante para que o trabalhador de fábrica – e não para o “trabalhador abastado” – pudesse acompanhar a esposa no hospital para o parto. Além disso, ela permitiria a esse trabalhador assistir aos demais filhos do casal que ficavam em casa enquanto a esposa estava no hospital, ou seja, permitia a ele atuar como substituto materno na relação com os filhos em âmbito doméstico. Magalhães associou a licença à assistência do pai aos filhos na impossibilidade da mãe devido ao parto. A assistência era um cuidado realizado numa relação entre pai e filho que não existia per se; o pai fazia as vezes da mãe. O senador defendeu a licença com base na tese do pai-mãe.

Quanto às estratégias discursivas empregadas pelos constituintes do bloco dos homens progressistas, a história pessoal e o argumento de autoridade foram utilizados por Paim e Pinto ao se referirem a situações que teriam presenciado ao longo de suas vidas e pelo fato de terem experiência como operário e médico, respectivamente. Os demais discursos dos integrantes do bloco foram marcados pela polarização como estratégia discursiva. Opunham-

se ao Centrão empresários reacionários, União Democrática Ruralista, militares, direita, multinacionais, “falsos brasileiros aliados ao capital norte-americano”, Presidente da República José Sarney e grandes meios de comunicação na defesa da licença-paternidade de oito dias. Como aliados mencionaram: CNDM, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação; Federação dos Trabalhadores no Comércio; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário; Federação dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça; Central Única dos Trabalhadores; Central Geral dos Trabalhadores; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre.

O bloco dos homens conservadores não atuou de maneira homogênea, havendo posicionamentos favoráveis e contrários à manutenção da licença-paternidade de oito dias no segundo turno de votação. Foram favoráveis os pronunciamentos de Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Victor Faccioni (PDS/RS), Farabulini Júnior (PTB/SP) e Odacir Soares (PFLS/RO), que trataram de questões relativas às soluções políticas. Os dois primeiros defenderam a viabilidade econômica da licença, embasando-se em relatório elaborado pelo Ministério da Previdência Social, que avaliava como pequeno e suportável o impacto da licença no sistema previdenciário. Farabulini defendeu a viabilidade política da proposta, afirmando que o Projeto fora aprovado em primeiro turno com acordo entre as lideranças de todos os partidos. Soares defendeu a viabilidade legal da licença ao considerá-la partícipe dos “avanços de fôlego” constitucionais aprovados em primeiro turno, retificando, com isso, o caráter constitucional da licença.

Entre os posicionamentos favoráveis, no nível de generalização das definições de problemas, têm-se os pronunciamentos de Odacir Soares (PFLS/RO) e Divaldo Suruagy (PFL/AL). Para ambos a licença fazia parte de um conjunto de direitos que propiciavam uma ordem social mais justa, conduzindo o país ao desenvolvimento, segundo Soares, e à construção da democracia liberal brasileira, conforme Suruagy.

No bloco dos homens conservadores, nos pronunciamentos favoráveis à licença, não foram abordadas ideias no nível de generalização das filosofias públicas.

No que concerne às estratégias discursivas, ocorreu a polarização ao apontarem o Presidente da República José Sarney como oponente dos que defendiam a permanência da licença de oito dias em segundo turno.

Nos posicionamentos do bloco contrários à licença, Paes Landim (PFL/PI), Edison Lobão (PFL/MA) e João Menezes (PFL/PA) manifestaram-se nos níveis das soluções políticas. Os três afirmaram que a licença era economicamente inviável. Landim baseou-se em artigo de Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses Guimarães na ANC, publicado no jornal Folha de São Paulo. Lobão argumentou em termos legais ao defender que a licença era matéria pertinente à legislação ordinária.

No dia da votação da licença-paternidade no segundo turno, no nível das soluções políticas, Lobão e Menezes voltaram a afirmar a inviabilidade econômica da proposta.

Os dois também se valeram de ideias no nível de generalização das definições de problemas para sustentar seus posicionamentos. Para Lobão, a licença impediria a modernização do Brasil e o fim da crise econômica que o país enfrentava, pois penalizaria as empresas, reduzindo a produtividade. Menezes negou a importância da licença para a preservação da família, usando como argumento a história pessoal. Sua esposa havia falecido no parto em uma época em que não havia licença-paternidade. Ainda assim, ele obteve êxito na criação de seu filho, comprovando que a licença era desnecessária, “demagógica”.

No nível das filosofias públicas, a história pessoal narrada por Menezes indica que, na sua concepção, a relação conjugal e entre pai e filho, seja na tese do pai-mãe, seja na tese do homem-pai, eram insuficientes para a institucionalização da paternidade.

A história pessoal e a polarização foram estratégias discursivas utilizadas pelos homens conservadores contrários à licença. No caso da polarização, Ulysses Guimarães foi o único oponente citado.

Em 10 de agosto de 1988, a licença-paternidade com cinco dias de duração foi aprovada com 410 votos favoráveis. Houve apenas três votos contrários e uma abstenção⁵, todos de constituintes do bloco dos homens conservadores. Em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães promulgou a CF/88, encerrando os trabalhos da ANC. Estava garantida a licença-paternidade como princípio constitucional de aplicação imediata e, nos Atos das Disposições

⁵ Conforme o RIANC, o presidente da ANC era obrigado a abster-se em todas as votações, não sendo aqui contabilizado o voto de Ulysses Guimarães, integrante do bloco dos homens progressistas.

Constitucionais Transitórias, cinco dias de licença para o cidadão trabalhador pai até regulamentação posterior.

Discussão e Considerações Finais

Este artigo analisou os pressupostos ideacionais de gênero implicados na aprovação da licença-paternidade na ANC. As incertezas quanto à manutenção ou supressão da licença no segundo turno de votação em Plenário foram acompanhadas de discursos parlamentares em que estiveram presentes ideias nos três níveis de generalização segundo a tipologia adotada.

Com relação às soluções políticas, nível mais concreto, questões relacionadas à viabilidade econômica e política e à normatização legal da licença ocorreram nos três blocos atuantes na ANC. A substituição de oito para cinco dias de licença e a decisão de deixar sua regulamentação para lei ordinária foram as duas modificações no desenho da proposta inicial de licença-paternidade que possibilitaram acordo entre as lideranças partidárias em prol da aprovação definitiva da licença. É dizer, foi no nível mais operacional das ideias que se produziu o consenso que possibilitou a institucionalização da paternidade como direito do cidadão homem trabalhador no Brasil, indo ao encontro de Mehta (2010): “onde uma decisão política precisa ser tomada, o embate será geralmente sobre a política pública em si” (MEHTA, 2010, p. 18-19). A polarização foi a estratégia discursiva mais utilizada pelos integrantes dos blocos no processo de negociação até o desfecho no segundo turno de votação. Aliados e oponentes dentro e fora das dependências do Congresso Nacional foram mobilizados para fortalecer posicionamentos.

No nível das definições de problemas, a garantia dos primeiros arranjos domésticos no período pós-parto e a preservação da família foram problemas apontados pelos blocos feminino e dos homens progressistas que justificavam a necessidade da licença. Em ambos, estava pressuposto um cuidado a ser exercido pelo pai, postulando, com isso, a relação entre homens e cuidado como questão partícipe da institucionalização da paternidade e seu significado na sociedade brasileira. Nos posicionamentos contrários à licença, ocorridos todos no bloco dos homens conservadores, houve a negação da preservação da família como problema relacionado à licença-paternidade. Definições de problemas mais gerais concernentes ao desenvolvimento econômico, social e político do país também ocorreram nos três blocos, não havendo centralidade na relação entre homens e cuidado nesse nível das ideias.

A análise das filosofias públicas, nível mais abstrato e fundacional das ideias, revela de que maneira o cuidado foi associado à paternidade e, conseqüentemente, ao homem. Nos blocos feminino e dos homens progressistas, o cuidado paterno apareceu como materno, auxiliar, circunstancial e mais fundamental em alguns casos que em outros, tornando a licença, discursivamente, um direito focalizado. Materno e auxiliar, porque o pai foi considerando um substituto da mãe no exercício do cuidado e em caráter de ajuda, não sendo o pai, por isso, o responsável primeiro por essa atividade. Circunstancial, porque sua importância não era intrínseca à própria relação com o filho, mas derivada de uma limitação temporal da mulher para realizar as atividades de cuidado. A focalização ocorreu através da intersecção com a classe social, tornando a paternidade, ideacionalmente, necessária em famílias proletárias e secundária em famílias com melhores condições econômicas, que poderiam pagar pela terceirização do cuidado. No bloco dos homens conservadores, a paternidade nesses termos teve sua institucionalização negada e sua importância reduzida nos discursos contrários à licença. Os favoráveis não estiveram fundamentados em ideias nesse nível. Nos três blocos, nos discursos parlamentares, predominou a tese do pai-mãe e, com ela, o pressuposto do sistema sexo-gênero de que a capacidade reprodutiva define as mulheres, mas não os homens, derivando o cuidado da maternidade na divisão sexual do trabalho (RUBIN, 1986). No bloco dos homens progressistas e no dos homens conservadores, a tese do pai-mãe foi acompanhada da história pessoal como estratégia discursiva para embasar posicionamentos favoráveis e contrários à licença, sinalizando que foi a vivência cotidiana, permeada pelo sistema sexo-gênero, o substrato das ideias. A tese do homem-pai, inscrita em documento elaborado pelo CNDM, integrante do bloco feminino, ao qual parlamentares tiveram acesso, não esteve presente em seus discursos, à exceção de Dirce Tutu Quadros. Contudo, o exercício da paternidade ficou restrito ao momento do parto, não dizendo respeito aos cuidados posteriores com o recém-nascido.

Em todos os blocos, a noção da relação conjugal como elemento constitutivo dos argumentos favoráveis e contrários à licença acompanhou a tese do pai-mãe no nível de generalização das filosofias públicas. Nos posicionamentos favoráveis, prevaleceu a ideia de um cuidado masculino caudatário do cuidado feminino - o pai era um cuidador substituto da mãe -, aparecendo a figura paterna sempre associada ao casamento heterossexual. Tem-se, com isso, uma paternidade fundamentada no modelo normativo de família nuclear heterossexual com diferenciação dos papéis sociais a serem exercidos por

homens e mulheres no interior das famílias (APARICIO, 2018), embora admitindo incursões masculinas momentâneas no cuidado. Em nenhum dos discursos foi rompida a dominância do sistema sexo-gênero e do familismo característico do sistema de proteção social brasileiro. Entretanto, se alterou a visão sobre o papel do pai entre os integrantes dos blocos feminino e dos homens progressistas, que passou a ser concebido como cidadão não apenas provedor, mas também como cuidador, ainda que de segunda ordem.

O *status quo* do sistema sexo-gênero e do familismo na estruturação da sociedade brasileira, a crítica – parcial – a esse *status quo*, as polarizações e as experiências pessoais vivenciadas por parlamentares da ANC embasaram a aprovação de uma licença-paternidade numa época em que o debate sobre o que é a paternidade e o que faria o pai no uso da licença era nascente. A licença-paternidade aprovada na CF/88 foi fundamental para redefinir a relação entre homens, cuidado e cidadania, que incide sobre a divisão sexual do trabalho intrafamiliar e sobre o padrão de cidadania no sistema de proteção social brasileiro. Ela inaugurou um direito até então inédito nas Constituições do país, ampliando o direito a um único dia de licença previsto na CLT. Porém, o que à época foi inovador, hoje é insuficiente frente ao cenário brasileiro atual, que exige dos homens e do Estado a corresponsabilização pelo cuidado intrafamiliar. É preciso que os homens sejam considerados cuidadores de primeira ordem, e as políticas públicas tratem o cidadão homem como tal e sejam formuladas de maneira a possibilitar o exercício da paternidade nesses termos.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz. (2006). *As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências e Estatísticas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282855>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- ALMEIDA, Sérgio; PEREDA, Paula; FERREIRA, Rafael. (2016). Custos da ampliação da licença-paternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, n. 3, p. 495-516.
- APARICIO, Cimar Alejandro Prieto. (2018). *Notas sobre a operacionalização dos conceitos de família e domicílio na PNAD e na PCV*. Campinas, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Universidade Estadual de Campinas.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). (2005). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. (1987-1988). *Diários da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1987-1988.

- ASTELARRA, Judith.
(2004). *Políticas de género en la Unión Europea y algunos apuntes sobre América Latina*. (Serie Mujer y Desarrollo, n. 57). Santiago de Chile, Ed. Naciones Unidas / Secretaría Ejecutiva CEPAL.
- BATTHYÁNY, Karina.
(2004). *Cuidado infantil y trabajo: ¿un desafío exclusivamente femenino? Una mirada desde el género y la ciudadanía social*. Montevideo, CINTERFOR.
- BRASIL.
(1943). *Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. Rio de Janeiro, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#art473. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez.
(2012). Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 259-287.
- CALVI, Valéria Amaral Silva.
(2022). *Paternidade e licença-paternidade no Brasil: uma análise crítica do processo de formulação da licença-paternidade na CF/88*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Universidad de Valencia.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE DAS NAÇÕES UNIDAS (NU. CEPAL).
(2017). *Estrategia de Montevideo para la Implementación de la Agenda Regional de Género en el Marco del Desarrollo Sostenible Hacia 2030*. Santiago de Chile, NU. CEPAL. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41011/1/S1700035_es.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.
- DALLEY, Gillian.
(1996). *Ideologies of caring: rethinking community and collectivism*. Basingstoke, MacMillan.
- DALY, Mary; LEWIS, Jane.
(2000). The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 2, p. 281-298.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ACESSORIA PARLAMENTAR (DIAP).
(1988). *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Oboré.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta.
(1999). *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford, University Press.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta.
(1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, Princeton University Press.
- FERRAGINA, Emanuele; SEELEIB-KAISER, Martin; SPRECKELSEN, Thees.
(2015). The four worlds of 'welfare reality': social risks and outcomes in Europe. *Social Policy and Society*, v. 14, n. 2, p. 287-307.
- FILGUEIRA, Fernando
(1998). El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: residualismo y ciudadanía estratificada. In: Brian Roberts (Ed.). *Ciudadanía y política social*. San José: FLACSO / SSRIC, p. 59-80.
- GOFAS, Andreas; HAY, Colin (Ed.).
(2010). *The role of ideas in political analysis: a portrait of contemporary debates*. London, Taylor & Francis e-Library.
- GRAHAM, Hilary.
(1991). The concept of caring in feminist research: the case of domestic service. *Sociology*, v. 25, n. 1, p. 61-78.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko.
(2020). *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia, Ateliê Editorial.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi
(2012). Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: Helena Hirata;

- Nadya Araújo Guimarães (Org.); *Cuidado e cuidadoras*. As várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas S.A., p. 79-102.
- HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle.
(2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
(2019). *Outras formas de trabalho 2019: PNAD contínua*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>. Acesso em: 10 maio 2022.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO).
(2014). *Maternity and paternity at work: law and practice across the world*. Geneva, International Labour Office.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis.
(2017). *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro, Garamond.
- LEÓN, Margarita Borja; SALIDO, Olga Cortés
(2015). Políticas de família en perspectiva comparada. In: Margarita León Borja (Coord.). *Empleo y maternidad: obstáculos y desafíos a la conciliación de la vida laboral y familiar*. Bellaterra, FUNCAS, p. 59-80.
- LIMA, João Alberto de Oliveira; PASSOS, Edilenice; NICOLA, João Rafael.
(2013). *A gênese do texto da Constituição de 1988*. v. 1. Brasília, Senado Federal / Coordenação de Edições Técnicas.
- MARQUES, Stanley Souza
(2014). Identidade e diferença: licença-paternidade no Brasil e a reconstrução da identidade do sujeito constitucional. In: Riva Sobrado de Freitas, Mariana Ribeiro Santiago; Julia Maurmann Ximenes (Org.). *Direitos Fundamentais e Democracia IV*. Florianópolis, CONPEDI / UFSC, p. 343-366.
- MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana.
(2007). *Regímenes de Bienestar en América Latina*. Madrid, Fundación Carolina / CeALCI. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2014/08/DT11.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- MEDEIROS, Marcelo.
(2001). *A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. (Texto para Discussão n. 852). Brasília, IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.
- MEHTA, Jal
(2010). From “whether” to “how”: the varied roles of ideas in politics. In: Daniel Beland; Bob Cox (Ed.). *How ideas matter: reframing political research*. Oxford, Oxford University Press, p. 1-41.
- MUNHOZ, Sara Regina.
(2011). A atuação do “Centrão” na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições. *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, p. 343-394.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT).
(1983). *Convenção n.º 156 Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores*: trabalhadores com encargos de família. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242709/lang--pt/index.htm. Acesso em: 04 abr. 2022.
- PATEMAN, Carole
(2000). The patriarchal welfare state. In: Francis Castles; Christopher Pierson (Ed.). *The Welfare State Reader*. Cambridge, Polity Press, p. 134-152.
- PAUTASSI, Laura Cecília.
(2007). ¿Igualdad en la desigualdad? Alcances y límites de las acciones afirmativas. *Sur: Revista Internacional de Derechos Humanos*, v. 4, n. 6, p. 70-93.

- PILATTI, Adriano.
(2016). *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- RUBIN, Gayle.
(1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo. *Nueva Antropología*, v. 8, n. 30, p. 95-145.
- SARTOR, Angela Kalckmann Romanó.
(2018). A Paternidade na Conciliação Trabalho-Família. In: *Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt13-18>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- SCHMIDT, Vivien Ann.
(2012). Discursive Institutionalism: scope, dynamics, and philosophical underpinnings. In: Frank Fischer; Herbert Gottweis (Ed.). *The argumentative turn revisited: public policy as communicative practice*. Durham / London, Duke University Press, p. 85-113.
- SILVA, Ana Luísa Cataldo da.
(2015). *Dá Licença, eu sou pai!* A produção de sentidos sobre a licença-paternidade com trabalhadores-pais em Suape. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.
- SORJ, Bila.
(2004). *Reconciling work and family: issues and policies in Brazil*. Geneva, International Labour Office.
- STEFFEN, Mariana Willmersdorf; CÔRTEZ, Soraya Vargas.
(2018). Understanding social protection systems in Latin America and the Caribbean: typologies and efforts of classification. *Sociology Compass*, v. 12, n. 11, p. 1-10.
- TEIXEIRA, Solange Maria.
(2010). A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. *Emancipação*, v. 10, n. 2, p. 535-549.
- THE ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).
(2018). *Social Protection System Review: a toolkit*. Paris, OECD Development Policy Tools / OECD Publishing.
- THOMAS, Carol.
(1993). De-constructing concepts of care. *Sociology*, v. 27, n. 4, p. 649-669.
- THOMÉ, Candy Florêncio.
(2009). A licença-paternidade como desdobramento da igualdade de gênero: um estudo comparativo entre Brasil e Espanha. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, v. 50, n. 80, p. 41-53.
- TORNS, Teresa Martín.
(2011). Conciliación de la vida laboral y familiar o corresponsabilidad: ¿el mismo discurso? *Revista Interdisciplinar de Estudios de Género*, v. 1, n. 11, p. 5-13.
- UBASART-GONZÁLEZ, Gemma; MINTEGUIAGA, Analía.
(2017). Esping-Andersen en América Latina: el estudio de los regímenes de bienestar. *Política y Gobierno*, v. 24, n. 1, p. 213-236.
- VAN DIJK, Teun Adrianus.
(1996). Análisis del discurso ideológico. *Comunicación y Política*, v. 6, p. 15-43.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael
(2009). Critical discourse analysis: history, agenda, theory, and methodology. In: Ruth Wodak; Michael Meyer (Eds.). *Methods for Critical Discourse Analysis*. London, Sage, p. 1-33.

Recebido em
dezembro de 2022

Aprovado em
maio de 2023

Discursos morales y prácticas penitenciarias. Las teorías del desistimiento del delito y el valor del arrepentimiento en el “Plan de Sentencia” del Servicio Penitenciario Federal argentino

Andrea N. Lombrana¹

Resúmen

En el desarrollo de este trabajo se propone dar cuenta de la noción de “arrepentimiento” a partir de la mirada que puede ofrecer una socio-antropología de las moralidades orientada por un enfoque situacional, en el marco de la implementación de un programa de política penitenciaria: el Plan de Sentencia del Servicio Penitenciario Federal argentino, sustentado en los principios de las teorías del desistimiento del delito. El “arrepentimiento” es tomado aquí en términos de valor y permite dar cuenta no sólo de su posición dentro de diferentes cadenas significantes, sino fundamentalmente de sus movilizaciones efectivas, concretas y espacio-temporales en el caso bajo estudio; mostrando su carácter dinámico, develando sus inconsistencias y dando cuenta de sus vínculos con el derecho, la responsabilidad y el castigo en particular.

Palabras clave

Moralidades; prácticas penitenciaria; arrepentimiento.

Abstract

In the development of this work, it is proposed to analyze the notion of *repentance* from the point of view that a socio-anthropology of moralities can offer, guided by a situational approach within the framework of a penitentiary policy program implementation: the Plan de Sentencia of the Argentine Federal Penitentiary Service based on the principles of the desistance of crime theory. *Repentance* is taken here in terms of value and makes it possible to account not only for its position within different signifying chains but fundamentally for its effective, concrete and spatial-temporal mobilizations in the case under study, showing its dynamic character, revealing its inconsistencies and giving an account of its links to law, responsibility and punishment in particular.

Keywords

Moralities; prison practices; repentance.

¹ Doctora en Antropología Social por la Universidad de Buenos Aires. Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (EIDAES), Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). E-mail: andrealombrana@conicet.gov.ar.

Introducción

El presente trabajo se inscribe dentro de un proyecto de investigación colectivo más amplio, vinculado al estudio antropológico del rumbo de la política penitenciaria a nivel nacional desde la última recuperación democrática hasta nuestros días². Allí se sostiene la necesidad de analizar las prisiones como realidades que se construyen en procesos sociales dinámicos y contextualizados, donde se elaboran representaciones nativas y se evidencia la creatividad de los actores sociales que actúan en el espacio prisionizado. Los aportes de nuestras investigaciones empíricas reconocen además que la frontera carcelaria continúa siendo una unidad de análisis, pero en la medida que proporciona el contexto para el estudio de las relaciones sociales locales y la experiencia de los individuos que viven tras los muros (LOMBRAÑA Y OJEDA, 2019). Destacan esta institución dentro del entramado comunitario, y advierten que la separación entre el mundo interno y externo a la cárcel está plagada de comunicaciones. En definitiva, se presenta a la institución carcelaria en su conjunto como una particular constitución cultural, en la que el orden social adquiere formas contextuales y específicas.

En este marco se ha podido corroborar que si bien el declive de los argumentos correccionalistas signa la cárcel contemporánea tanto a nivel mundial (GARLAND, 2001) como local (DAROQUI, 2002), todas las narrativas penitenciarias en la actualidad retoman el ideal resocializador de algún modo (MOUZO, 2014): persiste en las normativas internacionales y en las leyes locales, en los planes de reforma de los servicios penitenciarios, en las publicaciones internas del SPF y aparecen también en los dichos de los miembros de esta fuerza. Pero al no tratarse ya de la reforma y la rehabilitación del preso, la resocialización resulta interpretada de múltiples modos y es capaz de legitimar prácticas muy distintas entre sí. En algunos casos es leída como el mandato de desarrollar un trato humano y respetuoso de las garantías que hacen a la dignidad de las personas detenidas en prisión (VÁZQUEZ ACUÑA, 2007; ZAFFARONI, 1987). En otros es entendida como una política penitenciaria tendiente a la identificación de las carencias de cada uno de los detenidos, incluso previas a la situación de prisionización, y a la disposición de recursos y servicios que les permitan superarlas (MAPELLI CAFFARENA,

² En el marco del desarrollo del Proyecto “Un estudio sobre experiencias de gestión penitenciaria en perspectiva comparada: recurrencias y divergencias entre el Servicio Penitenciario Federal y el Servicio Penitenciario Bonaerense”. Proyecto de Investigación Científica y Tecnológica, Fondo de Investigación Científica y Tecnológica (FONCYT) PICT2021-00020.

2006). Incluso algunas interpretaciones la ubican como un conjunto de prácticas tendientes a producir una "prisión quieta" (GARCIA BORES,1992; SOZZO, 2007); es decir, que no estaría orientada a modificar la conducta de las personas luego de su estadía en la prisión, sino a controlar su comportamiento dentro de la misma. Todos los discursos institucionales entonces, deben leerse a la luz de estos debates y en su compleja vinculación con otros discursos sociales, elaborados y sostenidos tanto dentro como fuera de los muros.

En esta línea, el artículo presenta los resultados del análisis de un corpus de documentos producidos en el marco del denominado Plan de Sentencia (2019), haciendo especial énfasis en los beneficios que la observación de las burocracias penales puede ofrecer a la construcción de conocimientos en este campo. Los referidos documentos, como conjunto resueltamente heterogéneo de discursos, compuesto por decisiones reglamentarias, normativas internas del SPF, medidas administrativas, boletines públicos e informes técnico-profesionales, movilizan el *arrepentimiento* como valor moral para establecer tipos de comportamientos deseables/indeseables. Sostenidos sobre los principios propuestos por el enfoque del desistimiento del delito, se legitiman así decisiones y acciones llevadas adelante por los funcionarios involucrados en la gestión de las prisiones federales.

La investigación se valió de las técnicas aportadas por el Análisis Crítico del Discurso. Este enfoque interdisciplinar se sustenta sobre la idea de que existen reales y eficaces vinculaciones entre el discurso y la estructura social en general, y con la desigualdad social en particular. De esta forma, el acceso y el control sobre determinadas formas de discurso se constituyen en recursos específicos del poder. Aquellos grupos de la sociedad que pueden controlar los discursos más influyentes serían aquellos que tienen también más posibilidades de controlar las mentes y las acciones de "los otros" (VAN DIJK, 1999). En el trabajo con los documentos de campo se identificaron distintos indicadores significativos y los diversos criterios que posibilitan su construcción como discurso; prestando especial atención a las estrategias de negociación que despliegan los distintos textos, a la descripción de los medios con los que logran aceptación y credibilidad, a sus posibles contradicciones y a la identificación de los elementos que no expresan u omiten en su argumentación.

Los datos producidos se abordan finalmente desde los aportes teóricos de la socio-antropología de las moralidades; desde donde se analizan cómo son movilizados en la práctica penitenciaria los valores e ideales que funcionan como requisitos de la resocialización. Este estudio permite advertir las posibles interferencias de los discursos morales en procedimientos que ya están

regulados por las leyes y por la constitución; mostrando su carácter dinámico, develando sus inconsistencias y dando cuenta de sus vínculos con el derecho, la responsabilidad y el castigo en particular.

Sobre el *desistimiento del delito*

Las teorías del desistimiento del delito conforman un campo de estudio dentro de la disciplina criminológica, inaugurado en los años noventa en Inglaterra, que se ha dedicado al abordaje de los procesos que subyacen a la finalización de carreras criminales por parte de personas que estuvieron asociadas regularmente a prácticas delictivas. Desde este enfoque, el desistimiento no puede ser explicado a través de la investigación clásica desarrollada extensamente sobre su contraparte, la reincidencia. Sino que para su comprensión deben analizarse particularmente las trayectorias o *cursos de vida* de los *infractores* (SAMPSON & LAUB, 1993), en búsqueda de los elementos que producen el cambio personal y la modificación de la conducta que resultan en el alejamiento del mundo del delito.

Es de destacar que dichas teorías ponen énfasis en presentar al desistimiento no como un evento singular donde se abandonan por completo y de manera drástica las prácticas ilegales, sino más bien como un proceso con distintos grados de abstención criminal (VIGNA, 2022). Al mismo tiempo, y a diferencia de los paradigmas criminológicos anteriores, sus indagaciones ponen el acento en los trayectos de transformación individual, y no en los modos de abordaje profesional y/o experto sobre los delincuentes que podría producirlos.

De este modo los estudios del desistimiento se dividen en tres corrientes principales: la teoría del control, la teoría de la transformación cognitiva (o teorías narrativas), y la teoría de la tensión-apoyo social (CID, 2021). En el primer caso se enfatiza el rol de las instituciones y los vínculos sociales en el control de los procesos de desistimiento del delito (la familia, los amigos, la comunidad) y la incidencia de diversos eventos que marcan *puntos de inflexión* dentro de una trayectoria (SAMPSON & LAUB, Óp Cit.) La segunda corriente coloca su atención en la voluntad de cambio y la agencia de la persona ofensora en el proceso de renuncia a las prácticas delictuales. Algunos autores que trabajan en esta línea sostienen que el desistimiento no tiene por qué involucrar un cambio profundo de valores o creencias, sino que simplemente puede darse a partir de la evaluación individual de los riesgos y/o inconveniencias que pudiera representar la continuidad de la práctica ilegal para la propia vida o para el entorno inmediato. Otros, por el contrario, destacan la necesidad de

alcanzar una transformación identitaria profunda a partir de la utilización de *anzuelos para el cambio* (LUNA DE MORA, 2019). Finalmente, la última corriente reconoce la influencia de factores estructurales y objetivos en las decisiones individuales relacionadas a la persistencia en el delito, y la relevancia de los *apoyos sociales* en el abandono de las trayectorias criminales (MANCHADO, 2021).

En conjunto estas teorías sugieren entonces, que los procesos de desistimiento delictivo se desarrollan en distintos niveles y son el resultado de la combinación de elecciones individuales, contextos situacionales e influencias estructurales; al tiempo que destacan la conveniencia de examinar estas intersecciones a través del estudio de las *narrativas desistidoras* que funcionan como puntos de partida indispensables del proceso de transformación (MANCHADO, 2020). Este argumento está sostenido en la convicción de que el cambio cognitivo es precursor y condición necesaria del cambio conductual (MARUNA, 2004); y que es en el plano del discurso donde pueden registrarse los significados de los cambios subjetivos relacionados a la percepción de sí mismos y de su propia identidad como personas, la responsabilidad por los eventos que los han conducido a la conducta delictiva y la valoración negativa sobre los comportamientos transgresores, la modificación de las motivaciones, el dominio sobre la decisión de corregirse, la preocupación por los demás y las proyecciones sobre el futuro (MCNEILL, 2006).

Frente a esta perspectiva, las propuestas de intervención institucional que se insinúan son aquellas sostenidas en el diseño de estrategias de carácter motivacional y en el despliegue de herramientas socioeducativas que se limitan a funcionar como soportes de los procesos personales; orientadas a acompañar, facilitar y promover los trayectos individuales en términos de *desistimiento asistido* (REX, 1999). El objetivo de estas prácticas sería el de apelar a las capacidades racionales y morales del infractor, para intentar persuadirlo del daño de su accionar y de la necesidad de enmendar su conducta futura, incluyéndolo como un participante activo del proceso punitivo.

Es por ello que los estudios del desistimiento han sido frecuentemente vinculados con la Teoría de la Comunicación Penal formulada por Antony Duff (MCNEILL, Óp Cit.), según la cual el castigo penal tiene como finalidad principal establecer un proceso bidireccional de comunicación entre la comunidad y el delincuente. Por un lado, la pena administrada y su separación provisoria de la sociedad, informa al delincuente acerca de la gravedad de sus acciones. Por el otro, la comunidad espera la comunicación formal de una

disculpa, y en ocasiones incluso, cierta reparación del daño perpetrado por parte del transgresor.

Como se hace evidente, para que esta comunicación ocurra, el tiempo del encierro debe ser “constructivo” (DUFF, 2003) y estar dedicado a que la persona comprenda efectivamente lo que hizo. Se produce desde allí la transformación subjetiva – siempre dolorosa – que le permita expresar el *arrepentimiento* sobre sus acciones, representarse un proyecto restaurativo hacia la comunidad y comprometerse con la no repetición de la conducta delictiva en el futuro. Siguiendo a Donoso: “Al castigar se intenta persuadir al sujeto del castigo acerca de la importancia moral de arrepentirse, de reconciliarse y comprometerse a reformar aquellos aspectos conductuales que han motivado el acto de censura. La carga y dolor que el castigado sufre no es un agregado de la práctica punitiva, sino que es parte integral de ella y el arrepentimiento que la pena intenta motivar. Un acto de penitencia que no suponga tal carga es un acto que difícilmente supone arrepentimiento y comprensión del daño cometido. El castigo facilita el doloroso proceso interno de quien reconoce su falta, se arrepiente de ella y busca reconciliarse con aquellos que su conducta criminal ha dañado. He ahí la razón de por qué el dolor ha de ser parte de lo que es la pena” (DONOSO, 2009, p.6).

Es en este punto donde el trabajo de acompañamiento en la (re)construcción de la identidad comprendida en el desistimiento, se ofrece como una herramienta central en las prácticas penitenciarias diseñadas bajo esta perspectiva; como en el caso del Plan de Sentencia (PS) que se describe a continuación.

El Plan de Sentencia del Servicio Penitenciario Federal

Si bien desde el año 1933, con la promulgación de la Ley N°11.833 de Organización Carcelaria y Régimen de la Pena, se articuló la unicidad del sistema federal de prisiones en Argentina, el Servicio Penitenciario Federal (SPF) fue reconocido como fuerza de seguridad de la nación recién en 1946, a través del Decreto Ley N°12.351 que reglamentó además su función penitenciaria.

Desde aquel primer momento en el SPF se establecieron los lineamientos que orientaron durante varios años y con distintos matices, la gestión de las prisiones a nivel federal sintetizados en el principio de *resocialización* como base del tratamiento de los detenidos (DI PRÓSPERO et al., 2020). Ello implicaba una interpretación del objeto mismo del encierro penal y la definición del

sentido institucional del SPF; que más allá de la custodia y guarda de la población encarcelada, se constituía como responsable principal de la implementación de un conjunto de intervenciones orientadas a promover el reintegro al medio libre de las personas condenadas, a través de la internalización de pautas sociales fundamentales y la adquisición de condiciones propicias para desarrollar una vida alejada del delito.

Sin embargo, el rumbo de la política penitenciaria experimentó un importante desplazamiento con el surgimiento del Plan Estratégico Operativo (2016-2020) al proponer un enfoque y una metodología que implicaron una profunda ruptura epistemológica respecto a la planificación tradicional, un cambio sustancial en los supuestos y principios filosóficos que le otorgaban sustento, y el reemplazo integral de las técnicas treatmentales anteriores. Es de destacar cómo, a partir de entonces, se estableció como prioridad la preservación de la seguridad pública (centrada en la acción punitiva del delito) por sobre la seguridad ciudadana (vinculada a las políticas de inclusión social y protección de la población), en el marco del diseño y sostenimiento de la gestión penitenciaria a nivel federal. En este sentido se proponía garantizar la uniformidad y la celeridad en la actuación de la administración penitenciaria a fin de fortalecer su misión en torno a “la disminución de la reincidencia, desalentar la criminalidad y contribuir a la seguridad pública” (Plan Estratégico Operativo del Servicio Penitenciario Federal, 2016, p.5).

Este contexto de transformación se tradujo institucionalmente en el (re)diseño del tratamiento penitenciario bajo su jurisdicción, que incluyó un cambio profundo en los modos de su ejecución efectiva en los establecimientos federales. Gran parte de este giro quedó plasmado en el denominado Plan de Sentencia: “El Plan de Sentencia se integra a la política institucional de reducción de la reincidencia mediante la aplicación de los modelos de Riesgo/Necesidad/Responsividad (RNR) y el enfoque del Desistimiento (...) Conlleva en sí mismo la evaluación de factores de riesgos y factores protectores (...) lo que implica una planificación multidisciplinar y conjunta de las áreas intervinientes” (Boletín Público Normativo del SPF N°693, año 2019).

El PS proponía entonces retomar la ideología de la rehabilitación, pero reformulada a la luz de una nueva orientación influenciada fuertemente por ciertos modelos de criminología aplicada, elaborados teóricamente en los años ochenta desde los países anglosajones como respuesta a las perspectivas críticas. Este campo de análisis emergente sostenido en la cuestión del “what works” o lo “que sí funciona”, había venido orientando las políticas penitenciarias principalmente en Canadá e Inglaterra en “la evaluación y

tratamiento de infractores (...) elaborado y contextualizado dentro de una teoría general de la personalidad y la teoría cognitiva del aprendizaje social de la conducta criminal” (ANDREWS, BONTA & WORMITH, 2006, p.8).

En líneas generales el modelo consistía en estimular el desarrollo de nuevas tecnologías actuariales - sostenidas en disciplinas tales como la estadística, las matemáticas y la economía - a fin de identificar los *factores de riesgo* de las personas privadas de la libertad, en relación a la probabilidad de involucrarse en el comportamiento delictivo nuevamente. A partir de allí se definían las *necesidades criminógenas* que debían ser abordadas en cada caso y los *factores protectores* que debían robustecerse, lo que permitía clasificar y categorizar a la población penal según la intensidad y el tipo de intervenciones a administrarse. Estas últimas eran ajustadas regularmente a partir de la *capacidad de respuesta* que presentara la persona detenida, adaptándolas a sus estilos y habilidades de aprendizaje.

De manera conjunta y simultánea se incorporó a la gestión penitenciaria la perspectiva del desistimiento del delito “con el propósito de lograr así un abordaje holístico, determinando las fortalezas (factores y mecanismos explicativos sobre la ausencia de conductas delictuales), que presentan las personas y que deben ser objeto de las diferentes intervenciones en cuanto refiere a su determinación y abordaje (Boletín Público Normativo N° 693, año 2019).

En el SPF la presencia de la corriente cognitiva, en el marco de estas teorías, se fue entramando a través de una serie de resoluciones y disposiciones a través de las cuales se modificaron procedimientos, se elaboraron formularios y se estipularon diversos programas de tratamiento. Un ejemplo de ello es el Boletín Público Normativo N°711 del año 2020 donde se estableció, entre otras cuestiones, la obligatoria elaboración del *índice de motivación al cambio* para toda la población penal (referido a la capacidad de resistencia y persistencia en el discurso de la identidad delictual): “Es un elemento que resulta muy significativo al momento de ver cuán compleja es la situación que se aborda. Indica la disposición explícita de enfrentar un proceso de transformación ligado al cese de las conductas infractoras”.

Algo similar se identifica en una serie de formularios diseñados para el Área Social, en el marco de los Criterios de Actuación Específicos para los Consejos Correccionales para Internos Condenados (Boletín Público del SPF N°67, año 2018) donde se presentaban los subtítulos “Posicionamiento ante el delito” y “Posicionamiento ante la víctima”, y se indicaba la importancia de registrar los siguientes elementos: actitud reflexiva y crítica en torno a la génesis del

accionar delictivo, actitud reflexiva y crítica en torno a las consecuencias del accionar delictivo en el entorno familiar, adquisición de conciencia de daño, establecimiento de capacidad empática hacia la víctima (y de corresponder, con sus deudos), intención de reparar el daño ocasionado, mejoras y/o retrocesos en relación a todas estas variables respecto al informe del período inmediato anterior.

En este mismo sentido se aprobaron durante esta etapa, una serie de programas de tratamiento orientados al abordaje de infractores a la ley categorizados según el tipo de delito cometido (Programa Específico de tratamiento para Agresores de Violencia de Género, Programa de Tratamiento para internos involucrados en causas de Homicidio o Tentativa, Programa de Tratamiento para Ofensores Sexuales, entre otros). Todos ellos preveían la implementación de una serie de técnicas cognitivo-conductuales dirigidas a “modificar los factores que intervienen en la génesis de la agresión”, como la conciencia emocional, la empatía con el sufrimiento de la víctima, las distorsiones cognitivas, los mecanismos de defensa (que no permiten asumir su responsabilidad en el delito), entre otros elementos. Con todo: “Este modelo permite que [la persona privada de la libertad] afronte las consecuencias de sus conductas, se responsabilice por los abusos cometidos, elimine las racionalizaciones y justificaciones que suelen utilizar para no hacerse cargo de su posición frente a la víctima” (Boletín Público Normativo del SPF N°631, año 2017).

Finalmente, las pautas establecidas a partir de las teorías de desistimiento, impusieron el registro de variables como el arrepentimiento, los sentimientos de culpa, las emociones y el posicionamiento en torno a la conducta delictiva (y sus víctimas), a la condena recibida y/o a la propia situación de encarcelamiento en distintas instancias de la ejecución de la pena. Basta con revisar los fundamentos de los dictámenes elaborados por los Consejos Correccionales³ de las distintas unidades penitenciarias, respecto de la conveniencia o no de otorgar institutos liberatorios, para observar la relevancia que adquirieron estos elementos en el desarrollo del tratamiento y la progresividad del régimen en el marco del PS:

³ El Consejo Correccional es el organismo colegiado del SPF que tiene a cargo el “seguimiento continuo del tratamiento del interno y la evaluación de su resultado, a fin de adoptar decisiones en los casos de su competencia o de asesorar a las autoridades pertinentes, de acuerdo a las leyes y a los reglamentos vigentes” (Decreto N°396/99, art. 93). Está presidido por el director del establecimiento e integrado por los responsables del Servicio Criminológico y las áreas de tratamiento (Asistencia Médica, Asistencia Social, Sección Educación, División Trabajo y Seguridad Interna).

“Respecto a su posicionamiento frente al delito, no asume su responsabilidad en los hechos, carece de reflexión y autocrítica. No demuestra deseos reparatorios (...) Al momento no cuenta con demasiadas herramientas como para retomar al mundo libre en otra posición diferente a la que ingresó. Su pronóstico criminológico y de reinserción social es desfavorable, con indicadores que permiten advertir riesgo para sí y/o terceros”. (Acta Consejo Correccional, informe sobre acceso al régimen de libertad asistida, abril 2020).

“Durante los encuentros, se ha indagado acerca de temáticas referidas a su situación procesal, su comportamiento ha sido reticente poniendo de manifiesto escasa capacidad de autocrítica y reflexiva. En la actualidad ha logrado mostrarse más receptivo ante las intervenciones realizadas, sin embargo, aún se considera necesario continuar profundizando sobre las cuestiones que lo llevaron a la pérdida de su libertad así como sobre las consecuencias de sus conductas trasgresoras” (Acta Consejo Correccional informe sobre incorporación al período de libertad condicional, marzo 2019).

“... nos encontraríamos frente a un sujeto que, si bien presenta un pronóstico de reinserción social que se infiere como favorable, al momento debiera de continuar reafianzándose a dicho proceso de autogobierno y demostrando poder sostenerlo en el tiempo, con la finalidad de poder pensar en un egreso al medio libre de manera responsable. Todo ello en virtud de intensificar las pautas compromisorias a partir de (...) sostener una postura reflexiva y mantener como fundamental factor protector cierta capacidad de empatía al registrar lo que la conducta delictiva producía en las víctimas y en la sociedad en general...” (Acta Consejo Correccional, informe sobre incorporación al período de libertad condicional, junio 2019).

De este modo se aprecia el despliegue de todo un dispositivo institucional que combina elementos de diagnóstico psico-social con la exigencia del reconocimiento de culpabilidad tanto sobre el hecho delictivo como sobre una “forma de ser y vivir” (Daroqui & López, 2012, p.106) - resultando en la responsabilización de la personas privada de la libertad por su propio proceso de *resocialización*. En este escenario la movilización discursiva del *arrepentimiento*, en tanto valor moral, resulta central.

El valor del arrepentimiento

Según fue desarrollado más arriba, desde la perspectiva de las teorías del desistimiento, el proceso de transformación exitoso del delincuente requiere como punto de partida la adopción de discursos que ofrezcan la declaración de

culpabilidad sobre sí mismo y la demostración suficientemente de “estar arrepentido”, como expresión cabal del cambio de identidad.

Si bien ha sido extensamente estudiado cómo entre los siglos XVII y XVIII el poder eclesiástico y político estaba signado por la lógica penitente, bajo la convicción de que la salvación sólo era posible a través de la incorporación de principios como el arrepentimiento, la confesión, la reorientación de la conducta, las buenas obras y la conversión (CANDAU CHACÓN, 2007; FOUCAULT, 1988); es sabido que estos elementos tienen escasa relevancia formal en el campo jurídico contemporáneo. De este modo es propicio suponer que éstos operan hoy en el ámbito penitenciario, como valores esencialmente de orden moral.

Cabe mencionar en este punto tres cuestiones fundamentales vinculadas al estudio del campo de las moralidades. En primer lugar, la pluralidad de esferas de valores presentes en el espacio social y dentro de cada una de ellas de valores disponibles para la elección del actor, razón por la cual el campo de la moralidad puede ser abordado con la previsión de reconocer su inconsistencia, incoherencia y desarticulación inherentes (LOMBRAÑA, 2015). De allí la conveniencia de abordarlo en términos de repertorio o configuración de valores que requiere para desplegarse indefectiblemente, de la activación y movilización por parte de cierta agencia, ya sea de manera estratégica o irreflexiva (NOEL, 2011). Todos los actores sociales están dotados de competencias cognitivas y morales esenciales para la evaluación y la crítica (BOLTANSKI, 2000) dentro de las cuales se encuentra una capacidad flexible de los actores para cambiar de códigos simbólicos de una situación a otra (SILBER, 2003).

Sobre este último punto Zigon entiende que existe una distancia entre la moral (entendida como un conjunto de disposiciones irreflexivas que orientan las acciones ligadas a la cotidianidad) y las *tácticas éticas* (momentos de quiebre, de reflexión sobre la acción); y es justamente en ese espacio, donde la mirada antropológica puede aportar un conocimiento significativo. Una antropología de la moralidad debe concentrar el análisis en los mecanismos de justificación que sólo pueden estudiarse en los momentos de ruptura: “...debería estar limitada a esos momentos sociales o individuales en los que las personas o los grupos son forzados a dar un paso al costado de la irreflexividad cotidiana y repensar, imaginar o reflexionar sobre sus concepciones para responder a ciertos dilemas éticos, conflictos o problemas” (ZIGON, 2007, p.140).

Finalmente, en el abordaje del campo de las moralidades, pueden identificarse teóricamente al menos tres esferas diferenciadas: la institucional (entendida como repertorios morales aceptados como estándares de la corrección y sostenidos como tales por cierta autoridad), el discurso público (constituido por los repertorios morales que circulan socialmente) y las disposiciones incorporadas (hábitos adquiridos originalmente de forma reflexiva pero que luego son actuados por repetición). Resulta necesario trabajar estas esferas orgánicamente conectadas lo cual sólo es posible a través de la observación directa de los regímenes morales tal como funcionan en la vida real.

Siguiendo a Durkheim, se presentan algunas características fundamentales que permiten profundizar las relaciones entre derecho y moral. Inicialmente, el autor considera el carácter imperativo de ambos discursos; al tratarse de un conjunto de reglas que prescriben comportamientos, partiendo de que no existe relación inherente ente el acto y su consecuencia: “Es imposible distinguir analíticamente en el acto del asesinato ningún elemento de la noción de castigo” (DURKHEIM, 1993, p.99). Luego, resalta la condición de deseable de los actos morales; de esta forma, quienes se comportan según sus prescripciones, son honrados y valorados positivamente por el conjunto social que acepta dichos preceptos como legítimos. Finalmente, introduce la noción de *influencia*, que ejercida por cierta autoridad, funcionaría como determinante en la orientación del comportamiento moral.

En esta línea de pensamiento, Douglas aporta el carácter clasificatorio de la moral y su relación con el ámbito de lo cognitivo: “La cultura, en el sentido de los valores públicos establecidos de una comunidad, mediatiza las experiencias de los individuos. Provee de antemano algunas categorías básicas, y configuraciones positivas en que las ideas y los valores se hallan pulcramente ordenados. Y por encima de todo, goza de autoridad ya que induce a cada uno a consentir porque los demás también consienten” (DOUGLAS, 2007, p.59).

En el pensamiento weberiano la moral aparece ligada a la razón: “A través del ejercicio de la razón, el individuo puede transformar los impulsos inconscientes y los hábitos semi-conscientes en propósito conscientes, integrarlos a un plan sistemático de vida y en ese sentido darle forma y crear conscientemente una personalidad que trascienda la contradicción de los impulsos...”⁴ (BRUBAKER, 1985, p.36). Sin embargo, no habría una manera

⁴ En el inglés del original: “Through the exercise of reason, an individual can transform unconscious impulses and semi-conscious habits into conscious purposes, integrate these purposes into a systematic life plan, and in this way consciously shape and crate a personality out of the tangle of contradictory impulses...” (traducción propia).

racional de decidir en relación a la pluralidad de valores disponibles en una sociedad (muchas veces contradictorios y en franco conflicto) sobre los cuales argumentar una acción, por lo cual debería aceptarse que la elección de cada actor está basada finalmente en una decisión “no racional”. Así, el único criterio para definir un comportamiento como amoral sería la ausencia de reflexión del actor sobre la misma. De allí se desprende su idea de responsabilidad (WEBER, 1996), ligada a la necesidad de tener en cuenta las consecuencias o efectos de la acción como un elemento ético clave; como se señala en el siguiente informe del SPF:

“Se observó una importante incapacidad para dimensionar los hechos pasados, tanto en su gravedad como en cuanto al lugar que él tiene respecto las decisiones que tomó hasta el momento de estar detenido. No demuestra reflexión, arrepentimiento ni voluntad de reparar a la víctima” (Acta Consejo Correccional, informe sobre acceso al régimen de libertad asistida, agosto 2019).

Esta postura reconoce la actividad dinámica y variable de los actores sociales según la situación a la cual se ven confrontados, y exige al investigador la tarea de evaluar los distanciamientos de sus prácticas discursivas respecto a un determinado conjunto de normas (Girola, 2005). Por eso, en el desarrollo del artículo, el análisis de los argumentos comienza con el marco de enunciación asociado a ellos (CHATEAURAYNAUD, 2005); y se considera cómo las distintas instancias de negociación llevan a los actores a modificarlos, disponerlos y presentarlos según cierto *razonamiento práctico* (SILBER, Óp Cit.):

“Al igual que argumentó anteriormente indica que al momento de recuperar su libertad no volverá a delinquir porque ya es una persona adulta (...) A diferencia de veces anteriores comienza a extender la mirada al afuera indicando que así como no le gustaría que alguien de su familia fuera víctima de un robo, nadie debería serlo. Agrega que ya no le interesa la plata “fácil” (...) Asimismo en sintonía con lo anterior profundiza en que los años que esperó el proceso en libertad se alejó del ilícito, comenzando a “hacer las cosas bien”. (...) debemos reconocer que al momento actual nos encontramos con un sujeto que comienza a virar y a lograr correr la mirada sólo del sí mismo, pudiendo observar las consecuencias que sus actos traen aparejadas” (Acta Consejo Correccional, informe sobre incorporación al período de libertad condicional, junio 2021).

De este modo, cuando se expresa el *arrepentimiento* se está negociando una determinada imagen colectiva o individual, dependiendo del nivel de la ofensa, de quién la haya ocasionado, y del contexto en el que aquella hubiera tenido lugar. Se trata de “un acto de habla restaurador que se usa cuando se

violan normas sociales por ofensas reales o potenciales” (FLORES SALGADO, 2012, p. 215). Estos procesos de disculpa constituyen ejercicios complejos que involucran la comprensión de las acciones incorrectas desde el punto de vista del “otro” en el contexto general de su propia vida, por lo cual suponen cierta vinculación empática acompañada de sentimientos como la compasión, el perdón o la misericordia como facilitadores (NOVITZ, 1998).

Corcuff (1998) identificó en particular el *régimen de la compasión*, y lo describió como un tipo de situación social signada por el sentimiento de responsabilidad hacia la difícil situación de los demás. Así, la intervención de la emoción compasiva apela directamente a la moral del perdón (LOMBRAÑA, Óp Cit.), y al mismo tiempo conlleva cierto deber de intervención: “La obligación de dar asistencia a alguien que está sufriendo puede estar basada en la responsabilidad derivada de una responsabilidad causal. La responsabilidad causal puede ser activa o pasiva, a través de la consumación o la omisión”⁵ (BOLTANSKI, 1999, p.7).

En este sentido Goffman (1981) en su análisis de las relaciones en público, se refiere al perdón como una de las formas de las *labores correctoras* que tienen como efecto transformar lo que podría entenderse inicialmente como infracción, en algo que pueda considerarse como aceptable. En el perdón se reconoce que la infracción en cuestión es un acto serio y real; a diferencia de otras labores correctoras como la *explicación*, donde los esfuerzos se colocan en desestimar la acción cometida. Werneck (2011) señala también que para dar lugar al perdón es preciso que exista ante todo, cierta percepción o demostración de un malestar interaccional (entre dos o más partes). Debe poder reconocerse además, que la acción ofensiva en cuestión se encuentra efectivamente en contradicción con algún principio moral/legal. Sin la condición del *arrepentimiento*, no hay lugar al perdón ni tampoco a la redención:

“En cuanto al pronóstico de reinserción social, se presentaría desfavorable al momento actual, considerando (...) la ausencia de postura autocríticas y arrepentimiento sobre las acciones cometidas, así como de ideas reparatorias. Por lo expuesto, y desde el punto de vista estrictamente criminológico, si bien el encartado estaría en términos temporales de acceder al beneficio en cuestión, y no registraría sanciones en el presente trimestre, esta división se expide de manera negativa al otorgamiento del beneficio solicitado” (Acta Consejo

⁵ Del original en inglés: “The obligation to give assistance to someone who is suffering may be based on a moral responsibility derived from a causal responsibility. The causal responsibility may itself be active or passive, through perpetuation or omission”. Traducción propia.

Correccional, informe sobre incorporación al período de libertad condicional, agosto 2019).

Ahora bien, en el espacio penitenciario los procesos de arrepentimiento/perdón registrados en los discursos institucionales, implican elementos que deben tenerse en cuenta como el control, la influencia, el poder y la autoridad; a la vez que permiten observarlos dentro de las mismas instituciones:

“Asume su autoría en el delito por el que se encuentra detenido, sin embargo continúa denotando una escasa implicancia en los hechos que lo han llevado a su detención como así también en el daño a terceros. Si bien se observa una evolución paulatina desde su ingreso, resulta menester continuar trabajando sobre el sostenimiento de conductas responsables, regulación emocional y tolerancia a la frustración, a fin de reconocer y sostener herramientas que le permitan alejarse de conductas trasgresoras” (Acta Consejo Correccional, informe sobre incorporación al período de libertad condicional o a la modalidad de salidas transitorias, febrero 2021).

El sentido de la ejecución de la pena, la finalidad de la prisión, el desarrollo de los discursos criminológicos y el penitenciarismo, han estado históricamente entrelazados con los discursos morales y religiosos en nuestra sociedad. Sin embargo, cuando los valores e ideales provenientes de estos ámbitos son extrapolados a la práctica penal y penitenciaria como requisitos a la resocialización, se produce un grave problema porque interfiere en procedimientos que ya están regulados por las leyes y por la constitución.

Reflexiones finales⁶

Es importante mencionar que el acceso al mundo emocional y afectivo de las personas, no es un proceso simple ni lineal como *a priori* aparece en los instrumentos que el SPF dispone para registrar sentimientos como el *arrepentimiento* o la culpa. La emoción, por definición, es un acto comunicativo específico. La propia expresión emocional constituye un esfuerzo de quien la expresa para ofrecer a otros una interpretación de algo que no le es observable a los demás de manera directa; y al hacerlo se altera no sólo el propio estado

⁶ Algunas de las ideas expuestas en este apartado han quedado plasmadas en el Boletín Público Normativo N°735/2021 del Servicio Penitenciario Federal, en cuyo proceso de diseño he participado en tanto integrante del Instituto de Criminología.

emocional de quien la expresa, sino que la emoción misma está sujeta a la interpretación de quien la recibe.

Esta definición tiene consecuencias concretas. En primer lugar, debemos aceptar que no hay forma de merituar, a ciencia cierta, el proceso de arrepentimiento o cualquier otra emoción sobre una acción o conducta sino es a través del discurso de la persona privada de la libertad. De este modo sus emociones, pensamientos e intenciones forman parte de una estructura contextual que los vincula. Cada contexto es así un conjunto de referencias para cierta clase de respuestas. Es además preciso considerar la posición del sujeto que emite el mensaje (persona privada de la libertad en este caso), pero también de aquel que lo recibe (el profesional penitenciario), y a ambos dentro de un campo de relaciones para entender la complejidad del fenómeno. Por todo lo dicho, el resultado de estos registros será siempre de carácter precario, y hablará más bien de la interpretación que el profesional haga del acto comunicativo que del proceso interno de la persona condenada.

El objetivo de la pena tiene como finalidad última lograr la resocialización. Si bien ello se relaciona, entre otros elementos, con la posibilidad de que la persona pueda sostener un proceso de reflexión sobre la acción cometida y cierto compromiso con la no repetición de la conducta disvaliosa, esto no supone necesariamente la intervención y la imposición de respuestas afectivas determinadas y homogéneas en todos los casos. Como tampoco el seguimiento del tratamiento y su ponderación regular, debe basarse en interpretaciones arbitrarias de carácter moral, que excedan los aspectos objetivos que hacen al desarrollo de la persona dentro del sistema progresivo de ejecución de la pena.

Debe tenerse en cuenta que el acto o proceso de reflexión mencionado, tampoco debe imponerse de manera obligatoria durante el tratamiento penitenciario. Este es, en todo caso, uno de los medios disponibles a través de los cuales se podrá alcanzar la implicancia subjetiva necesaria para avanzar en el tratamiento e ir cumpliendo los objetivos estipulados. Eventualmente la reflexión podrá alcanzarse, entre otras técnicas o modalidades de trabajo, por medio de la interacción con el profesional tratante o en cualquier espacio que la persona participe, así como también en soledad. Por lo que queda claro que el objetivo a evaluar no puede ser, en ningún caso, la reflexión en sí sino el resultado de la misma expresados en los avances concretos y meritables en el marco del tratamiento.

Por otro lado, si bien es sabido que en el campo pericial en general, y en particular en la tarea que atañe a la tarea penitenciaria, el funcionario está relevado del secreto profesional, debe tenerse mucha precaución con aquello

que se incluye en los informes y documentos producidos. Es necesario que el detenido conozca y sepa los motivos por los cuales será entrevistado en cada una de las instancias de tratamiento, los límites de la confidencialidad, las consecuencias de sus respuestas y las personas y ámbitos con las que se compartirá la información relevada. Con todo, el profesional no está exento de cuidar la intimidad de la persona. Esta modalidad de trabajo forma parte de una posición ético-profesional basada en una razonable expectativa de confianza entre entrevistado-entrevistador, donde la información que en ese ámbito surja quedará exenta del conocimiento generalizado y no será objeto de intromisiones arbitrarias.

Finalmente, todo registro sobre las respuestas afectivas - sean éstas sobre la conducta delictiva cometida, la condena recibida o el tránsito carcelario - se construyen indefectiblemente sobre la intromisión en la vida interna de la persona que ha recibido una sanción penal, por la cual ya se encuentra cumpliendo pena, y el fuero íntimo de su personalidad: ámbitos en los cuales el Estado no puede inmiscuirse. La actitud de “juzgamiento de autor” resulta absolutamente incompatible con el principio de derecho penal de acto al cual la constitución argentina adhiere; según el cual se castiga la acción desplegada conforme la tipificación del hecho punible, independientemente del grado de peligrosidad del autor y las características personales del mismo.

Al mismo tiempo, el “no arrepentimiento” sobre cualquier acción cometida (incluso aquellas socialmente disvaliosas y/o jurídicamente delictivas) y la no producción de sentimientos, emociones o deseos específicos en torno a ella, o a cualquier otra situación vinculada con ésta, no se encuentra regulado por ninguna ley vigente. Razón por la cual, el Estado no puede sancionar (en este caso produciendo argumentos tendientes a restringir el acceso a derechos liberatorios) conductas que no se encuentran prohibidas; ni obligar al interno/a, a través de ninguno de sus instrumentos y/o prácticas de gestión, a actuar en consecuencia. Este principio de reserva, en los dos aspectos mencionados, está tutelado por el artículo N°19 de la Constitución Nacional.

Asimismo, exigir o ponderar que la persona “se muestre o diga estar arrepentida” sobre la acción que lo llevó a su actual situación de detención, rutinizar en procedimientos burocráticos la producción de esa información, registrarla y elevarla a instancias judiciales, compromete seriamente la regla constitucional consignada en el artículo N°18 que prohíbe la autoincriminación, así como también en el artículo N°14 apartado “g” del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos que determina que nadie “será obligado a declarar contra sí mismo”.

Por último, debe recordarse que la responsabilización por las acciones cometidas por la persona condenada es función exclusiva de la instancia judicial y se materializa en la medida que se cumple la pena de prisión. De modo que la intervención penitenciaria en esta materia, no debe ir más allá de controlar el cumplimiento efectivo de la medida sancionatoria mientras esté en vigencia, preservando la garantía del *non bis in idem* (artículo N°18 y N°33 de la Constitución Nacional; artículo N°14, inciso 7 del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos la Convención Americana de Derechos Humanos en su artículo N°8, inciso 4).

La prohibición de la múltiple persecución penal no sólo se refiere a la pena, como garantía del derecho material, sino que está centrada en el propósito de impedir un nuevo accionar del poder punitivo del Estado, allí donde ya existe o existió uno idéntico. Las prácticas penitenciarias no deben, por lo tanto, volver a someter a juicio el hecho cometido ni reiterar la indagación acerca de los alcances de la responsabilidad penal; elementos que ya fueron establecidos con anterioridad. Tampoco corresponde al funcionario penitenciario, agravar las condiciones de la pena condicionando el usufructo de los derechos liberatorios.

Con todo, exigir la reflexión sobre el *arrepentimiento*, los sentimientos, las emociones y los deseos en torno a la conducta delictiva (y sus víctimas), a la condena recibida y/o a la propia situación de encarcelamiento no hace más que dispersar el objeto de la función estatal resocializadora. En cambio dispone en su lugar una serie de procedimientos de carácter inquisitorio, tendientes al uso del cuerpo no solo para el castigo, sino fundamentalmente, para la aplicación de técnicas eficaces en la producción de “elementos de verdad” operativos, que funcionan como requisitos para la obtención de los derechos liberatorios.

Permitir que el Estado interfiera en estas cuestiones, más allá de los modelos teóricos que lo sustenten, supone poner en riesgo seriamente las garantías constitucionales mencionadas, con la consecuencia de considerar a la persona condenada como un objeto y no como sujeto de derechos.

Bibliografía citada

- ANDREWS, Donald; BONTA, James & WORMITH, Stephen.
(2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime and Delinquency*, N°52, pp.7-27.
- BOLTANSKI, Luc.
(2000). *Amor y Justicia como competencias. Tres ensayos de sociología de la acción*, Buenos Aires, Amorrortu.
- BOLTANSKI, Luc.
(1999). *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRUBAKER, Rogers.
(1985). *The limits of rationality. An essay on the social and moral thought of Max Weber*. Londres, George Allen & Unwin.
- CANAU CHACÓN, María Luisa.
(2007). Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidad y penitencia en la España moderna. *Manuscripts*, N°25, p.211-237.
- CHATEAURAYNAUD, Francis.
(2005). La coacción argumentativa. Las formas de coacción en los marcos deliberativos y las potencialidades de expresión política. *Revista Europea de Ciencias Sociales*, GSPR-EHESS. Disponible en: https://www.gspr-eheess.com/documents/FC-coaccion_argumentativa.pdf Acceso en diciembre de 2023.
- CID, José.
(2021) Teorías del desistimiento: ¿un nuevo marco para el ideal rehabilitador? *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. REPC. 23-18. Disponible en: <http://criminet.ugr.es/recpc/23/recpc23-18.pdf> Acceso en diciembre de 2023.
- CORCUFF, Phillippe.
(1998). *Las nuevas sociologías. Construcciones de la realidad social*. Madrid, Alianza.
- DAROQUI, Alcira.
(2002) La cárcel del presente, su ‘sentido’ como práctica de secuestro institucional. En: Gabriel Kessler & Sandra Gayol, (comps.); *Violencias, secuestros y justicias en la Argentina*. Buenos Aires, Manantial.
- DI PRÓSPERO, Carolina; LOMBRAÑA, Andrea & OJEDA, Natalia.
(2020). Los idearios penitenciarios en Sudamérica: la experiencia argentina y chilena desde una perspectiva comparada. En: Gino Ríos Patio (comp.); *Criminología comparada. Enfoque científico de la desviación y la reacción social en los países iberoamericanos y España*. Lima, Renzo Espinoza Bonifaz, pp.40-62.
- DONOSO, Alfonso.
(2009). Castigo y dolor: el caso sudamericano hoy. *Nuevo mundo Mundos nuevos*, sección Debates. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/55834#text> Acceso en diciembre de 2023.
- DUFF, Antony.
(2003). *Punishment, Communication and Community*. New York, Oxford University Press.
- DOUGLAS, Mary.
(2007). *Pureza y peligro: un análisis de los conceptos de contaminación y tabú*. Buenos Aires, Nueva Vision.
- DURKHEIM, Emile.
(1993). *Escritos selectos*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FLORES SALGADO, Elizabeth.
(2012). La imagen social en la selección de las expresiones de disculpa. En: J. Escamilla Morales y Henry Vega (eds.); *Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico*. Barranquilla, Universidad del Atlántico y Programa EDICE, pp. 214-245.

- FOUCAULT, Michel.
(1988). *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- GARCÍA BORES, Joseph.
(1992). Psicología penitenciaria: ¿trabajar para quién? Análisis de una intervención institucional. En: María GARCÍA RAMÍREZ (comp.); *Psicología Social aplicada en los procesos jurídicos y políticos*. Sevilla, Eudema.
- GARLAND, David.
(2001). Una historia del presente. *La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona, Editorial Gedisa, pp. 31-70.
- GOFFMAN, Eric.
(1981). *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires, Amorrortu.
- LOMBRAÑA, Andrea.
(2015). El caso de Luis: Moralidades, emociones y dispositivo penal de “perdón”. *Dilemas, Revista de Estudios de Conflicto e Controle Social*, vol. 8, N°2, pp. 329-356.
- LOMBRAÑA, Andrea & OJEDA, Natalia.
(2019). Introducción. Etnografías del encierro. Estudios contemporáneos de la prisión. *Etnografías Contemporáneas. Revista del Centro de Estudios en Antropología*, Año 5, Número 8, pp.7-12.
- LUNA DE MORA, Rodolfo.
(2019). *Desistimiento delincuencial y respuestas penales para consumidores de drogas. Estudio de caso en los Tribunales de Tratamiento de Adicciones de Nuevo León*. Tesis de doctorado presentada en Univeritat Pompeu Fabra, Barcelona.
- MANCHADO, Mauricio.
(2021). “La salvación es personal”. Desistimiento, religión y narrativas de conversión en prisiones de Santa Fe (Argentina)”. *URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, N°29, pp.59-77.
- MANCHADO, Mauricio.
(2020). El castigo es una empresa. La búsqueda de la eficiencia penal en las políticas penitenciarias de Cambiemos. En: Esteban Iglesias & Juan Bautista Lucca (comps.); *La persistencia de la Argentina de Cambiemos*. Rosario, UNR Editora, p.81-97.
- MAPELLI CAFFARENA, Borja.
(2006). Una nueva versión de las Normas Penitenciarias Europeas. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. Nro. 8-R1, pp.1-44.
- MCNEILL, Fergus.
(2016). A desistance paradigm for offender management. *Criminology and Criminal Justice*, N°6, vol.1, pp.39-62.
- MOUZO, Karina.
(2014). Actualidad del discurso resocializador en Argentina. *Crítica Penal y Poder*, N°6, pp.178-193.
- NOVITZ, David.
(1998). Forgiveness and Self-Respect. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol.VIII, N°2.
- MARUNA, Shadd.
(2004). Desistance from Crime and Explanatory Style: A New Direction in the Psychology of Reform. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, N°20, vol.2, pp.184-200.
- NOEL, Gabriel.
(2011). Cuestiones disputadas. Repertorios morales y procesos de delimitación de una comunidad imaginada en la costa atlántica bonaerense. *Revista Publicar en Antropología y Ciencias Sociales*, Año IX Nro. XI.
- REX, Sue.
(1999). Desistance from Offending: Experiences of Probation. *Howard Journal of Criminal Justice*, N°36, vol.4, pp.366-83.
- SAMPSON, ROBERT & LAUB, Jhon.
(1993). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Cambridge, Harvard University Press.
- SILBER, Ilana.
(2003). Pragmatic Sociology as Cultural Sociology. *European Journal of Social Theory*, N° 6, pp. 427-449.

- SOZZO Máximo.
(2007). ¿Metamorfosis de la prisión? Proyecto normalizador, populismo punitivo y prisión-depósito en Argentina. *Urvio*, N°1, pp.41-44.
- VAN DIJK, Teun.
(1999). El análisis crítico del discurso. *Revista Anthropos*, N° 186, p.11-23.
- VÁZQUEZ ACUÑA, Martín.
(2007). Violencia intramural: su impacto en los derechos humanos de las personas en situación de encierro. En: Alejandro Isla (comp.); *En los márgenes de la ley. Inseguridad y violencia en el cono sur*. Buenos Aires, Paidós.
- VIGNA, Ana.
(2022). Cambios y continuidades en la negociación del orden carcelario. Una mirada al proceso uruguayo reciente. *Prisiones. Revista digital del Centro de Estudios de Ejecución Penal*. Universidad de Buenos Aires, vol.1, N°1. Disponible en:
<http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/revista-ceep/revista/R-Prisiones-CEEP-A01-Ed0001.pdf> Acceso en diciembre de 2023.
- WEBER, Max.
(1996). *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica.
- WERNECK Alexandre.
(2011). O egoísmo como competência: um estudo de desculpas dadas nas relações de casal como forma de coordenação entre bem de si e moralidade. *Revista de Antropologia*, USP, vol. 54, N°1, pp.133-190.
- ZAFFARONI, Eugenio.
(1987). La Convención Americana sobre Derechos Humanos y sistema penal. *Revista de Derecho Público*, Nro. 2. Buenos Aires, Fundación de Derecho Administrativo.
- ZIGON, Jarrett.
(2007). Moral Breakdown and the Ethical Demand. A Theoretical Framework for an Anthropology of Moralities. *Anthropological Theory*, vol. 7, pp.131-150.

Recebido em
janeiro de 2023

Aprovado em
maio de 2023

A formação de uma agremiação situacionista na Era Vargas: origens das carreiras políticas de dirigentes e candidatos do Partido Social Democrático do Paraná (1933-1937)

Sandro Aramis Richter Gomes ¹

Resumo

Neste artigo é desenvolvida uma investigação sobre o princípio da atividade política de dirigentes e candidatos de uma agremiação situacionista denominada Partido Social Democrático do Paraná (PSD-PR), cuja existência abrangeu os anos de 1933 a 1937. O objetivo deste estudo é avançar na compreensão acerca da organização interna e do desempenho eleitoral dos partidos estaduais que surgiram no contexto do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é demonstrado que a direção do PSD-PR contou com a presença de indivíduos oriundos dos partidos governistas da Primeira República. Houve veteranos que tiveram destacada participação na estruturação desse partido. Segundo, cumpre salientar que a maioria dos candidatos eleitoralmente competitivos dessa agremiação era novata na cena política. Terceiro, é evidenciado que o PSD-PR pertenceu ao rol de partidos governistas eleitoralmente competitivos. Nessa época, foram poucos os dissidentes e opositores históricos que conseguiram suplantarem os candidatos situacionistas do Paraná.

Palavras-chave

elites políticas; era Vargas; partidos estaduais.

Abstract

This article analyzes the beginning of the political activity of leaders and candidates of the ruling party named Paraná's Social Democratic Party (PSD-PR), whose existence covered the years from 1933 to 1937. The objective of this study is to advance in the understanding of the internal organization and the electoral performance of the regional parties that emerged in the context of the Provisional Government (1930-1934) of Getúlio Vargas. There are three arguments presented in this article. First, the central committee of PSD-PR had the presence of individuals from the ruling parties of the First Republic. Thus, the veterans had an outstanding participation in the structuring of PSD-PR. Second, most of the party's electorally competitive candidates were new to the political scene. Third, it is proven that the PSD-PR belonged to the group of electorally more competitive ruling parties. At that time, only a few dissidents and historical oppositionists were able to supplant the candidates of Paraná's ruling party.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: argomes8@gmail.com.

Keywords

political elites; Vargas era; regional parties.

Introdução

Neste artigo é realizada uma investigação acerca da origem das carreiras políticas de dirigentes e candidatos de uma agremiação estadual denominada Partido Social Democrático do Paraná (PSD-PR). Fundado em 1933, esse partido foi extinto em 1937. O objetivo dessa análise é produzir conhecimento sobre a estrutura interna e o desempenho eleitoral das agremiações constituídas nos anos imediatamente posteriores à Revolução de 1930. A realização dessa abordagem também propicia o entendimento das mudanças ocorridas nos estados, após o fim da Primeira República, quanto à competição entre as forças de situação e de oposição. Cumpre evidenciar que nesse período as disputas entre os partidos se tornaram mais acirradas, visto que surgiram agremiações oposicionistas dotadas da condição de ameaçar o sucesso eleitoral das chapas governistas.

Há três argumentos fundamentados neste trabalho. Primeiro, é salientado que uma parcela dos dirigentes do PSD-PR era egressa do partido situacionista que existiu no Paraná ao tempo da Primeira República. A gestão da grei não foi conferida apenas a indivíduos que principiaram a atuar na vida política no contexto da campanha presidencial de 1930. O partido contou com a presença de indivíduos que não foram eleitores de Getúlio Vargas nessa campanha, mas tinham experiência na administração de diretórios. No Paraná, portanto, os adesistas não demoraram a conquistar posições relevantes no interior da nova agremiação governista.

Segundo, cumpre destacar que, em sua maioria, os candidatos novatos pertencentes a essa grei eram eleitoralmente competitivos. Tratava-se de uma geração de políticos que ascendeu à cena partidária do Paraná após o exercício de cargos comissionados estaduais nos primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas. Nessa época, em tal estado, houve efetiva renovação do rol de lideranças políticas. Ao mesmo tempo, é destacado que um dos fatores do êxito eleitoral do PSD-PR nas eleições legislativas de 1934 decorreu do apoio de lideranças partidárias do interior. Elas se incumbiram de organizar diretórios locais e consolidar a presença do partido no interior do estado.

Terceiro, cabe destacar que o PSD-PR pertenceu ao grupo de partidos governistas eleitoralmente fortes, os quais amealharam a maioria das vagas nas instâncias do Poder Legislativo. De todo modo, essa agremiação experimentou uma queda de seu desempenho eleitoral em 1934. Nessa época, as agremiações oposicionistas impediram que o PSD-PR obtivesse a totalidade das vagas em disputa para cargos legislativos. Os oposicionistas históricos e dissidentes da agremiação situacionista possuíam uma força eleitoral suficiente para assegurar aos seus partidos uma representação mínima em instituições parlamentares.

Os estudos a respeito da vida política brasileira nos anos 1930 têm experimentado avanços. Um dos avanços é referente à análise da elevação do grau de competitividade eleitoral nos estados. Assim, as abordagens contemporâneas sobre o tema enfatizam que no curso daquela década ocorreu a criação de diversas agremiações partidárias. Por consequência, os partidos situacionistas não exerciam absoluto domínio das vagas para os cargos eletivos (COSTA; MASSIMO; PERISSINOTTO, 2017; SILVA E.; SILVA T., 2015).

Outro avanço é decorrente da análise do destino, ao longo da Era Vargas, de egressos dos partidos estaduais da Primeira República. Os estudos políticos têm evidenciado as formas de acomodação desses egressos em esferas administrativas de estados como Paraná e São Paulo a partir da implantação do Estado Novo (CODATO, 2008; DAGOSTIM, 2011).

Por outro lado, as análises políticas ainda se ressentem da falta de investigações sobre a composição social, as flutuações do desempenho eleitoral e as crises internas aos partidos que surgiram nos primeiros anos da Era Vargas. É apenas ocasional o aparecimento de trabalhos que se voltem ao estudo da votação das agremiações estaduais que funcionaram naquela época (NOLL; TRINDADE, 2004; RICCI, 2019). Ao mesmo tempo, permanece pouco avançada a compreensão dos modelos de gestão partidária das formas de recrutamento de correligionários e das circunstâncias do malogro eleitoral dos partidos criados ao tempo do Governo Provisório.

Portanto, é pouco comum o aparecimento de trabalhos referentes à organização interna de agremiações regionais (LAPUENTE, 2016; PRADO, 1986; RAMOS, 1980). Nesse particular, trata-se de destacar que há tempos os partidos estaduais denominados PSD não têm obtido especial atenção dos estudos históricos (PANDOLFI, 1980; RAMOS, 1993). Permanecem muito limitados os avanços no entendimento da consolidação e dos limites do predomínio eleitoral dessas agremiações, as quais eram ligadas aos interventores federais.

Em última instância, os estudos referentes aos partidos brasileiros dos anos 1930 ainda se revestem de um caráter panorâmico. A identificação de suas principais lideranças, das suas alianças com outras agremiações e do grau de sua força eleitoral consiste no limite da contribuição propiciada por esses estudos (ACHIAMÉ, 2010; OLIVEIRA, 2004; SPINELLI, 2010). Há restrita ênfase no entendimento das diferenças entre as agremiações no que concerne à capacidade de absorver antigos adversários e de consolidar uma base de apoiadores em áreas distantes das capitais. Desse modo, mantém-se em estágio incipiente o conhecimento dos processos de constituição, ação eleitoral e desorganização de partidos estaduais no aludido período.

De sua parte, o presente artigo se volta à tarefa de investigar a gênese da organização de um partido estadual que funcionou no decorrer dos anos 1930. Para tanto, convém empregar métodos de análise inspirados na prosopografia (CHARLE, 2006; STONE, 2011). Nesse quadro, o levantamento de informações sobre a atividade profissional e as carreiras políticas de dirigentes e candidatos do PSD-PR permite reconhecer aspectos convergentes quanto às formas de ingresso e ascensão política de uma parcela dos correligionários dessa grei. Esse levantamento também favorece o reconhecimento de distinções entre os primeiros filiados a esse partido. Dentre essas distinções, cabe enfatizar a natureza dos laços políticos que constituíram ao longo da Primeira República, as posições que ocuparam na administração pública durante o Governo Provisório e o seu grau de competitividade eleitoral.

Crítérios de levantamento e análise das informações oriundas de periódicos

O estudo das carreiras políticas dos candidatos e dirigentes do PSD-PR foi aqui realizado por meio da consulta a periódicos que publicavam informações sobre a rotina de nomeações e demissões dos órgãos públicos paranaenses. Distribuídas por quatro quadros, as informações respeitantes a essas carreiras são oriundas de jornais diários. Neste trabalho, privilegiou-se selecionar periódicos que assumiram a função de um diário oficial, de modo que apresentavam informações detalhadas acerca da composição dos órgãos da administração estadual.²

² As fontes utilizadas neste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>. A consulta a periódicos de circulação regional e nacional ocorreu em 2020. Nessa época, a digitalização dos jornais paranaenses no referido sítio estava em andamento. Portanto, os periódicos empregados neste trabalho não representam todo o conjunto

Nesse âmbito, o jornal *A República* desponta como a principal fonte de informações sobre as funções públicas exercidas por paranaenses nas esferas municipal, estadual e federal ao tempo da Primeira República. As nomeações e exonerações de funcionários públicos, notadamente os ocupantes de cargos em comissão, eram objeto da atenção da imprensa regional. Tratava-se de um período em que os governadores e prefeitos paranaenses preenchiam boa parte dos cargos por meio de indicações discricionárias.

Nos anos 1930, os periódicos alinhados ao situacionismo, sobretudo *O Dia*, veicularam regularmente informações acerca das nomeações para as agências da administração regional. A consulta a jornais situacionistas também foi capital para a análise da vida interna do PSD-PR. Essa análise evidenciou que a composição do seu diretório central pouco se modificou no curso daquela década. A dissidência ocorrida no interior da agremiação não provocou uma renovação expressiva do seu quadro de líderes.

Por fim, cumpre mencionar que a análise de jornais datados da Primeira República e do Governo Provisório possibilitou identificar as profissões e os municípios de origem dos expoentes do PSD-PR. Notou-se que esses correligionários desenvolveram carreiras profissionais muito estáveis. Nesse partido, não era comum que as suas lideranças exercessem distintos ofícios. Ao mesmo tempo, cabe reconhecer que a maioria dos próceres da agremiação não se afastou de suas cidades natais ao tempo em que PSD-PR esteve em atividade. Em geral, os dirigentes e candidatos desse partido não tiveram os seus percursos marcados pela migração. A maioria desses correligionários residiu em Curitiba, a capital do estado. Portanto, a mobilidade profissional e espacial não foi inerente à maioria dos percursos sociais estudados no presente artigo.

A constituição do diretório central do PSD-PR: a acomodação de novatos e veteranos no núcleo dirigente da grei

A finalidade desta seção consiste no estudo da composição social do grupo dirigente do PSD-PR, o qual foi formado em janeiro de 1933 (*O DIA*, 7 jan. 1933, p.1). O desenvolvimento dessa análise requer a apresentação de um panorama da cena política paranaense no começo dos anos 1930. Para tanto, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, compete ressaltar que, no ano da criação do partido, existiam apenas três agremiações em funcionamento no Paraná. O campo governista era

de jornais situacionistas e oposicionistas publicados no Paraná nos anos 1930.

representado pelo PSD. Em tal época, havia outras sete agremiações estaduais que empregavam a sigla *PSD*. Elas se aproximavam pelo fato de que faziam parte da base de sustentação política dos interventores federais nomeados por Getúlio Vargas. Os seus filiados tinham o compromisso de defender a ação administrativa dos interventores.

Esses partidos se assemelhavam pelo motivo de que foram organizados com o intuito de congregiar os integrantes da ordem situacionista surgida no Brasil após a Revolução de 1930. Por outro lado, cabe reconhecer que essas agremiações homônimas eram independentes entre si. Elas não formaram um partido nacional. No começo dos anos 1930, foram criadas unidades do *PSD* nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nesse período, não havia uma agremiação situacionista que funcionasse em todo o país (ABREU, 2015).

Nos anos 1930, a maioria das agremiações brasileiras possuía uma atuação limitada ao nível estadual (NOHLEN, 2005). A despeito do predomínio dos partidos estaduais, surgiram partidos dotados de um repertório de propostas de abrangência nacional. A Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora eram agremiações nacionais situadas, respectivamente, à direita e à esquerda do campo político. Assim, a polarização política decorrente da coexistência de programas partidários muito distintos foi inerente aos primeiros anos da Era Vargas (SOUZA, 1983).

No Paraná, em 1933, a oposição ao PSD era constituída por duas agremiações. Uma das agremiações era o Partido Liberal Paranaense (PLP), cuja fundação ocorreu em 1931 (O DIA, 16 ago. 1931, p.1). Ele era composto por apoiadores da candidatura presidencial de Getúlio Vargas, em 1930. A agremiação era liderada pelo general Mário Tourinho (1871-1964), que foi interventor federal no Paraná de 1930 a 1931.

Quando Tourinho foi destituído do cargo, o PLP se tornou uma agremiação oposicionista. A nomeação do novo interventor, Manuel Ribas (1873-1946), levou os correligionários de Tourinho a perderem posições na administração pública para os adesistas, isto é, os indivíduos que não eram apoiadores históricos de Vargas (CORREIO DO PARANÁ, 9 abr. 1932, p.1). Em resumo, uma parcela dos apoiadores de primeira hora do novo presidente da República não permaneceu por longo tempo inserida no campo governista do Paraná.

Nesse estado, a dissidência entre os partidários de Vargas permitiu que houvesse uma polarização eleitoral. Os dissidentes do grupo situacionista eram suficientemente coesos para organizar um partido, disputar eleições e conquistar mandatos. A existência do PLP possibilitou que, após migrarem

para a oposição, as lideranças paranaenses da campanha presidencial de Vargas continuassem ativas na cena partidária. Em 1934, essa grei assumiu a denominação de Partido Social Nacionalista (PSN). O grupo político de Tourinho exerceu o controle do diretório estadual dessa nova agremiação (DIÁRIO DA TARDE, 17 abr. 1934, p.1).

A outra agremiação oposicionista era o Partido Republicano Paranaense (PRP). Essa grei era formada pelos políticos que perderam seus mandatos e cargos comissionados em virtude da Revolução de 1930. Esse partido era homônimo do existente na Primeira República. Nas quatro primeiras décadas republicanas, o PRP não foi eleitoralmente ameaçado pelos efêmeros partidos de oposição.³ Nesse período, os líderes do partido acumularam vasta experiência no exercício de mandatos parlamentares e de cargos do Poder Executivo. Eles pertenceram a uma oligarquia cujas eventuais dissensões não foram suficientes para minar a força eleitoral da agremiação governista (GOULART, 2014).⁴

Os antigos expoentes do PRP começaram a articular o seu retorno à vida política no ano de 1932 (GAZETA DO POVO, 24 nov. 1932, p.1). Em 1934, esse partido passou por uma reestruturação administrativa e assumiu a denominação de União Republicana Paranaense (URP) (DIÁRIO DA TARDE, 02 jul. 1934, p.1).

De fato, as tentativas de reorganização do partido governista do Paraná da Primeira República não contaram com a adesão integral dos antigos correligionários da agremiação (DIÁRIO DA TARDE, 4 ago. 1934, p.1). De todo modo, os chefes políticos destituídos em 1930 conservaram um grau de unidade que lhes permitiu reativar uma agremiação partidária. Eles também preservaram uma base eleitoral suficiente para assegurar uma representação mínima em instituições do Poder Legislativo. Conforme demonstrado no decorrer deste artigo, no mencionado decênio, o partido formado pelos

³ As sucessivas derrotas das agremiações oposicionistas foram características da história eleitoral do Paraná durante a Primeira República. As derrotas desmobilizavam os correligionários e provocavam a extinção dos pequenos partidos. A contestação dos resultados eleitorais em pleitos como o de deputado federal era o limite do combate oferecido pela oposição aos candidatos governistas. Essa contestação foi uma medida adotada pelas oposições de distintas regiões do país (ZULINI, 2016). Não havia substancial distinção quanto ao comportamento político-eleitoral da oposição paranaense comparativamente ao adotado pelas oposições dos demais estados brasileiros.

⁴ Na Primeira República, os embates entre situacionistas paranaenses decorriam de fatores como a competição para a indicação de candidatos a cargos legislativos e executivos. Em distintos estados, a prerrogativa de indicar ocupantes de cargos públicos provocava contendas entre os membros das oligarquias (SANTOS, 2013).

políticos paranaenses privados de seus cargos em 1930 se tornou a principal agremiação oposicionista do Paraná.

Em verdade, a capacidade de retornar à cena partidária não foi peculiar apenas aos paranaenses que atuaram como situacionistas durante a Primeira República. Em estados como Minas Gerais e São Paulo, as lideranças dos antigos partidos estaduais também retomaram suas atividades políticas ao tempo do Governo Provisório. A esse respeito, cumpre salientar que o Partido Republicano Paulista se tornou, a partir da dissolução do Partido Democrático, a principal força oposicionista do Estado de São Paulo nos anos 1930 (PRADO, 1986). Ao mesmo tempo, o Partido Republicano Mineiro se consolidou como o maior antagonista do Partido Progressista, o qual congregava os governistas de Minas Gerais (RAMOS, 1993).

Compete, por consequência, fundamentar a segunda constatação sobre a cena política do Paraná dos anos 1930. Cumpre destacar que de 1933 a 1934 houve expressivo aumento do número de agremiações partidárias no estado. Esse aumento permitiu que o jogo político não ficasse limitado ao embate entre os apoiadores do Governo Vargas e os políticos oriundos da ordem política vigente na Primeira República. A esse respeito, cabe ressaltar que naquela década foram implantados no estado diretórios municipais de uma agremiação nacional, a Ação Integralista Brasileira (ALVES, 2019; DITZEL, 2007; OLIVEIRA, 2015). No contexto das eleições parlamentares de 1934, funcionavam no Paraná agremiações comandadas por representantes de específicos segmentos da sociedade, a exemplo dos católicos, os estudantes e os operários (RICCI, 2019).

Porém, até o momento da implantação do Estado Novo, o PSD, a URP e o PSN permaneceram como os partidos mais competitivos do Paraná. Desse modo, o crescimento do número de partidos não ameaçou o predomínio eleitoral dos políticos paranaenses que já possuíam uma sólida posição na cena partidária regional desde a época da Revolução de 1930.

Compete efetuar a análise da composição da Mesa Diretora eleita em 1933 para gerir o PSD-PR. Nesse âmbito, cabe destacar as diferenças entre os dirigentes da grei no que concerne às atividades políticas que desenvolveram nos anos anteriores à Revolução de 1930. Esses dirigentes se distinguiam em decorrência da maior ou menor experiência no jogo eleitoral que vigorou no Paraná ao tempo da Primeira República. Tal análise exige, pois, a atenção às informações contidas no Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil político e profissional dos integrantes do Diretório Central do PSD-PR (1933)

Nome	Função no diretório	Profissão	Município de origem	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Manuel Ribas	Presidente honorário	Diretor de cooperativa de ferroviários	Ponta Grossa (PR)	0	1	Situação	1
Raul Munhoz	Presidente da Mesa Executiva	Militar	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Antônio Jorge Machado Lima	Membro efetivo	Procurador da Fazenda Nacional	Ponta Grossa (PR)	2	0	Situação/Oposição	2
Ayrton Plaisant	Membro efetivo	Militar	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Catão Mena Barreto Monclaro	Membro efetivo	Militar	Porto Alegre (RS)	0	0	Sem filiação	1
Eduardo Virmond de Lima	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	1	0	Situação	1
Eurípedes Garcez do Nascimento	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Francisco de Paula Soares Neto	Membro efetivo	Médico	Rio Grande (RS)	0	0	Sem filiação	0
Francisco Martins Franco	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Hugo Gutierrez Simas	Membro efetivo	Advogado	Paranaguá (PR)	3	1	Situação/Oposição	1
Idálio Sardenberg	Membro efetivo	Militar	Porto Alegre (RJ)	0	0	Sem filiação	0
Ivo de Abreu Leão	Membro efetivo	Industrial	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	2

Fontes: A Federação (RS); A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

O estudo do Quadro 1 permite reconhecer a coexistência, no diretório central do PSD-PR, de três categorias de filiados. A primeira categoria era formada por correligionários que não tiveram experiência nas lides políticas durante as primeiras décadas republicanas. Nessa época, os membros dessa categoria não disputaram eleições, seja como integrantes de uma chapa, seja como candidatos avulsos. Assim, tal grupo era constituído por indivíduos que não mantiveram vínculo formal com uma agremiação e não possuíam uma base de apoio eleitoral nos anos anteriores à Revolução de 1930.

Durante o Governo Provisório, a cena partidária do Paraná foi marcada pela acomodação desses novatos em posições proeminentes na administração do partido governista. Uma parcela do grupo de novatos era composta por militares que se integraram à Aliança Liberal, a qual sustentou a candidatura de Vargas em 1930. Outra fração de novatos era constituída por profissionais liberais que, durante a Primeira República, não estiveram ligados um partido.

Para o refinamento da análise sobre as origens da ação política desses novatos, cumpre dividi-los em dois ramos profissionais. Trata-se de salientar as características das trajetórias que eles desenvolveram nos anos anteriores ao seu ingresso no PSD-PR. Por outro lado, é crucial identificar as posições que ocuparam na administração paranaense no contexto da fundação desse partido.

Um ramo de iniciantes era composto pelos médicos. Uma peculiaridade de tal grupo de dirigentes diz respeito ao fato de que tiveram uma participação estável no PSD-PR. Ao contrário do ocorrido no grupo dos militares, os médicos mencionados no Quadro 1 não se desligaram dessa agremiação. Eles tiveram um envolvimento mais consistente na vida política a partir do momento em que ingressaram na Aliança Liberal.

Houve dois destinos comuns aos médicos que se tornaram aliados de primeira hora da candidatura presidencial de Vargas. Um destino consistiu em articular a construção de um partido governista no Paraná. Iniciadas em 1931, essas articulações contaram com a participação de Francisco de Paula Soares Neto (O DIA, 5 fev. 1931, p.2). Outro destino foi obter nomeações para cargos estaduais. A maior parte dos médicos que dirigiram o PSD-PR conquistou essas nomeações. No início dos anos 1930, as distinções entre esses correligionários eram referentes às posições que ocuparam na administração paranaense.

Houve dois médicos que angariaram posições decisivas. Eurípedes do Nascimento e Francisco Martins Franco pertenceram ao Conselho Consultivo do Paraná, um órgão de assessoramento do interventor (O DIA, 3 fev. 1933, p.4). Os conselheiros estavam incumbidos, por exemplo, de emitir pareceres acerca da pertinência das demandas encaminhadas ao Governo Estadual (DAGOSTIM, 2011).

De sua parte, Eduardo Virmond de Lima foi integrado à Diretoria Geral da Saúde Pública. Nessa condição, ele participou de juntas de exames médicos (O DIA, 1º jun. 1933, p.8). Virmond, portanto, tornou-se um funcionário público. A sua atuação na administração estadual era circunscrita aos assuntos de sua profissão. Em relação aos médicos que também participaram do comando do

PSD-PR, ele desempenhou uma posição menos significativa no ordenamento administrativo paranaense.

Os médicos que dirigiram o PSD-PR não se diferenciavam de Virmond apenas pelas funções que exerceram no Governo do Estado. Eles também se distinguiam pelo fato de possuírem maior força eleitoral. Conforme evidenciado na terceira seção deste trabalho, Virmond pertenceu ao rol dos situacionistas pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. Assim, as distinções entre os primeiros dirigentes do PSD-PR se iniciaram ao tempo em que os partidários da Revolução de 1930 passaram a controlar os esquemas de nomeações para cargos públicos. Essas diferenças se aprofundaram no contexto das eleições parlamentares de 1934.

O outro ramo de estreantes era constituído pelos militares. Nesse grupo, Catão Menna Barreto e Idálio Sardenberg pertenciam à condição de adventícios. Eles eram provenientes do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o grupo situacionista do Paraná se mostrou aberto à absorção de indivíduos desprovidos de antigos vínculos sociais e familiares no estado.

Analogamente aos médicos citados no Quadro 1, os militares que comandaram o PSD-PR também foram incorporados às políticas de nomeações para cargos públicos no princípio dos anos 1930. Nessa ocasião, houve membros desse grupo que obtiveram posições relevantes no Governo do Estado. Em 1932, o capitão Ayrton Plaisant (1892-1959) foi nomeado chefe de Polícia do Paraná, que era o principal cargo na área de segurança pública no estado. O general Raul Munhoz, por sua vez, ocupou a função de membro do Conselho Consultivo (O DIA, 26 jan. 1933, p.8).

Entretanto, de 1934 a 1937 uma parte dos militares mencionados no Quadro 1 se desligou do grupo político do interventor Manuel Ribas. Em tal época, a vida interna do órgão central do PSD-PR era marcada por embates entre os seus principais dirigentes. Em 1934, o capitão Catão Menna Barreto saiu desse partido e se tornou opositor. Nessa ocasião, ele ingressou no PSN (DIÁRIO DA TARDE, 28 ago. 1934, p.2). Plaisant, por seu turno, afastou-se do interventor em 1937. Ele não aceitou a fusão do PSD paranaense com o PSN. Essa fusão originou o Partido Nacionalista Democrático (PND). Plaisant se empenhou na tarefa de manter o PSD-PR em atividade (DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1937, p.2). A dissolução dos partidos, promovida pelo advento do Estado Novo, encerrou a querela entre Plaisant e as lideranças do PND.

Em resumo, o grupo dirigente do PSD-PR se manteve coeso apenas no contexto das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Nos anos seguintes, tal grupo se desagregou. A acentuada interferência do

interventor Manuel Ribas nas articulações eleitorais do partido impediu que o projeto de fusão partidária tivesse o respaldo integral dos fundadores do PSD paranaense (O DIA, 19 jun. 1937, p.1).

Trata-se de dedicar atenção à segunda categoria de dirigentes do PSD-PR. Ela era composta por dois bacharéis em Direito: Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960) e Hugo Simas (1883-1941). Eles mantiveram ligações com o partido governista que existiu no Paraná ao tempo da Primeira República. Conforme evidenciado no Quadro 1, o principal benefício decorrente dessas ligações consistiu na conquista de cargos públicos. Porém, Lima e Simas se desligaram do grupo situacionista em meados dos anos 1910. Desse modo, a camada minoritária dos gestores do PSD paranaense era composta por veteranos cuja condição de opositorista lhes criou dificuldades, nos decênios de 1910 e 1920, para alcançar posições de destaque no cenário político do estado.

A fundação do PSD-PR propiciou que veteranos da vida política regional exercessem decisiva ingerência sobre a condução de um partido eleitoralmente competitivo. Essa agremiação não era gerida apenas por indivíduos que se familiarizaram com a gestão de um partido a partir dos anos 1930. Ela também era composta por políticos que tinham longo envolvimento na organização de diretórios partidários.⁵ Ao mesmo tempo, as informações do Quadro 1 demonstram que a filiação a esse partido permitiu que políticos veteranos obtivessem novos cargos públicos.⁶ Em última análise, a ordem política instaurada pela Revolução de 1930 promoveu no Paraná a retomada das atividades administrativas de indivíduos que, havia quase duas décadas, estavam afastados dos partidos e dos órgãos públicos.

Cumprir analisar, por fim, os primórdios dos percursos políticos dos componentes da terceira categoria de dirigentes do PSD-PR. Tal categoria era composta por Manuel Ribas e Ivo de Abreu Leão (1898-1963), que atuava como empresário do ramo ervateiro. Eles se aproximavam pelo fato de que, nos anos anteriores à Revolução de 1930, estavam envolvidos em círculos sociais

⁵ Hugo Simas pertencera ao Partido Autonomista (1919-1921), uma agremiação estadual fundada por dissidentes do governo paranaense (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919, p.3). De sua parte, Machado Lima foi um dos fundadores, em 1926, do Partido Democrático Paranaense (O DIA, 21 dez. 1926, p.1).

⁶ Hugo Simas, que fora Promotor Público durante a Primeira República, retornou ao Poder Judiciário do Paraná na qualidade de Procurador-Geral do Estado. Ele permaneceu nesse cargo de 1932 a 1933 (DIÁRIO DA TARDE, 09 fev. 1933, p.2). Em 1933, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 07 ago. 1933, p.1). Nesse contexto, Antônio Machado Lima conquistou a nomeação para membro do Conselho Consultivo do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 5 jan. 1933, p.1).

compostos por integrantes de partidos situacionistas. O estudo dos percursos de ambos os indivíduos permite salientar que a referida agremiação teve entre seus dirigentes membros de oligarquias que exerceram influência decisiva na vida política nos anos anteriores à ascensão de Vargas ao cargo de presidente da República.

Cumprir mencionar que, em 1928, Manuel Ribas se elegeu prefeito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com o apoio do partido situacionista existente nesse estado (A FEDERAÇÃO, 09 jun. 1928, p.4). O presidente honorário do PSD-PR não era um novato nas articulações referentes à montagem de chapas eleitorais e à formação de alianças entre políticos. O caráter honorífico de seu cargo nesse partido não o impediu de desempenhar interferência concreta na vida interna da agremiação. O episódio da fusão entre o PSD-PR e o PSN foi, pois, o momento da participação mais ostensiva do interventor na gestão do partido situacionista.

Ivo Leão, por sua vez, era membro de uma parentela que pertenceu à elite política paranaense durante o Segundo Reinado. Entre as décadas de 1890 e 1910, essa parentela se manteve integrada às esferas da administração estadual e aos partidos locais. Ao tempo da Revolução de 1930, os familiares de Leão se encontravam politicamente enfraquecidos. Nesse momento, havia mais de uma década que eles haviam se desligado do partido governista. Ou seja, uma nova geração de lideranças situacionistas passou a controlar o jogo político-eleitoral do Paraná (GRANATO, 2019). Porém, tal renovação não resultou no completo afastamento desses familiares dos órgãos da administração regional.⁷

No início do Governo Provisório, houve parentes de Leão que permaneceram envolvidos em esquemas de indicações para cargos públicos.⁸ Portanto, o PSD-PR tinha entre seus dirigentes um indivíduo cuja família atravessou distintos contextos envolvida no jogo eleitoral e nas políticas de distribuição de funções públicas. A esse respeito, cabe mencionar que o

⁷ Ivo Leão era bisneto, pelo lado materno, do negociante ervateiro Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), o qual liderou o Partido Conservador no litoral paranaense de 1853, quando a Província do Paraná foi criada, a 1889, ano da queda do Império (ALVES, 2014). Nas três primeiras décadas republicanas, um primo paterno de Ivo Leão, o advogado Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), integrou o núcleo dirigente do partido governista do Paraná. De meados dos anos 1910 e ao começo dos anos 1920, Alencar Guimarães foi o principal nome da oposição estadual (GOMES, 2017).

⁸ Em 1931, por exemplo, um primo de Ivo Leão já estava envolvido nas políticas de nomeações do novo Governo. Esse parente era João de Alencar Guimarães, que na época exercia o cargo de Inspetor Geral dos Veículos do Paraná (O DIA, 8 jan. 1931, p.4). Ele havia desempenhado essa função durante a Primeira República. Assim, tal indivíduo conseguiu negociar junto a antigos adversários sua permanência em um cargo público.

principal efeito do vínculo de Leão à ordem governista, no começo dos anos 1930, consistiu em sua indicação para integrar o Conselho Consultivo (O DIA, 8 nov. 1931, p.1) e presidir o Banco do Estado do Paraná (1932-1935) (DAGOSTIM, 2011). A filiação ao PSD-PR não o levou a seguir uma carreira na política. Todavia, essa filiação lhe possibilitou obter nomeações para desempenhar funções centrais em instituições do Governo local.

Em última instância, a formação da agremiação situacionista do Paraná, no início dos anos 1930, foi uma oportunidade para que antigos personagens da elite política estadual ressurgissem na cena partidária. Realizada na terceira seção deste artigo, a análise do rol de candidatos a deputado estadual pelo PSD-PR permite corroborar essa afirmação.

A disputa para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933: o desempenho eleitoral do PSD-PR

Nesta seção é empreendida a análise do desempenho dos candidatos do PSD-PR no pleito para as quatro vagas da bancada de deputados paranaenses à Assembleia Nacional Constituinte. Ocorrido em 3 de maio de 1933, esse pleito consistiu na primeira ocasião em que um partido situacionista do Paraná não conseguiu eleger todos os candidatos de sua chapa.⁹ A execução dessa abordagem requer, preliminarmente, o estudo das informações contidas no Quadro 2.

⁹ Cabe mencionar que a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi o único pleito ocorrido ao tempo do Governo Provisório. No Governo constitucional de Vargas (20/07/1934-10/11/1937), o PSD-PR participou das eleições federais e estaduais de outubro de 1934, bem como apresentou candidatos às eleições municipais de setembro de 1935.

Quadro 2 – Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1933)¹⁰

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
*Antônio Jorge Machado Lima	Procurador da Fazenda Nacional	Curitiba	Primeiro planalto	2	0	Situação/Oposição	2
*Idálio Sardenberg	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Manuel Lacerda Pinto	Advogado	Lapa	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Raul Munhoz	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações inseridas no Quadro 2 permitem a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre salientar que o PSD-PR apresentou uma chapa composta, em sua maior parte, por indivíduos que não desenvolveram uma carreira política anteriormente ao ano de 1930. Todavia, a condição de recém-ingressos na vida partidária não os impediu de suplantar os candidatos apresentados pelo PLP e pela URP. Nessa disputa, a votação geral dos partidos foi a seguinte: PSD, 14.888 (61,6%); PLP, 6.480 (26,8%); PRP, 2.789 (11,6%) (O DIA, 18 maio 1933, p.1). A quarta vaga de deputado constituinte foi conquistada pelo general Plínio Tourinho, do PLP. Ele fora um entusiasta da ascensão de Vargas à Presidência. Tourinho era, portanto, um egresso do grupo situacionista constituído no Paraná no começo dos anos 1930 (OLIVEIRA, 1997).

O resultado da eleição parlamentar de 1933 representou, naquele estado, a continuidade do isolamento político dos indivíduos destituídos de seus cargos públicos pela Revolução de 1930. Esse resultado também evidenciou a emergência dos militares como personagens centrais do quadro partidário estadual. Nesse particular, cumpre ressaltar que de 1930 a 1933 os políticos que se envolveram na candidatura presidencial de Vargas conheceram uma expressiva elevação de sua força eleitoral. Por conseguinte, trata-se de analisar

¹⁰ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados constituintes em 1933.

comparativamente o desempenho dos partidários de Vargas em pleitos para a Câmara dos Deputados realizados no Paraná no final da Primeira República e no início dos anos 1930.

Nesse estado, em 1930, existia um diretório de Aliança Liberal. Em tal ano, a agremiação lançou uma chapa de três candidatos na eleição para as quatro vagas de deputado federal por esse estado. Esses postulantes não conseguiram se eleger. Juntos, eles angariaram 27.957 votos, os quais representaram 20% do total de sufrágios. Nessa ocasião, Antônio Jorge Machado Lima auferiu 9.060 votos e foi o sexto colocado no pleito (O PAIZ, 10 abr. 1930, p.4).

Em sua gênese, o grupo político que criou o PSD-PR adotou uma prática comum aos partidos de oposição que existiram ao longo da Primeira República. Tal prática consistia em lançar chapas incompletas. Do início dos anos 1890 ao ano de 1930, as agremiações minoritárias se apresentaram nos pleitos eleitorais cientes da impossibilidade de ameaharem todas as vagas em disputa. Elas lançavam somente os seus candidatos mais competitivos para evitar a dispersão de votos em uma profusão de postulantes eleitoralmente fracos (FIGUEIREDO, 2016).¹¹

Ao se consolidarem como lideranças governistas, os remanescentes da Aliança Liberal se tornaram os políticos eleitoralmente mais fortes do estado. A esse respeito, atente-se novamente ao caso de Antônio Jorge Machado Lima. Em 1933, já acomodado na condição de prócer do PSD-PR, ele angariou 12.962 sufrágios na disputa para deputado constituinte. Ele foi, pois, o mais votado na disputa em segundo turno para tal cargo (O DIA, 18 maio 1933, p.1). Foi expressiva a diferença da votação que ele obteve em 1933 em relação àquela que angariou em 1930. Conforme mencionado, o grupo governista formado no Paraná ao tempo do Governo Provisório atingiu pouco mais de 60% dos votos no pleito ocorrido em 1933. Nesse estado, a primeira eleição realizada após a Revolução de 1930 evidenciou a consistente base eleitoral dos aliados de primeira hora do presidente Vargas.

Compete, pois, fundamentar a segunda afirmação desta seção. Trata-se de salientar que houve estados em que os partidos governistas não tiveram a

¹¹ Na Primeira República, nas eleições para deputado federal, era muito comum que os partidos de oposição apresentassem ora chapa incompleta, ora candidatura única. Essa opção era estimulada pela existência do *voto cumulativo*, o qual consistia na permissão para que o eleitor concentrasse os seus votos em apenas um candidato. No Paraná, estado que possuía quatro cadeiras na Câmara dos Deputados, o eleitor poderia sufragar por três vezes o mesmo candidato. Instituído em 1904, o voto cumulativo era um artifício que objetivava inibir a formação das “câmaras unânimes”, isto é, legislaturas que contavam apenas com a presença de situacionistas. No entanto, a aplicação desse artifício não foi suficiente para assegurar a eleição de oposicionistas (PORTO, 2002).

maioria dos votos no pleito de 1933. Houve regiões em que os políticos destituídos pela Revolução de 1930 preservaram um alto grau de competitividade eleitoral. Assim, no biênio 1933-1934, existiam partidos de oposição suficientemente fortes para impedir que as agremiações situacionistas tivessem o controle integral das esferas do Poder Legislativo.

Cumpra mencionar que, em 1933, três partidos estaduais alinhados aos interventores tiveram votação menor do que a obtida por agremiações oposicionistas. Os estados em que os partidos situacionistas foram derrotados eram os seguintes: Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os governistas também foram suplantados pelos seus adversários no Território Federal do Acre (RICCI, 2019, p.278-280). Nesse contexto, o PSD-PR fez parte do conjunto de agremiações governistas que alcançaram, na eleição para deputado constituinte, votação superior a 60% dos sufrágios. Esse conjunto era formado por dez partidos.¹²

De todo modo, não foi irrelevante o desempenho eleitoral das agremiações que congregavam oposicionistas, notadamente aquelas que eram identificadas com a ordem política da Primeira República. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, agremiações constituídas antes de 1930, apresentaram chapa única para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa chapa foi a mais votada (PRADO, 1986). Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro, que era formado pelos expoentes da oligarquia estadual, conseguiu reocupar um espaço na cena política. Em 1933, essa agremiação elegeu seis postulantes àquela Assembleia. Havia trinta e sete vagas em disputa (ABREU, 2015).

O fato de o Partido Republicano Paranaense não ter eleito representantes nesse pleito evidencia que, no Paraná, os remanescentes da ordem política da Primeira República experimentaram rápida desarticulação de suas bases eleitorais. Em 1933, a cena política estadual era controlada por correligionários e dissidentes da agremiação governista criada ao tempo do Governo Provisório. Na seção seguinte deste artigo, é evidenciado que em 1934 ocorreu uma redução do percentual de votos obtidos pelo PSD-PR. Essa redução não impossibilitou que esse partido conquistasse a maioria das cadeiras da Assembleia Legislativa e da bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

¹² Esse grupo era constituído pelos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul (RICCI, 2019, p.279-281). Nessa época, o Brasil possuía vinte e dois estados.

As eleições para a Câmara dos Deputados em 1934: a pluralidade de agremiações no Paraná

Na presente seção é desenvolvida uma análise sobre a composição da chapa de candidatos do PSD-PR à Câmara dos Deputados. A realização dessa abordagem exige o estudo das informações presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado federal (1934)¹³

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Ayrton Plaisant	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Flávio Carvalho Guimarães	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	2
Francisco Ferreira Pereira	Engenheiro Civil	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Lauro Sodré Lopes	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	2	0	Situação	1
*Otávio da Silveira	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Francisco de Paula Soares Neto	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações contidas no Quadro 3 permitem a sustentação de duas constatações. Primeiro, cumpre ressaltar que o PSD-PR foi uma agremiação que contou com o apoio de indivíduos oriundos do grupo situacionista que comandou o jogo político paranaense nos anos anteriores à Revolução de 1930. Uma parte dos egressos de tal grupo era eleitoralmente competitiva. Os dirigentes do PSD-PR inseriram na sua chapa de candidatos a deputado federal o bacharel Lauro Sodré Lopes (1898-1964). Nos anos finais da Primeira República, o seu vínculo com os situacionistas lhe permitiu conquistar cargos

¹³ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados federais em 1934.

no Poder Judiciário. Em 1929, por exemplo, ele foi investido no posto de Promotor Público da Vara Criminal da cidade de Curitiba (A REPÚBLICA, 10 ago. 1929, p.2).

A sua adesão ao novo Governo foi evidenciada no fato de que, em 1934, ele obteve um cargo em comissão – chefe de Polícia do Paraná (O DIA, 20 abr. 1934, p.7). Portanto, seis meses antes de sua eleição para deputado federal, ele atingiu uma posição central na administração paranaense. Conforme mencionado, esse cargo era o mais alto posto na área da segurança pública do estado.

Em última análise, houve adesistas que não encontraram dificuldades para ascender na cena político-partidária do Paraná dos anos 1930. Eles eram pouco numerosos nas chapas de candidatos do PSD-PR. No entanto, a maior parte dos componentes desse grupo conseguiu vencer eleições. Por consequência, eles contribuíram para que a agremiação situacionista formasse as maiores bancadas nas instituições legislativas. Efetuada na seção seguinte deste artigo, a análise do Quadro alusivo aos candidatos do PSD-PR a deputado estadual permite corroborar tal afirmação.

Ao mesmo tempo, as informações do Quadro 3 evidenciam que Sodré suplantou um membro histórico do governismo paranaense, a saber, Ayrton Plaisant. Assim, cabe destacar que havia desigualdades entre os apoiadores de primeira hora do movimento político que levou Vargas à Presidência. Plaisant pertencia, pois, à categoria dos apoiadores históricos eleitoralmente pouco competitivos.

Trata-se, por conseguinte, de fundamentar a segunda constatação desta seção. Cabe salientar que, em 1934, houve uma redução do percentual de votos angariados pelo PSD-PR. Esse partido obteve quatro das seis vagas em disputa para a Câmara dos Deputados. Ele angariou 13.786 votos, os quais perfaziam 40,8% do total de sufrágios (GAZETA DO POVO, 02 nov. 1934, p.2). Nesse período, havia nove agremiações partidárias em atividade no Paraná. De todo modo, os partidos oposicionistas mais competitivos eram os mesmos que participaram das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Reunidos no PSN, os dissidentes do situacionismo conseguiram uma das vagas de deputado federal. Filiados à URP, os remanescentes da ordem governista da Primeira República também elegeram um candidato (O DIA, 31 out. 1934, p.1).

O PSD-PR se consolidou como um partido que conseguiu assegurar maioria na Assembleia Legislativa e na bancada de seu estado na Câmara dos Deputados. Em outros estados, contudo, existiram agremiações governistas que foram suplantadas pelas forças da oposição. Nas eleições parlamentares de

1934, houve partidos situacionistas que tiveram menos sufrágios do que os seus contendores.¹⁴

Em síntese, verifica-se que o aumento do número de agremiações partidárias não se apresentou como um obstáculo para o PSD-PR resguardar o seu controle sobre as instituições políticas do Paraná. Essa grei possuía aliados eleitoralmente competitivos em distintas regiões no estado. Conforme destacado na última seção deste artigo, houve chefes políticos do interior que conseguiram um mandato ao se lançarem candidatos pelo PSD-PR. Nas eleições municipais de 1935, esses chefes asseguraram ao partido a conquista do maior número de prefeituras e das vagas nas câmaras de vereadores. Em 1937, quando ocorreu a dissolução dos partidos, a agremiação continuava a governar a parcela majoritária das cidades do estado (DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1937, p.2).

Outra fonte do poder do PSD-PR consistiu na reaproximação de seus líderes com antigos propagandistas da candidatura presidencial de Vargas. Essa reaproximação ocasionou a fusão entre o PSD-PR e o PSN. Portanto, nos meses pouco anteriores à instauração do Estado Novo, havia apenas um partido de oposição no Paraná, que possuía representação parlamentar. Esse partido era a URP, a qual conseguiu expandir a sua presença por áreas do interior.¹⁵ Em última análise, nos anos seguintes ao pleito de 1934, houve dissídios na cúpula do PSD-PR. No entanto, a passagem do PSN para o campo governista impediu que os desacordos internos promovessem o declínio da força política da agremiação dominante.

A chapa de deputados estaduais do PSD-PR: a coexistência entre veteranos e novatos na cena política regional

Nesta seção, cumpre analisar a composição social da chapa de candidatos à Assembleia do Paraná apresentada pelo PSD-PR às eleições de 14 de outubro de 1934. Trata-se de salientar as diferentes formas de absorção de correligionários por esse partido. Mais precisamente, convém investigar as circunstâncias nas quais ocorreu o ingresso de políticos veteranos e novatos aos

¹⁴ Tais estados eram os seguintes: Alagoas, Ceará, Maranhão e Mato Grosso. No Território Federal do Acre, a oposição também teve mais votos do que a situação (RICCI, 2019, p.281-282).

¹⁵ A URP conseguiu eleger candidatos para câmaras municipais, Assembleia Legislativa do Paraná e Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1935, ela também conquistou prefeituras do interior do Paraná. Dentre as cidades comandadas por políticos da URP, estavam Tibagi (DIÁRIO DA TARDE, 3 mar. 1937, p.1) e Castro (DIÁRIO DA TARDE, 5 ago. 1937, p.4).

quadros do PSD-PR. A execução dessa análise requer a atenção às informações expostas no Quadro 4.

Quadro 4 - Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado estadual (1934)¹⁶

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
*Acir Guimarães	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Adalberto Scherer	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Agostinho Pereira Alves Filho	Militar	Paranaguá	Litoral	0	0	Sem filiação	1
Alcebiades Cartaxo	Agrônomo	Jacarezinho	Terceiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Alfredo Venske	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Aluísio Leone	Médico	Lapa	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	2	7	Situação/Oposição	2
*Augusto Santos	Comerciante	Tibagi	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	0
Bernardo Ribeiro Viana	Médico	Palmas	Terceiro planalto	0	0	Oposição	0
*Brasil Pinheiro Machado	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	1
Braúlio Barbosa Ferraz	Agropecuário	Cambará	Terceiro planalto	0	0	Oposição	1
*Caio Graco Machado Lima	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	2	2	Situação/Oposição	0
*Camilo Stellfeld	Farmacêutico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Cassio Virmond	Médico	Guarapuava	Terceiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Djalma Rocha Al-Chueyr	Comerciante	Palmeira	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	3
Eduardo Virmond de Lima	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Erasto Gaertner	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0

¹⁶ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados estaduais em 1934.

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Epaminondas dos Santos	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Frederico Faria de Oliveira	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Helvídio da Silva Pereira	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	2	0	Situação	0
*João Manuel Ribeiro dos Santos	Médico	Jaguariaíva	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	0
*João Teófilo Gomy Júnior	Advogado	União da Vitória	Terceiro planalto	3	1	Situação	0
*Lineu Madureira Novais	Médico	Castro	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Mário Erichsen	Engenheiro Civil	Antonina	Litoral	0	0	Sem filiação	1
*Nelson José Correia	Dentista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Oscar Borges de Macedo Ribas	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Médico	Rio Negro	Segundo planalto	1	0	Situação	0
*Raul Gomes Pereira	Médico Veterinário	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Tito Ribeiro de Oliveira Mota	Industrial	Santa Antônio da Platina	Segundo planalto	2	0	Situação	0
Vicente Ferreira de Castro	Militar	Ponta Grossa	Segundo planalto	1	0	Situação	1

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações presentes no Quadro 4 permitem a sustentação de três constatações. Primeiro, cumpre mencionar que havia um desnível quanto ao número de políticos veteranos e novatos incluídos em tal chapa. Houve, pois, um predomínio dos novatos. Por consequência, cumpre identificar as distintas categorias em que se dividiam os estreatantes na disputa pelo cargo de deputado estadual.

O PSD-PR foi um partido que absorveu indivíduos cujas primeiras oportunidades de atuação em esferas administrativas datam do período do Governo Provisório. Uma parcela desses novatos era composta por

participantes das políticas de preenchimento de cargos públicos controladas pelos interventores federais do Paraná. Em boa medida, os membros dessa categoria estavam radicados na capital do estado.

Outra parcela de candidatos era formada por profissionais autônomos residentes em cidades do interior. As informações do Quadro 4 demonstram que uma parte das lideranças municipais do PSD-PR teve êxito no pleito para deputado estadual, apesar da curta experiência na vida política regional. Djalma Rocha, Lineu Madureira e Mário Erichsen pertenciam à categoria de líderes locais do PSD-PR que se mostraram eleitoralmente competitivos.

Uma tarefa capital dessa parcela de filiados era estruturar os diretórios locais da grei. Mário Erichsen, por exemplo, participou da instalação de um diretório do PSD-PR na cidade litorânea de Antonina, em abril de 1933 (O DIA, 25 abr. 1933, p.2). A instalação desse órgão partidário ocorreu uma semana antes da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, Erichsen exercia o cargo de prefeito, para o qual fora nomeado pelo interventor Manuel Ribas. Ao tempo em que desempenhou um posto na administração pública, Erichsen teve um papel decisivo na estruturação local do partido governista. Em síntese, esse engenheiro civil foi um dos correligionários que permitiram que o PSD-PR, na época de sua primeira disputa eleitoral, contasse com o respaldo de diretórios municipais.

Por outro lado, cumpre salientar distinções quanto às origens da ação política dos candidatos do PSD-PR que viviam no interior. Uma diferença diz respeito ao fato de que houve correligionários que não adentraram na vida partidária por meio da filiação à grei situacionista. Tal filiação ocorreu pouco antes das eleições de 1934. Esse era o caso do advogado Brasil Pinheiro Machado (1907-1997). Ele era egresso da Ação Integralista Brasileira. Em 1933, Machado era um destacado membro da AIB na cidade de Ponta Grossa. Ele era o responsável por coordenar localmente as atividades de propaganda dessa agremiação (O DIA, 25 nov. 1933, p.3).

Cabe mencionar que, nessa época, Pinheiro Machado já havia deixado o posto de prefeito de Ponta Grossa. Nomeado pelo interventor Manuel Ribas, ele exerceu tal cargo de agosto de 1932 a janeiro de 1933 (MARCHETTE, 2013). Nesse contexto, o PSD-PR já estava em funcionamento. Portanto, o caso de Pinheiro Machado é uma evidência de que a conquista de nomeações não ocasionou, em todas as situações, a imediata incorporação do nomeado à agremiação partidária do interventor.

Cumpre salientar que o PSD-PR, desde os seus primórdios, foi marcado pela capacidade de absorver integrantes de agremiações rivais. A fusão de tal

partido com o PSN foi apenas o momento derradeiro de um processo de atração de novos filiados. Assim, Pinheiro Machado se afastou de uma agremiação (AIB) que, apesar de sua capilaridade em municípios do interior paranaense, não possuía base eleitoral suficiente para vencer os partidos dominantes – o PSD, PSN e a URP. A migração para o campo governista assegurou a Machado tanto uma vitória eleitoral quanto a presença em esferas da administração pública.¹⁷

Dentre as nove agremiações que participaram das eleições parlamentares ocorridas no Paraná em 1934, a AIB foi o sexto partido em número de votos. Na eleição para a Câmara dos Deputados, essa agremiação angariou 415 sufrágios. No pleito para a Assembleia Legislativa, obteve 453 votos. Ela não conseguiu eleger os seus postulantes (GAZETA DO POVO, 2 nov. 1934, p.1).

De outra parte, trata-se de salientar que havia correligionários do PSD-PR cujo envolvimento em campanhas eleitorais principiou no ano de 1930. O apoio à candidatura de Vargas foi a etapa inicial da ação política desses novatos. Em tal categoria de filiados se encontrava o militar Agostinho Pereira Alves Filho. Antes de ingressar no citado partido, ele era uma liderança da Legião Paranaense na cidade de Paranaguá (O DIA, 12 ago. 1932, p.4). Essa organização reunia os partidários do Governo Provisório. Ela era um órgão de apoio ao grupo político que ascendera ao comando do Governo Federal.

Existiam entidades congêneres em outros estados brasileiros. Inicialmente, foi cogitada a possibilidade de as legiões estaduais se coligarem para a formação de uma agremiação nacional. Porém, esse projeto malogrou em virtude de disputas internas (ABREU, 2015; DONATO, 2002). As informações sobre os primórdios da atividade política de Agostinho Alves Filho permitem destacar a capacidade de o PSD-PR incorporar aos seus quadros indivíduos oriundos de agremiações que não possuíam sólida estrutura administrativa e relevante base eleitoral. De todo modo, esses indivíduos já possuíam alguma projeção política nos seus municípios de origem. Assim, ao partido situacionista do Paraná foi operacional conferir a essas lideranças o controle dos seus diretórios locais.

Por fim, cumpre salientar que no rol de novatos do PSD-PR havia membros da comunidade alemã de Curitiba. Esses correligionários eram Adalberto Scherer, Alfredo Venske e Camilo Stellfeld. Dentre esses três indivíduos, foi

¹⁷ Após a dissolução da Assembleia Legislativa, em 1937, Brasil Pinheiro Machado foi integrado ao alto funcionalismo público do Paraná. Em 1939, por exemplo, ele obteve o cargo de Procurador-Geral do Estado (MARCHETTE, 2013).

Scherer quem obteve maior apoio dos integrantes da citada comunidade na eleição estadual de 1934 (OLIVEIRA, 1997).

A incorporação desses indivíduos à chapa de candidatos a deputado estadual evidencia uma estratégia de aproximação com o eleitorado de origem alemã da capital paranaense. Ela também denota a adesão de setores da elite econômica de Curitiba a um partido governista. Nesse particular, cumpre mencionar desde a época da Primeira República as famílias de Scherer e Venske atuavam no ramo industrial.¹⁸ Carlos Stellfeld, por seu turno, era o proprietário de uma farmácia criada por seus familiares em 1857 (SIGOLO, 1998). Portanto, os dirigentes do PSD-PR incorporaram à sua chapa indivíduos cujas parentelas possuíam um enraizamento tanto na comunidade alemã de Curitiba quanto no meio empresarial dessa cidade.

Trata-se, por fim, de fundamentar a segunda constatação desta seção. As informações do Quadro 4 permitem salientar que o surgimento PSD-PR favoreceu a reabilitação das carreiras políticas de veteranos que tiveram projeção na cena partidária paranaense ao tempo da Primeira República. O PSD-PR não foi apenas o partido que absorveu dissidentes da agremiação governista que existiu no Paraná nos anos anteriores a 1930. Ele também contou com a presença de adversários da candidatura presidencial de Vargas. Em sua maioria, esses adesistas permaneceram eleitoralmente competitivos no período posterior à Revolução de 1930. Desse modo, houve antigos partidários da oligarquia destituída que contribuíram para a organização da nova agremiação governista.

Para salientar as características da origem das carreiras políticas dos veteranos, cumpre destacar os casos de Antônio Augusto de Carvalho Chaves (1875-1949) e Caio Graco Machado Lima (1885-1954). Chaves rompera com os situacionistas em 1915. O seu desligamento do grupo dominante lhe tornou eleitoralmente pouco competitivo. Por consequência, ele atravessou os últimos anos da Primeira República afastado das instituições políticas. A reabilitação de Chaves na cena partidária ocorreu em 1930, quando apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas. A obtenção de um cargo público consistiu na primeira etapa dessa reabilitação. Mais precisamente, em 1931, ele foi nomeado para o posto de Secretário da Fazenda do Paraná (O DIA, 6 nov. 1931, p.8). Assim, para uma parte dos adesistas, a emergência de um novo grupo político

¹⁸ O pai de Alfredo Venske, o imigrante alemão Gustavo Venske, fundou uma fábrica de fitas em Curitiba, no ano de 1907. Membros da família Scherer eram acionistas dessa empresa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000).

ao comando do Governo estadual significou o término de um longo isolamento político.

Por outro lado, a inclusão de Caio Machado na chapa de postulantes do PSD-PR é um indício de que houve adversários da candidatura de Vargas que não demoraram a aderir ao novo grupo situacionista do Paraná. Machado era irmão do citado Antônio Jorge Machado Lima. Porém, quando aconteceu a Revolução de 1930, eles não estavam politicamente alinhados. Contrariamente a Antônio Jorge, em tal época Caio Machado era um apoiador do partido controlado pela oligarquia estadual. Quando ocorreu a eleição presidencial de 1930, ele pertencia à bancada governista do Congresso Legislativo do Paraná (A REPÚBLICA, 28 jan. 1930, p.3).

Na qualidade de diretor do jornal *A República*, Machado se incumbiu de criticar as pretensões eleitorais dos chefes paranaenses da Aliança Liberal (A REPÚBLICA, 6 jun. 1930, p. 1). Nessa época, ele também participou dos esquemas de nomeações federais. Em 1930, a deposição do presidente Washington Luís provocou a exoneração de Machado do posto de Fiscal de Bancos do Paraná (O DIA, 19 dez. 1930, p.8).

Nas eleições de 1934, os referidos irmãos já se encontravam no mesmo campo político. Portanto, Caio Machado se integrou ao grupo de aliados do interventor federal. A absorção de ambos pelo PSD-PR foi marcada por uma divisão de tarefas. Consoante destacado, Antônio Jorge conquistou posições centrais no ordenamento administrativo paranaense no curso do Governo Provisório. Nesse contexto, Caio Machado se tornou um dos principais propagandistas do grupo político ao qual aderira. Denominado *O Dia*, o jornal que ele dirigia atuou como um órgão de divulgação das atividades da agremiação dominante e dos atos do interventor (O DIA, 13 nov. 1934, p.1). A condição de jornalista profissional foi útil para que Machado assumisse a tarefa de defender sua nova grei por meio da imprensa.

A adesão ao PSD-PR também foi uma iniciativa peculiar a chefes políticos municipais que desde a Primeira República participavam de eleições e de esquemas de nomeações para postos na administração estadual. O Quadro 4 evidencia que um desses adesistas era o advogado João Teófilo Gomy Júnior (1887-1959), que fora vereador em União da Vitória no final dos anos 1920. Ele foi um entusiasta da candidatura presidencial de Júlio Prestes em 1930 (A REPÚBLICA, 28 jan. 1930, p.3). Contudo, em 1931 Gomy Júnior já se encontrava integrado a um diretório formado por apoiadores de Vargas em União da

Vitória (O DIA, 12 ago. 1931, p.5).¹⁹ Em suma, Gomy Júnior se engajou nas primeiras iniciativas direcionadas à montagem de uma agremiação governista no período imediatamente posterior à Revolução de 1930.

Convém salientar as principais consequências do ingresso no PSD-PR. Uma das consequências consistiu em assegurar aos veteranos a sua reintegração ao quadro administrativo e partidário do Paraná. Os veteranos, a exemplo de Antônio de Carvalho Chaves e Antônio Jorge Machado Lima, conseguiram recuperar posições proeminentes nas agências do estado. Quanto aos novatos, o principal efeito da filiação àquela grei consistiu em adquirir um treinamento na criação e gestão de diretórios municipais. Outra implicação do vínculo ao governismo era ser integrado às novas agências da administração paranaense, como a Comissão de Sindicância e o Conselho Consultivo.

Cumprido, por fim, sustentar a terceira constatação desta seção. Em 1934, houve a consolidação de um cenário partidário que se desintegrou apenas com a instauração do Estado Novo. Nesse contexto, o mais consistente grupo de oposição ao PSD-PR era a URP, ou seja, o partido dos políticos veteranos destituídos de seus cargos em 1930. No pleito de 1934, essa grei teve uma votação ligeiramente maior que a do PSN. Atente-se, pois, à votação partidária das agremiações dominantes na disputa pelas vagas de deputado estadual: PSD-PR, 22.441; URP, 8.964; PSN 8.416 (GAZETA DO POVO, 02 nov. 1934, p.1).

Em um universo de novas agremiações, a votação conquistada pelo PSD-PR nesse pleito representou 53,2% do total de sufrágios. Ao passo que a agremiação governista elegeu vinte deputados estaduais, a URP e o PSN conseguiram eleger, individualmente, cinco postulantes. Assim, verifica-se a redução do percentual de votos do PSD-PR em relação ao pleito de 1933. Havia, portanto, efetiva polarização entre os grupos da situação e da oposição no Paraná.

Diferentemente do ocorrido com o PSN, a URP não se aproximou dos governistas. De 1934 a 1937, ela desenvolveu uma ação política permanente. A manutenção de diretórios em distintas regiões, inclusive em períodos não eleitorais, foi um aspecto inerente à história do partido. A alta coesão entre os políticos oriundos da ordem governista da Primeira República contribuiu para o estável funcionamento da agremiação.²⁰ A URP, portanto, não mudou sua

¹⁹ A entidade política que apoiava o interventor nesse momento era denominada Diretório Central Revolucionário do Paraná.

²⁰ Em julho de 1937, por exemplo, estava em funcionamento um diretório da URP na cidade litorânea de Paranaguá. Nessa ocasião, o diretório se reuniu para eleger o substituto de José Gonçalves Lobo (1866-1937) na presidência do órgão. Lobo desenvolveu sua carreira política na

linha de ação política durante o Governo constitucional de Vargas. A incorporação de lideranças desse partido às políticas de nomeações estaduais ocorreu a partir do advento do Estado Novo.²¹

Considerações finais

Por meio do estudo do caso de uma agremiação situacionista fundada no Paraná, a presente investigação buscou avançar no conhecimento da organização interna e da ação eleitoral dos partidos criados ao tempo do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em um sentido amplo, essa abordagem objetivou oferecer subsídios à análise comparada dos processos de reorganização da cena partidária dos estados nos anos posteriores a 1930. As informações aqui analisadas subsidiam a identificação de distinções regionais quanto ao grau de renovação dos quadros partidários, ao desempenho eleitoral de agremiações situacionistas e oposicionistas, e às motivações das dissidências partidárias ocorridas nos estados. Nesse quadro, cumpre destacar quatro resultados do artigo.

Primeiro, cabe mencionar que a composição do diretório central e das chapas de candidatos do PSD-PR comporta evidências de que, no começo dos anos 1930, ocorreu a emergência de uma nova geração de políticos no Paraná. Iniciados nas lides políticas por meio do envolvimento na campanha presidencial de Vargas, os integrantes dessa agremiação conquistaram rapidamente postos cruciais nas esferas da administração estadual. O PSD-PR contou com a participação de novatos que se inseriram nessas esferas por meio do envolvimento nas políticas de preenchimento de cargos comissionados.

Segundo, convém destacar que os políticos veteranos não foram proscritos da nova agremiação situacionista. De fato, eles formavam um grupo minoritário. Porém, conseguiram assegurar posições na Mesa Executiva do diretório central do PSD-PR e nas chapas de candidatos. Na Primeira República, esses veteranos tiveram a experiência de organizar partidos de situação e de oposição. Em suma, uma parcela dos membros fundadores do PSD-PR possuía um longo treinamento na gestão de agremiações estaduais. Convém salientar que uma parte desses veteranos permaneceu eleitoralmente

qualidade de correligionário dos próceres da URP (DIÁRIO DA TARDE, 28 jul. 1937, p.5).

²¹ Acerca dos perfis políticos dos participantes dos esquemas de nomeações estaduais no Paraná, de 1937 a 1945, ver Dagostim (2011).

competitiva nos anos 1930. Favorecidos pelo apoio do eleitorado situacionista, eles recuperaram um espaço em instituições como a Assembleia do Paraná.

Terceiro, cumpre mencionar que o PSD-PR teve êxito na tarefa de atrair correligionários de outros partidos. A absorção de membros de agremiações, como a AIB e o PSN, fortaleceu o grupo governista. Nesse período, os principais embates políticos no Paraná eram travados entre os situacionistas e os veteranos oriundos da agremiação que dominou na cena partidária do estado à época da Primeira República.

Por fim, a quarta constatação salienta que o PSD-PR pertenceu ao rol dos partidos governistas que não foram suplantados pelos seus antagonistas. As dissidências eventualmente abertas no interior dessa grei não foram suficientes para ocasionar uma perda expressiva de correligionários. A vida interna dessa agremiação não permaneceu estável durante toda a década de 1930. Todavia, os conflitos entre as lideranças maiores do partido não foram acompanhados pela desarticulação das bases eleitorais dos situacionistas no interior do Paraná. A conquista da maioria das vagas na Assembleia Legislativa e na bancada paranaense na Câmara dos Deputados foi sucedida pelo controle da parcela majoritária das prefeituras do estado. Às vésperas do advento do Estado Novo, a fusão do PSD-PR com o PSN evidenciou a capacidade de os governistas cooptarem adversários ao seu grupo político.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de (Coord.). (2015). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- ACHIAMÉ, Fernando. (2010). *O Espírito Santo na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- A FEDERAÇÃO. (1928, 9 jun.). Porto Alegre, n. 133. *Proclamação*. p.4.
- ALVES, Alessandro Cavassin. (2014). *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- ALVES, Luiz Felipe. (2019). *Elites integralistas em Paranaguá nos anos 30: organização e estruturas socioafetivas*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- A REPÚBLICA. (1930, 28 jan.). Curitiba, n. 23. *Congresso Legislativo do Estado*.p.3.
- (1930, 6 jun.). Curitiba, n. 123. *A República*. p. 1.
- (1930, 28 jan.) Curitiba, n. 23. *Contraste expressivo*. p.3.
- (1929, 10 ago.). Curitiba, n. 186. *Apólices de Seguro de Vida*. p.2.

- (1919, 21 nov.). Curitiba, n. 274. *As eleições*. p.3.
- CHARLE, Christophe.
(2006). A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: Flávio Heinz (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 41-54.
- CODATO, Adriano Nervo.
(2008) *Elites e instituições: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas.
- CORREIO DO PARANÁ.
(1932, 9 abr.) Curitiba, n. 1. *Pela organização legal da Revolução*. p.1.
- COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas;
PERISSINOTTO, Renato Monseff.
(2017). *Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934)*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 1, p. 79-110.
- DAGOSTIM, Maristela Wessler.
(2011). *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- DIÁRIO DA TARDE.
(1934, 17 abr.) Curitiba, n. 11747. *A organização do novo partido*. p.1.
- (1934, 2 jul.). Curitiba, n. 11811. *Novo partido político*. p.1.
- (1937, 28 jul.). Curitiba, n. 12749. *A União Republicana em Paranaguá*. p.5.
- (1934, 4 ago). Curitiba, n. 11840. *O Dr. Affonso Camargo e a situação*. p.1.
- (1934, 28 ago). Curitiba, n. 11859. *Página do Partido Social Nacionalista*. p.2.
- (1937, 25 set.). Curitiba, n. 12800. *Coluna do Partido Social Nacionalista*. p.2.
- (1933, 9 fev.). Curitiba, n. 11397. *Superior Tribunal de Justiça*. p.2.
- (1933, 5 jan.). Curitiba, n. 11362. *Está reorganizado o Conselho Consultivo do Paraná*. p.1.
- (1937, 25 set.). Curitiba, n. 12800. *Coluna do Partido Social Democrático*. p.2.
- (1937, 3 mar.). Curitiba, n. 12625. *O desmembramento do município de Tibagi*. p.1.
- (1937, 5 ago.). Curitiba, n. 12756. *Vida social*. p.4.
- DITZEL, Carmencita Holleben de Mello.
(2007). *Imaginários e representações: o Integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Ed. UEPG.
- DONATO, Hernani.
(2002). *História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Ibrasa.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca.
(2016). *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora.
- GAZETA DO POVO.
(1932, 24 nov.). Curitiba, n. 328. *PRP*. p.1.
- (1934, 2 nov.). Curitiba, n. 306. *Eleições*. p.1.
- GOMES, Sandro Aramis Richter.
(2017). *Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (c. 1853-c.1926)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva.
(2014). *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Jundiá: Paco Editorial.
- GRANATO, Natália Cristina.
(2019). *O Poder Legislativo paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados*

- federais e estaduais (1930-1937). *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 5, n. 1, p. 1-39.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva.
(2016) *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Tese de mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas.
(2013). *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional no território acadêmico*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- NOHLEN, Dieter.
(2005). *Elections in the Americas: A Data Handbook*. vol. 2. Oxford, Oxford University Press.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio (Org.).
(2004). *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- O DIA.
(1933, 7 jan.). Curitiba, n. 2757. *Reunião Político*. p.1
- (1931, 5 fev.). Curitiba, n. 2174. *Grande reunião política*. p.2.
- (1933, 3 fev.). Curitiba, n. 2780. *Conselho Consultivo do Paraná*. p.4.
- (1933, 1º jun.). Curitiba, n. 2876. *Atos Oficiais*. p.8.
- (1931, 12 ago.). Curitiba, n. 2314. *Convenção política*. p.5.
- (1933, 26 jan.). Curitiba, n. 2773. *Conselho Consultivo*. p.8.
- (1930, 19 dez.). Curitiba, n. 2735. *O sr. Caio Machado foi exonerado do cargo de fiscal de bancos, no Paraná*. p.8.
- (1934, 13 nov.). Curitiba, n. 3318. *O Dia*. 13 nov. 1934, p.1.
- (1937, 19 jun.). Curitiba, n. 4265. *O presidente Getúlio Vargas apoia a fusão do PSD com o PSN*. p.1.
- (1931, 6 nov.). Curitiba, n. 2385. *O sr. Carvalho Chaves regressa ao Paraná*. p.8.
- (1932, 12 ago.). Curitiba, n. 2632. *Legião Paranaense*. p.4.
- (1931, 8 nov.). Curitiba, n. 2387. *Conselho Consultivo*. p.1.
- (1931, 8 nov.). Curitiba, n. 2150. *Violento choque de veículos*. p.4.
- (1933, 18 maio). Curitiba, n. 2864. *Os candidatos eleitos à Assembleia Nacional Constituinte*. p.1.
- (1934, 20 abr.). Curitiba, n. 2145. *Atos governamentais*. p.7.
- (1934, 31 out.). Curitiba, n. 3308. *Os eleitos do Paraná*. p.1.
- (1933, 25 abr.). Curitiba, n. 2846. *Notas políticas da atualidade*. p.2.
- (1933, 25 nov.). Curitiba, n. 3027. *De Ponta Grossa*. p.3.
- (1926, 21 dez.). Curitiba, n. 1115. *Partido Democrático Paranaense*. p.1
- OLIVEIRA, Luiz Gustavo.
(2015). *Devotos do Sigma: integralistas de Teixeira Soares/PR, 1935-1938*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.
- OLIVEIRA, Ricardo (Org.).
(2004). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná, 1930-1980*. Curitiba: Seti.
- (1997). Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, n. 9, p. 47-56.

- OLIVEIRA JÚNIOR, Walfrido Soares de.
(2000). *Fitas Venske: discussões acerca do mundo fabril em Curitiba*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- O PAIZ
(1930, 10 abr.). Rio de Janeiro, n. 16608. *As eleições de 1º de março*. p.4.
- PANDOLFI, Dulce Chaves.
(1980). A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Ângela Maria de Castro Gomes (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339-425.
- PORTO, Walter Costa.
(2002). *O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- PRADO, Maria Lígia Coelho.
(1986). *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática.
- RAMOS, Plínio de Abreu.
(1993). *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.
(1980). *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis:Vozes.
- RICCI, Paolo (Org.).
(2019). *O autoritarismo eleitoral dos anos 1930 e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
(2013). O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 1, p. 9-37.
- SIGOLO, Renata Palandri.
(1998). *A saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura em Curitiba, 1930/45*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- SILVA, Estevão; SILVA, Thiago.
(2015). Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 75-106.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de.
(1983). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- SPINELLI, José Antônio.
(2010). *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*. Natal: Ed. UFRN.
- STONE, Lawrence.
(2011). Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137.
- ZULINI, Jaqueline Porto.
(2016). *Modos do bom governo da Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime oligárquico de 1889-1930*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.

Recebido em
julho de 2020

Aprovado em
maio de 2023

O Senado em duas décadas: *Social Background* dos Senadores Eleitos entre 1994 e 2014¹

Alison Ribeiro Centeno²

Resumo

Avaliando as vitórias nas disputas pelo Senado Federal e dividindo os partidos de acordo com seus posicionamentos na escala ideológica esquerda-centro-direita, objetiva-se demonstrar os padrões de recrutamento das bancadas ao longo de duas décadas. Observando suas diferenças em termos de diplomação e profissão, utilizando essas características da posição socio-ocupacional dos políticos para averiguar os níveis de experiência e os padrões de formação das carreiras políticas, constatou-se que há maior diferença entre os blocos ideológicos pelas profissões prévias em relação às diplomações, sendo que no Senado a *expertise* política foi um padrão, indistinto o *social background* dos políticos.³

Palavras-chave

Senado Federal; elites políticas; *social background*.

Abstract

Analyzing the victories for the Federal Senate disputes and dividing the parties according to their positions in the left-center-right ideological scale, the main objective of the presenting paper is to evaluate the parties' recruitment patterns over two decades. Observing the senators' educational degrees and professions before their political careers and, by using these characteristics of the socio-occupational position of politicians to ascertain the levels of experience and patterns of political career formation, it was found that there is a greater difference between ideological segments in previous professions regarding educational degrees, while political expertise was a standard indistinct to the politicians' social background.

Keywords

Federal Senate; political elites; social background.

¹ Versão expandida do artigo apresentado na 19ª edição do Congresso da SBS (2019).

² Doutorando em Ciências Sociais pela PUCRS. E-mail: alison.centeno@edu.pucrs.br.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

Fortalecendo o empenho de melhor entender o recrutamento de elites políticas, unindo-se a estudos de mesma natureza focados nas casas do Congresso Nacional (ARAÚJO, 2011; COSTA, P.; COSTA, L.; NUNES, 2014; CORADINI, 2012), objetiva-se delinear os perfis (considerando-se os partidos) dos eleitos à Casa da Federação, indo além do panorama evidenciado de posição socio-ocupacional privilegiada dos Senadores – indistinta a legenda, ao longo das duas décadas em estudo.

Entende-se como melhor forma de estudar o *social background* da classe política agregar e analisar os dados de diplomação escolar e profissão antecedente à carreira política, tendo para tal fim unido (num banco de dados no SPSS) tais características de todos os políticos eleitos para os 243 mandatos disputados entre 1994 e 2014. Essa percepção decorre da prontidão de se mapear equivalentes informações nas minibiografias dos portais do Legislativo (nesse caso, mais especificamente, do Senado Federal), bem como nas biografias desenvolvidas por centros de estudos como o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), fontes de coleta das informações a serem exploradas no presente estudo.

Diferentemente de outros recursos plausíveis para entender as “morfologias” das elites políticas, como no caso do capital familiar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), que se pode desdobrar desde o núcleo familiar ao parentesco, mas que facilmente pode ser questionado diante do mero apadrinhamento político, dados de formação, profissão e, principalmente, de carreira político-institucional são extremamente conspícuos, dificilmente não sendo postos em evidência pelos próprios políticos, tornando-os assim de maior capacidade para lhes codificar e sintetizar para análise. Esses atributos também evidenciam, para além das origens socio-ocupacionais, os meios de circulação das elites sociais que transpõem seus capitais (cultural, social, econômico etc.) ao meio político.

Sabendo-se pela mais diversa gradação de pesquisas que o Congresso é majoritariamente composto pelos dotados de alta posição social e/ou de recursos educacionais (RODRIGUES, 2002, 2009; CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014; ARAÚJO, 2011), em que semelhantes fatores se fazem presentes já na campanha através da capacidade de agregação de recursos financeiros para a disputa eleitoral (CARLOMAGNO; CODATO, 2018), o intento aqui presente é fazer uma referência cruzada de como os segmentos ideológicos se caracterizam diante de sua elitização.

Desta feita, busca-se avaliar as vitórias nas disputas pelo Senado Federal entre os anos de 1994 e 2014, tendo esses importantes recursos do capital social (*social background*) e da experiência política como protagonistas do levantamento. Logo, serão ressaltadas as diplomações e profissões mais recorrentes nas frações ideológicas (esquerda, centro e direita) e investigadas as possíveis distinções de experiência e projeção política dos Senadores eleitos de acordo com os segmentos de titulação e ocupação profissional.

O recorte do período para investigação advém da manutenção da polarização PT contra PSDB nas seis eleições presidenciais concomitantes às que serão examinadas, também marcadas pelo crescimento da fragmentação partidária no Congresso Nacional (MADEIRA; OLIVEIRA; CENTENO, 2022), bem como por ser essa, desde a redemocratização, uma sucessão de anos nos quais ocasionais crises econômicas no País e crises políticas no Governo Federal e no próprio Senado não ocasionaram *impeachment* do(a) Chefe de Estado e do Governo, havendo governabilidade e capacidade de estruturação de base majoritária na Câmara Alta do Parlamento.

Antes de avançar para a exploração dos dados, é importante denotar que sempre se trabalhará com eleitos, mesmo que porventura alguns não tenham chegado a assumir a cadeira por quaisquer motivos, bem como serão averiguados os partidos pelos quais os políticos venceram o pleito, ainda que tenham mudado de agremiação antes da posse ou durante o mandato.

Ao todo, 195 Senadores foram eleitos para 243 mandatos no transcorrer das duas décadas em estudo, sendo que 41 políticos (21%) venceram mais de uma eleição durante o ínterim. Os números que serão apurados nas próximas seções levarão em conta as vitórias, logo, essas quatro dezenas de políticos que conquistaram duas ou três vezes uma das cadeiras do Senado reincidirão no banco de dados e, conseqüentemente, na exploração deles.

Finda essa introdução, ao longo das próximas três seções, espera-se agregar ao debate da crescente literatura sobre o recrutamento de elites políticas no Brasil – especialmente pela disparidade dos estudos voltados para o Senado Federal, que se apresentam em menor número (NEIVA, 2011; ARAÚJO, 2011; CENTENO, 2018), com a apreciação dos dados que mostram o Senado composto, principalmente, por partidos de centro e direita, revelando o recrutamento característico dos nichos ideológicos para além do tradicional predomínio dos bacharéis e profissionais do ramo jurídico no Parlamento, desaguando na análise do nível e da formação de experiência política dos Senadores de acordo com o *social background* dos políticos eleitos.

Distribuição Partidária e *Social Background* dos Senadores Eleitos ao longo de duas décadas

O estudo do *social background*, concomitantemente ao conhecimento sobre a carreira política, evidencia o fundamento do poder dos Senadores. Sendo o cargo mais alto do Legislativo – o único cuja eleição transcorre de forma majoritária –, conhecer a gênese do sucesso eleitoral é elementar para compreender as bases políticas e sociais, explicando em grande parte a atuação no transcorrer do mandato: posicionamentos, votações, discursos etc., moldando os perfis partidários.

Majoritariamente, a Câmara Alta foi composta por partidos de centro e direita, especialmente pela força do MDB (23,5% dos assentos no Senado durante o período), do DEM (mais de 17%) e do PSDB (pouco mais de 15%), que, juntos, conquistaram mais da metade (precisos 56%) das vitórias entre 1994 e 2014. Esses números chamam atenção não apenas pela fração de conquistas eleitorais desses partidos, mas também pela constância: em 1998, juntos, esses partidos somaram 80% das vitórias (quando havia apenas 27 cadeiras em disputa). A partir da eleição de 2010 há uma mudança significativa no padrão de captura de assentos, com pequenos partidos ganhando terreno na Câmara Alta, junto de legendas como o PDT e o PP (que vinham minguando no transcorrer das quatro eleições anteriores), que incrementaram suas bancadas.

Mesmo sendo a quarta maior força dentro do Senado Federal ao longo do íterim, o PT teve um desempenho inconstante ao longo dessas seis eleições: somente quando houve disputa por dois terços das cadeiras que o partido desfrutou de maiores trunfos na corrida pelo Senado. A *performance* eleitoral petista é parecida com a dos pequenos partidos (“Outros” na Tabela 1), que, na competição pela representação federativa no Congresso, avançam em número de assentos nos anos em que se renovam 54 mandatos.

A fim de progredir ao ponto principal do trabalho, que é o estudo do *social background* dos Senadores eleitos no decorrer desse intervalo, ressalta-se o modesto espaço para partidos de esquerda na Casa da Federação. Processou-se durante esses vinte anos o predomínio dos grandes partidos, preponderantemente de centro e direita, em que até mesmo as tradicionais e enraizadas agremiações de esquerda tiveram obstáculos para chegar à Câmara Alta. Não apenas o maior representante desse segmento ideológico teve dificuldades para obter e, sobretudo, manter um grande contingente de

cadeiras, o PDT e o PSB também tenderam (salvo o ano de 2014 para os pedetistas) a aumentar o espaço no Senado nas eleições em que cada unidade federativa escolheu dois Senadores.

Tabela 1 – Mapeamento das vitórias dos partidos nas disputas pelo Senado Federal entre 1994 e 2014

PARTIDO	1994	1998	2002	2006	2010	2014	TOTAL
PP	6	2	0	1	4	1	14
PDT	5	0	4	1	2	4	16
PT	4	3	10	2	11	2	32
PTB	3	0	3	3	1	2	12
MDB	14	11	9	4	14	5	57
DEM	11	5	15	6	2	3	42
PSB	1	1	3	1	4	2	12
PSDB	8	5	8	5	6	5	37
Outros ⁴	2	0	2	4	10	3	21
TOTAL	54	27	54	27	54	27	243

Fonte: TSE.

Madeira, Oliveira e Centeno (2022) elaboram uma divisão dos partidos de acordo com o surgimento e o crescimento das agremiações ao galgarem posições majoritárias. Observa-se aqui que entre 1994 e 2006 as legendas de menor porte que lograram êxito nas eleições para a Câmara Alta eram antigos partidos: PPS, PR (o então PL), PCdoB e PRTB. Ainda nas eleições de 2010, justamente na qual há o mais significativo avanço das pequenas agremiações, percebe-se que, salvo uma cadeira do PSOL e outra do PRB, ainda as velhas legendas se sobrepuseram, inclusive com a chegada do PSC e do PMN no Senado.

O caráter majoritário das eleições para o Senado e a alternância da renovação (da terça parte e outros dois terços), intercalada ao longo dos oito anos de mandato senatorial, contribuíram significativamente para esse quadro (CENTENO, 2020; MADEIRA, OLIVEIRA; CENTENO, 2022). Resta nos

⁴ PCdoB, PMN, PPS, PR, PRB, PRTB, PSC, PSD e PSOL.

próximos parágrafos averiguar se esse padrão ideológico-partidário também se traduziu em perfis claros e ideologicamente associáveis no *social background* dos Senadores eleitos.

A fim de dinamizar a análise, as diplomações e as profissões prévias às carreiras políticas dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014 – serão observadas através da divisão dos partidos na escala ideológica esquerda-centro-direita. As legendas foram agrupadas seguindo as linhas de Rodrigues (2009) e Power e Zucco Jr. (2009), sendo: esquerda (PCdoB, PT, PSB, PPS e PDT), centro (PSDB e MDB) e direita (PTB, PR⁵, DEM e PP).

Seis partidos foram alocados na categoria “sem classificação”⁶, tanto por não figurarem nos dois estudos, como por terem um mandato cada (exceto o PSD, com dois), tonificando a possibilidade de haver casos em que por questões regionais o político se abrigou temporariamente em uma legenda que representava algo distante da sua caracterização ideológica, exclusivamente para disputar a eleição. Espera-se, assim, atestar os padrões do recrutamento político das legendas observando-as em blocos e, ao elencar a posição socio-ocupacional como fator principal, averiguar se a experiência política (em número, no tipo e em projeção dos cargos eletivos prévios) pode estar associada ao *social background*.

O estudo dos antecedentes da vida política-eleitoral elucidada como a elite política é descasada da realidade socioeconômica da população. Autores de viés institucionalista, clássicos da Ciência Política contemporânea, como Robert Dahl, afirmam como o meio político institucional, embasado em eleições, participação e disputa política, não deve ser tão somente um espelhamento da sociedade, ou seja, uma mera representação estatística. Como será observado nos parágrafos a seguir, há, deveras, um forte contraste, considerando o altíssimo nível de instrução educacional e de ocupações do alto estrato social dentre parlamentares.

No transcorrer de duas décadas, o ramo jurídico foi o mais emblemático meio pelo qual os Senadores passaram antes de ascenderem à Casa da Federação, principalmente nos partidos de centro e direita; em termos de diplomação, o bacharelado em Direito foi o mais frequente, indistinto o posicionamento ideológico. Enquanto nas legendas de centro os advogados representaram a profissão mais recorrente, foram principalmente nos partidos de direita que no levantamento não se observou a prática do ofício. Ainda no

⁵ Extinto PL (que posteriormente com a fusão com o PRONA tornou-se o PR).

⁶ PMN, PRB, PSD, PRTB, PSC e PSOL.

que tange à ocupação, os empresários se fizeram em considerável número no Senado, tanto nas agremiações de centro quanto nas de direita, sendo a profissão mais recorrente nesse espectro ideológico; esse padrão corresponde aos evidenciados por Codato *et al.* (2016), Neiva e Izumi (2014) e Araújo (2011).

Sabe-se que muitos políticos não exercem profissão na área de diplomação, mas, também, quando se observa haver um maior número daqueles que se declararam médicos, em relação aos formados em medicina, outro ponto importante no estudo dos padrões socio-ocupacionais vem à tona: muitos políticos acumulam diplomas em diferentes áreas (“diversos” na Tabela 2); além dos médicos, advogados e professores (do ensino superior ou não) são os que mais se caracterizaram por essa pluralidade de certificados universitários – estando em números próximos e equivalentes nos partidos de esquerda, centro e direita.

Trabalhar com as variáveis – diplomas escolares/universitários e profissões progressas à carreira política – demonstra como a elite política nacional transita por distintos ramos de formação, acumulando certificações escolares e, por vezes, começam a vida no campo de disputas eleitorais sem exercerem o ofício de formação (embora a diplomação sirva para o cotidiano da atuação política, em discursos e posicionamentos sobre matérias). Porém, trabalhar em simultâneo com tais aspectos da posição socio-ocupacional demonstra a atuação paralela entre o mandato e a atividade profissional privada, especialmente no caso dos empreendedores e até de alguns professores universitários.

Demonstra, assim, como o capital cultural do diploma abre portas, permitindo a socialização entre meios de múltiplas formas de poder que servem como trampolim para o campo político. A formação outorga a circulação por meios que são garantidores e alicerce para futuras empreitadas políticas, cujas respectivas áreas perfilam políticos e, conseqüentemente, os partidos. Vide-se no fato de que metade dos bacharéis e profissionais da medicina eram de partidos de direita; no extremo oposto, nove dos 17 professores não universitários (do ensino básico, pedagogos ou professores que não afirmaram em qual nível do ensino atuaram) foram eleitos por legendas de esquerda – sobretudo formados nas áreas de ensino e ciências humanas – número três vezes maior que o encontrado na direita (cujos profissionais tinham diplomas diversos).

Entre os professores universitários, cinco dos dez chegaram ao Senado pelos partidos de esquerda (formados em Direito, Engenharia ou com diplomas em distintas áreas) e outros quatro pelas agremiações de centro (principalmente

com diversos diplomas). Ambas as profissões se caracterizam pela permissibilidade de ter contato direto com a população local, pavimentando para a iniciação na política através de cargos municipais; se de disputa, no Legislativo; servindo como projeção para eventuais empreitadas políticas em níveis estadual e federal.

Tabela 2 - Profissões e Diplomações (de acordo com a distribuição dos partidos na escala ideológica) dos senadores eleitos entre 1994 e 2014

Profissão	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	TOTAL
Administração Pública/Servidor Público	5	0	1	0	6
Advogado	9	28	12	0	49
Agropecuária/Pecuarista	1	4	3	0	8
Economista	5	9	1	0	15
Empresário/Administrador/Comerciante	3	17	15	2	37
Engenheiro	6	6	11	2	25
Impreciso ⁷	4	5	7	0	16
Jornalista/Radialista	1	10	2	0	13
Médico	6	2	10	2	20
Outras ⁸	12	5	10	0	27
Professor Universitário	5	4	1	0	10
Professor/Pedagogo	9	4	3	1	17
Total	66	94	76	7	243
Diplomação	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	Total
Administração de Empresas	0	8	2	0	10
Direito	12	31	23	0	66
Diversos	10	11	9	3	33
Economia	6	10	5	1	22
Engenharias	10	6	11	2	29

⁷ Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbete no CPDOC.

⁸ Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).

Diplomação	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	Total
Ensino e Ciências Humanas	6	5	4	0	15
Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto	6	7	5	1	19
Impreciso	2	7	3	0	12
Jornalismo/Comunicação Social	0	5	0	0	5
Medicina	5	2	7	0	14
Outros ⁹	9	2	7	0	18
Total	66	94	76	7	243

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Notas: Esquerda (Esq.), centro (Cen.), direita (Dir.) e sem classificação (S/C)

Semelhantemente aos advogados e de modo distinto dos médicos, os economistas alegaram em maior contingente a formação do que o exercer profissional; destaca-se que o bacharelado em Economia é proporcionalmente maior nas legendas de centro (contudo, tais proporções devem ser analisadas com cuidado, pois, como anteriormente afirmado, o período foi caracterizado pelo predomínio das legendas de centro e direita na Casa), e coloca os extremos dos blocos ideológicos (esquerda e direita) em paridade.

Enquanto os bacharéis em Direito dispersaram para o ensino universitário, a agropecuária e o empresariado, os economistas que não atuaram no seu ramo de formação ficaram quase que exclusivamente no ramo empresarial, em especial entre os filiados a partidos de direita. Os partidários de centro e direita somaram a totalidade dos graduados em Administração de Empresas, dos quais todos atuaram no campo empresarial.

O meio das engenharias foi significativo precedente à carreira política dos Senadores eleitos para o período. Em termos de formação educacional, os números são de paridade entre os extremos ideológicos; surpreende serem essas diplomações muito menores dentre políticos dos partidos de centro dada sua proporção na Casa, tendo quase metade do número de graduados em um dos sub-ramos da engenharia que entre filiados a agremiações de esquerda.

Todavia, entre os políticos de esquerda, é expressivamente menor o histórico de trabalho na área, indo a quase metade do número de graduados, ao passo que, nas legendas de centro e direita, praticamente todos os formados

⁹ Arquitetura, Ciências e Artes, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).

declararam atuação profissional prévia no ramo. Entre de partidos de direita, a Engenharia foi uma das mais recorrentes profissões, dois em cada cinco engenheiros eram filiados a agremiações desse espectro ideológico.

Aqui é possível discordar da afirmação de Araújo (2011) de que há similaridade entre os Senadores formados em “Economia, Engenharia, Medicina e Humanidades” (*idem*, pp. 564) em agremiações de ideologias distintas. Como observável na Tabela 2 e recentemente apresentado, as diplomações em subáreas das humanidades (aqui junto das de ensino) colocaram os nichos em equivalência, todavia, a prevalência das engenharias e da Medicina nos extremos e a concentração da Economia no centro destoam dos achados do autor.

Semelhantemente ao padrão encontrado em estudo que englobou as 51^a e 52^a Legislaturas do Senado Federal (CENTENO, 2018) – ainda que analisando um menor intervalo (1999-2006), mesmo estudando os eleitos e não necessariamente os que tomaram posse, excluindo assim os suplentes – pôde-se verificar que as legendas no Senado se distinguem mais pelo exercício profissional prévio dos Senadores do que pela área de formação educacional desses políticos. A isso se deve uma multiplicidade de fatores, entre as que ficam mais evidentes nesse estudo: a quantidade de empresários no Senado – profissão que não requer uma formação educacional específica –; o distanciamento de graduados em Direito (principal diplomação entre os membros da Câmara Alta) do seu ramo de instrução educacional; e o importante número de professores universitários (*métier* que engloba uma pluralidade de diplomações).

Distinto de Costa P., Costa L. e Nunes (2014), no presente estudo que embarca um maior período, não se averiguou maior volume de títulos universitários entre os Senadores de esquerda, já que o superior incompleto e diplomas de ensino médio/ensino técnico caracterizaram equitativamente as biografias dos políticos de esquerda, centro e direita. Diferentemente do estudo de Rodrigues (2002, 2009) sobre a Câmara dos Deputados e em acordo com o de Araújo (2011) sobre o Senado, os empresários estiveram presentes nas legendas de centro e direita, e não apenas nas desse último bloco ideológico. Porém, houve relativa equivalência na formação e discrepância na ocupação nas “engenharias” através dos partidos de esquerda e direita. Por fim, os profissionais do ensino básico estiveram filiados, principalmente, aos partidos de esquerda, ao passo que os agropecuaristas aos de centro e direita.

As diferenças mais profundas entre as agremiações se dão em profissões e diplomações pouco recorrentes nas biografias dos Senadores eleitos: quase a

totalidade de servidores públicos foram eleitos pelos partidos de esquerda, o mesmo equivale para os diplomados e profissionais da comunicação nas legendas de centro. Nessas agremiações e nas de direita estiveram praticamente todos os profissionais da agropecuária, havendo somente um em partido de esquerda.

Nas legendas de esquerda, os que não possuíam diploma universitário se distribuíram entre o ensino, o serviço público, o ofício de bancário e a metalurgia; entre os Senadores de partidos de centro e direita, alguns dos padrões aqui detalhados desses espectros foram reforçados, com políticos de legendas de centro e sem diploma universitário atuando como jornalistas e agropecuaristas; dentre os de direita, foram praticamente todos os empresários.

A fim de prosseguir para a parte final e verificar se há relação da magnitude dos cargos eletivos ocupados pelos antes do mandato na Câmara Alta, com a posição socio-ocupacional, é importante relatar algumas categorias que, apesar de ficarem à margem da análise, trazem proveitosas informações. Sete mandatos senatoriais foram de legendas nancicas¹⁰ (que dificilmente figuram nos estudos de posicionamento ideológico), cujos mandatos foram obtidos por Senadores que tinham *social background* mais próximo das legendas de centro e direita – vindos do empresariado, das engenharias e da Medicina; quase metade com diplomas “diversos”.

Também chama atenção como pouco mais de 11% das profissões e cerca de 7,5% das diplomações eram de “outras”/“outros” (Tabela 2) títulos universitários e ofícios profissionais que apareceram no máximo três vezes (predominantemente uma vez) nas biografias dos Senadores. As diplomações pouco recorrentes entre partidários de centro e direita estiveram associadas a profissões características aqui já detalhadas entre os políticos desses segmentos – jornalistas, médicos e agropecuaristas. Não muito diferente, na esquerda, os “outros” certificados educacionais geraram uma pluralidade de profissões, todas de casos únicos, salvo duas entradas identificadas de professores. Quando consideradas as “outras” profissões, destacam-se quatro casos entre parlamentares de direita e três de centro que eram formados em Direito, diploma que desponta também nas exceções como protagonista.

Pode-se atestar que ao longo dos anos de 1994 e 2014 o Senado foi composto pelos dotados de *social background* destacado. Quando não atribuída uma alta posição socioeconômica, os que permeiam essa barreira tendem a ter, no mínimo, a diplomação universitária. Porém, tendo avançado e averiguado

¹⁰ Sem Classificação (S/C) na Tabela 2.

como se distribuiu o exercer da profissão entre os diplomados, nota-se que esses atributos tendem a andar casados entre os Senadores. Assim, o estudo avança para as carreiras políticas, focadas nos mandatos eletivos prévios, visando identificar a possível existência de dissonâncias na experiência em cargos eleitorais através do *social background* dos Senadores até aqui examinado.

Carreiras Políticas: experiência e projeção dos cargos prévios à eleição de acordo com o *social background*

Para melhor investigar a quantidade e a notoriedade dos mandatos prévios dos Senadores eleitos entre os anos de 1994 e 2014, aqui será utilizada a mesma divisão de Centeno e Madeira (2018) para classificar a experiência em cargos anteriores ao do mandato senatorial, considerando apenas os postos eletivos: inexperientes (nenhum cargo), pouco experientes (zero a dois), experientes (três a quatro) e muito experientes (cinco ou mais mandatos). Assim sendo, um Senador que teve seu mandato renovado passa a contar com a experiência legislativa no banco de dados.

Sendo a diplomação mais frequente entre os Senadores, a bacharelado em Direito liderou nas “duas pontas” das divisões do quesito experiência política: os portadores dessa titulação foram os mais recorrentes entre os eleitos inexperientes (sete de 19) e entre os muito experientes (32 de 66). Todavia, o mesmo não foi visto entre os que exerceram a advocacia, pois 42 de 49 tinham pelo menos três mandatos eletivos antes dos conquistados na disputa pelo Senado ao longo do período em estudo, majoritariamente com grande experimento político.

Nos inexperientes, nenhuma profissão despontou como distintiva, mesmo sendo os engenheiros maior número (4). Nesse grupo de políticos sem vitórias prévias nas urnas, figuraram, por conseguinte, os diplomados em Engenharia, além dos bacharéis em Medicina. Esse conjunto minoritário em uma Casa caracterizada pela *expertise* política foi marcado por diplomações mais costumeiras dentro da própria Câmara Alta.

Tais titulações também aparecem entre os políticos de pouca experiência, havendo dez formados em Direito e equivalentes em Engenharia, ainda que a graduação em Economia, as diplomações diversas e as pouco recorrentes (“outros”) tenham superado os formados em Medicina. O quadro dos ramos de recrutamento é parecido nas profissões: engenharias, Economia e a

Medicina, somadas as “outras” profissões, foram as atividades constantes entre os que tinham um ou dois mandatos prévios. Porém, dentre esses Senadores, destacaram-se os empresários (11 de 56).

Mesmo que durante o período quase 20% dos políticos pouco experientes tenham vindo do empresariado, essa profissão importante no recrutamento entre os representantes da Federação não serviu de catapulta para o Senado Federal; os advindos do ramo também foram 15 dos 82 “experientes”. Nesse conjunto, o diploma em Direito e as titulações diversas responderam por cerca de 40% dos casos, tendo esses políticos também atuado principalmente como advogados (16), junto de jornalistas, médicos e professores (universitários ou não).

No grupo majoritário, o dos muito experientes, o diploma e a profissão do ramo do Direito irromperam (pouco mais de 30%), junto dos economistas, empresários, engenheiros, professores não universitários e as “outras” ocupações, e por isso vislumbram os bacharelados em Economia, Engenharia e os “diversos”. Contudo, entre os 19 Senadores que não tinham ensino superior, 16 foram classificados como experientes ou muito experientes. Com essa ressalva, pode-se dizer que, em termos de experiência, tais políticos não se distinguiram fortemente pelo *social background*, sobretudo porque o Senado Federal tende a ser de difícil acesso aos desprovidos de capital político constituído nas urnas.

Tabela 3 - Nível de experiência política (de acordo com o *social background*) dos senadores eleitos entre 1994 e 2014

Profissão	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Adm. Pública/ Serv. Público	2	0	2	2	6
Advogado	2	5	16	26	49
Agropecuarista/ Pecuarista	0	4	2	2	8
Economista	0	6	2	7	15
Empresário/Adm./Comerc.	2	11	15	9	37
Engenheiro	4	6	6	9	25
Impreciso ¹¹	0	2	7	7	16
Jornalista/Radialista	2	2	6	3	13

¹¹ Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbete no CPDOC.

Profissão	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Médico	2	6	7	5	20
Outras ¹²	3	6	9	9	27
Professor Universitário	1	3	4	2	10
Professor/Pedagogo	1	5	6	5	17
Total	19	56	82	86	243
Diplomação	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Administração de Empresas	0	4	5	1	10
Direito	7	10	17	32	66
Diversos	1	6	15	11	33
Economia	1	6	5	10	22
Engenharias	4	10	7	8	29
Ensino e Ciênc. Humanas	1	3	7	4	15
Ens. Méd./Téc./Sup. Incomp.	0	3	7	9	19
Impreciso	1	3	4	4	12
Jornalismo/Com. Soc.	0	0	5	0	5
Medicina	2	5	4	3	14
Outros ¹³	2	6	6	4	18
Total	19	56	82	86	243

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Notas: Inexperiente (Inexp.), Pouco Experiente (Pouco Exp.), Experiente (Exp.) e Muito Experiente (Muito Exp.). Administração (Adm.), Serviço (Serv.), Comerciante (Comerc.), Ciências (Ciênc.), Ens. Méd./Téc./Sup. Incomp. (Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto), Com. Soc. (Comunicação Social).

Não que inexistentem diferenças: entre as atividades profissionais menos recorrentes, metade dos agropecuaristas se encaixaram no aglomerado dos pouco experientes, enquanto os servidores públicos se dividiram em equitativas três partes entre os inexperientes, experientes e muito experientes.

¹² Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).

¹³ Arquitetura, Ciências e Artes, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).

Os atuantes na comunicação eram preponderantemente experientes ou muito experientes, mesmo caso das “outras” profissões. Entre os profissionais de ensino (universitários ou não), houve caso ímpar: havia pouquíssimos inexperientes, mas sua distribuição era de simetria desde os políticos com um ou dois mandatos até os com cinco mandatos ou mais.

Exceto os agropecuaristas, todos os nichos profissionais de recrutamento tinham no mínimo 60% de seus políticos com três mandatos ou mais antes de serem eleitos para a Casa da Federação, todos longe dos estrondosos 86% de profissionais do Direito experientes ou muito experientes politicamente (entre esses, mais da metade tinha cinco mandatos ou mais). Semelhante lógica prevaleceu nos grupos das titulações educacionais: ainda que, surpreendentemente, áreas fortes de recrutamento como Engenharia e Medicina tiveram os menores percentuais, todos os nichos tinham pelo menos metade de seus políticos com ao menos três vitórias nas urnas em suas biografias.

Percebe-se que os achados dessa análise não diferem da histórica relação dos advogados com a política, em que, sendo 20% das bancadas eleitas, esses profissionais eram quase um terço (e 37% em termos de titulação educacional) dos políticos muito experientes. Contudo, ressalva-se que em duas décadas foram a pleito 243 cadeiras, menos da metade do que é eleito em apenas uma legislatura para a Câmara dos Deputados. São números importantes para compreender a morfologia do Senado Federal, principalmente devido ao seu caráter de ponto de encontro da elite política, mas não devem ser olhados tão apenas pela rigidez dos números; é necessário avaliar se através do *social background* os políticos diferiram na projeção dos cargos eletivos que exerceram antes de chegarem ao Senado.

Mais da metade dos Senadores (56%) passaram pela Câmara dos Deputados, que junto das Assembleias Legislativas foram as principais alavancas nas carreiras políticas dos eleitos para o Casa da Federação (Apêndice A). O posto inicial na hierarquia legislativa foi menos comum nas biografias dos políticos eleitos entre 1994 e 2014: apenas 22% foram (diante de 42% de antigos deputados estaduais). A *expertise* legislativa tende a despontar dado o exercício desses mandatos por um grande número de políticos em simultâneo, assim como pelo critério proporcional das eleições, diferentemente dos gabinetes executivos ou da eleição senatorial, que são cargos de eleição majoritária.

Não obstante, os ex-Governadores somaram 35% dos que foram eleitos para a representação federativa, número ligeiramente maior que os 31% que haviam

passado pelo próprio Senado Federal e os 30% que foram Prefeitos. O histórico dos vices é significativamente menor: ainda que 12% dos Senadores eleitos tenham sido vice-Governadores, os vice-Prefeitos foram apenas 3%, e os vice-Presidentes – 1% (menor que os 2% que exerceram o posto da instância máxima de disputa pelo poder político – a Presidência da República).

Esses índices de Senadores que anteriormente administraram cidades e governaram seus estados mostram que não apenas a chegada ao Senado tende a vir com a vivência e o experimento político, mas também é comum aos que desfrutaram de outras vitórias majoritárias em suas carreiras políticas, vindos de postos eletivos de grande projeção. Dentre os que passaram pelas prefeituras e governadorias antes de chegarem ao Senado, o diploma em Direito e o exercício da advocacia reafirmaram o quadro encontrado na própria Casa, com o ramo jurídico predominando na maioria dos cargos eletivos prévios dos Senadores, executivos ou legislativos.

Os ex-Prefeitos tinham também como principais ramos de formação as engenharias, a Economia, a Medicina, os diplomas “diversos” e os diplomas não universitários (de ensino médio, técnico ou o superior incompleto), que levaram à concentração de empresários, engenheiros, médicos e as “outras” profissões entre antigos administradores de Paço Municipal. Esse quadro de profissões e diplomas não foi muito diferente entre os Governadores (salvo os diplomas abaixo do nível superior), havendo também os que atuaram como economistas e caindo bruscamente o número de médicos.

Por seu número reduzido na Casa, os ex-Presidentes e vice-Presidentes tornaram ainda mais concentradas essas posições sociais elevadas: formados em Direito, Economia ou com titulações diversas, atuaram como advogados, no empresariado, na Engenharia e nas “outras” profissões. Isso se repete entre os antigos vice-Governadores, entre os quais figuravam também médicos e agropecuaristas.

Os Senadores que foram Deputados Federais ou Estaduais tinham um rol diverso de profissões e reduziram significativamente o volume de engenheiros que haviam passado pelas Assembleias, abrindo espaço para os jornalistas e os médicos. Dentre os ex-Deputados Federais houve o menor patamar dos profissionais do Direito – 19% (longe do um terço entre os ex-Governadores); nesse cargo mais frequente nas biografias senatoriais, os diplomas não universitários têm o seu melhor índice (12%) e as “outras” profissões ganham espaço, mostrando que os Senadores que passaram por outras casas legislativas tinham um *social background* mais diversificado em relação aos que passaram por cargos executivos.

O mais interessante é que essa diversificação começou ao longo do período em estudo a se estender para o próprio Senado Federal. Quando analisados aqueles que haviam exercido o posto senatorial antes de conquistar um mandato na Casa (consequentemente, contando os que foram reeleitos ao longo do *interim*), caiu o volume de advogados, economistas e engenheiros, enquanto servidores públicos, professores não universitários, empresários, jornalistas, médicos e os de profissão imprecisa obtiveram mais espaço; decresceu o percentual de formados em Direito, Economia, nas engenharias e nas áreas de ensino e Ciências Humanas, enquanto cresceram os que tinham diversos diplomas universitários e os que tinham ensino médio, técnico ou o superior incompleto.

Essa intensificação da multiplicidade de posições socio-ocupacionais veio por vias distintas sem necessariamente beneficiar algum espectro ideológico, crescendo ramos característicos dos segmentos ideológicos – educadores, jornalistas, empreendedores, bem como os “compartilhados” pelos polos – como os Senadores de diplomações diversas. Também o aumento desses que tinham diplomas em mais de uma área de conhecimento não significou um crescimento de posições sociais mais elevadas, pois os diplomas não universitários também ascenderam em participação no *social background* dos Senadores eleitos.

Se os níveis de experiência política dos mesmos pouco diferiram, observa-se que em posições mais modestas e ligadas a partidos de esquerda, caso dos professores não universitários e do funcionalismo público, a formação dessa *expertise* política veio de cargos legislativos abaixo da esfera Federal – de menor projeção política. O caso daqueles que não possuíam diploma universitário (bem distribuídos nos partidos de esquerda, centro e direita) é ambíguo: ainda que tenham representado 12% dos ex-Deputados Federais, formaram suas carreiras principalmente nos municípios (nas prefeituras e nas Câmaras de Vereadores).

Quando analisado o caso dos professores universitários (que estavam mais no centro e na esquerda), bem distribuídos entre cargos executivos e legislativos, vinham de mandatos de Governador, Senador, Deputado Estadual e, principalmente, de Deputado Federal. Aliás, Senadores de todas as divisões de *métiers* – inclusive as “outras”, haviam passado pelas Assembleias Legislativas e pela Câmara dos Deputados, repetindo algo somente visto no histórico de mandatos de Prefeito desses políticos.

Já Senadores de posições médias e altas, que foram mais evidentes no centro (como os profissionais da Comunicação), na direita (como os engenheiros), ou

em ambos segmentos (caso dos empresários), formaram suas carreiras políticas nos cargos das mais díspares projeções; as engenharias (como profissão) estiveram associadas, principalmente, a Senadores que outrora exerceram cargos majoritários – Prefeito, Governador e Senador.

A razoável diferenciação de experiência política através da perspectiva do *social background* dos Senadores se torna mais clara e ostensiva ao olhar a proveniência desse ganho de bagagem política. Constata-se que através da posição socio-ocupacional dos Senadores se pôde melhor diferenciar a projeção dos cargos eletivos prévios dos políticos que venceram as eleições entre 1994 e 2014.

Considerações Finais

Em um Senado dominado pelos partidos de centro e direita e pelos políticos de alta experiência eleitoral, o estudo que se encerra pôde trazer novos entendimentos sobre o *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. Esse predomínio de agremiações desses segmentos esteve ao mesmo tempo ligado a um padrão de recrutamento próximo entre tais nichos ideológicos (exemplifica-se com os empresários, os agropecuaristas e os bacharéis em Direito). Porém, os padrões aqui carimbados dentre as profissões através dos segmentos ideológicos devem ser verificados tanto no período prévio, quanto posterior às eleições estudadas, a fim de averiguar eventuais mudanças nos modelos de recrutamento.

A dificuldade dos partidos de esquerda para elegerem seus candidatos pode responder em parte à associação direta do perfil do conjunto da Casa ao encontrado nas legendas de centro e direita, todavia o “compartilhamento” desses segmentos ideológicos de profissões e titulações também importantes no recrutamento entre as legendas de esquerda – como os professores universitários e os formados nas engenharias – reforça que o maior precedente para vitória na disputa pela representação federativa é a experiência política, indistinto o posicionamento ideológico, já que no *social background* há razoável proximidade entre os nichos.

Surgem também importantes questões que podem intensificar alguns dos achados aqui apresentados e que futuros estudos podem explorar: quais cargos foram as portas de entrada desses Senadores na política? Tendo os cargos de Prefeito e Governador marcado tanto as carreiras dos Senadores, haveria uma circulação nos postos majoritários? Ou seja, esses políticos saem e voltam para o Senado, ou o mandato senatorial é a última etapa da escalada política?

Essas perguntas podem agregar às conclusões trazidas. Aprofundando os trabalhos prévios, este estudo mostrou para quais áreas se encaminharam os Senadores que não exerceram a profissão de sua área de diplomação (casos como dos bacharéis em Direito que eram agropecuários, professores universitários e empresários; dos formados em Economia que atuaram no ramo empresarial, dentre outros), bem como trouxe o entendimento de como se distinguiram – através do *social background* – as formações de experiência política. Enquanto altas posições sociais não possibilitaram acelerar a chegada ao Senado Federal, posições sociais modestas (que figuraram em menor percentual entre os Senadores) se relacionaram à vivência legislativa, evidenciando uma Casa marcada pelos políticos de capital político robusto, moldado nas urnas.

Referências

- ARAÚJO, Paulo Magalhães. (2011). Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 2, p. 550-580.
- CENTENO, Alison Ribeiro. (2019) O Senado em duas décadas: *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. 19ª edição do *Congresso Brasileiro de Sociologia*.
- CENTENO, Alison Ribeiro. (2018). *Os maestros da elite: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- CENTENO, Alison Ribeiro. (2020). Percurso para o Senado: carreiras e *social background* dos senadores das 51ª e 52ª Legislativas. *Política & Sociedade*, v. 19, p. 246-267
- CARLOMAGNO, Márcio; CODATO, Adriano. (2018). Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. *Colombia Internacional*, n. 95, p. 79-107.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. (2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 346-362.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flavio. (2016). Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 60, p. 47-68.
- CORADINI, Odaci Luiz. (2012). Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 109-122.
- COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. (2014). Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, p. 227-253.

MADEIRA, Rafael Machado; OLIVEIRA, Augusto Neftali; CENTENO, Alison Ribeiro.
(2022). Sob a superfície do sistema partidário: carreiras políticas e eleições majoritárias. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. 1-34.

MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa, MACHADO, Carlos.
(2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 721-747.

NEIVA, Pedro Robson Pereira.
(2011). Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. *Dados*, v. 54, n. 1, p. 289-318.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício.
(2014). Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar.
(2009). Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A reserach communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246.

RODRIGUES, Leôncio Martins.
(2009). *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

RODRIGUES, Leôncio Martins.
(2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 31-47.

Recebido em
julho de 2021

Aprovado em
maio de 2023

Apêndice A

APÊNDICE 1 – MANDATOS PRÉVIOS DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014 - DE ACORDO O SOCIAL BACKGROUND

PROFISSÃO	Gov.	V.Gov.	Prof.	V.Pref.	Pref.	V.Pres.	Pres.	V.Pres.	Ver.	D.Est.	D.Fed.	Sen.
Administração Pública/Servidor Público	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	4	0
Advogado	28	12	17	2	0	1	13	33	26	22	2	22
Agropecuária/Pecuarista	3	2	3	0	0	0	2	1	6	6	2	2
Economista	8	2	3	0	0	0	6	7	9	9	9	9
Empresário/Administrador/Comerciante	10	3	14	0	2	0	9	13	20	7	7	7
Engenheiro	11	3	11	3	1	1	2	5	8	12	12	12
Impreciso ¹	4	3	6	0	0	0	3	9	15	0	0	0
Jornalista/Radialista	3	0	3	0	0	0	1	7	5	3	3	3
Médico	4	2	6	0	0	0	2	7	11	5	5	5
Outros ²	9	2	7	2	2	0	6	5	16	8	8	8
Professor Universitário	3	1	1	0	0	0	0	3	6	3	3	3
Professor/Pedagogo	3	0	2	1	0	0	0	9	10	9	9	4
TOTAL	86	30	74	8	8	5	2	54	103	135	135	75
DIPLOMAÇÃO	Gov.	V.Gov.	Prof.	V.Pref.	Pref.	V.Pres.	Pres.	V.Pres.	Ver.	D.Est.	D.Fed.	Sen.
Administração de Empresas	4	1	3	0	0	0	0	3	2	3	2	3
Direito	30	10	19	1	2	1	16	36	36	27	27	27
Diversos	7	8	11	2	1	1	4	12	22	4	4	4
Economia	11	2	7	0	2	0	8	10	14	10	10	10
Engenharias	14	3	11	3	0	0	2	6	8	13	13	13
Ensino e Ciências Humanas	4	0	1	0	0	0	8	11	11	6	6	6
Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto	5	2	8	0	0	0	7	8	16	3	3	3
Impreciso	4	2	4	0	0	0	1	6	6	1	1	1
Jornalismo/Comunicação Social	1	0	1	0	0	0	0	3	2	1	1	1
Medicina	3	1	6	0	0	0	1	5	6	4	4	4
Outros ³	3	1	3	2	2	0	0	4	3	12	12	3
TOTAL	86	30	74	8	8	5	2	54	103	135	135	75

1 Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbe no CPDOC.
 2 Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).
 3 Arquitetura, Ciências e Artes, Comunicação Social, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).

Notas: Gov. (Governador); V.Gov. (Vice-Governador); Prof. (Prefeito); V.Pref. (Vice-Prefeito); Pres. (Presidente); V.Pres. (Vice-Presidente); Ver. (Vereador); D.Est. (Deputado Estadual); D.Fed. (Deputado Federal); Sen. (Senador)

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Reflexões sobre a noção de autor na obra benjaminiana: um olhar a partir do relato autobiográfico "Varandas"

Alessandro Gomes Enoque ¹

Resumo

Tendo como pano de fundo o texto "Varandas" (presente na obra "Infância Berlinense: 1900), o presente artigo teve por objetivo refletir sobre a noção de autor na obra benjaminiana a partir de alguns dos seus textos que tratam da temática ("Experiência e pobreza", "O autor como produtor" e "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov"). Assim, pôde-se observar que o relato "autobiográfico" de Benjamin se encontra amparado, em um primeiro momento, no conceito de "memorização". Desta maneira, ao tratar de sua infância burguesa na cidade de Berlim, Benjamin procura, na verdade, trazer à tona elementos para pensar criticamente a realidade social do momento presente, especialmente no que diz respeito ao avanço da técnica, do desencantamento do mundo e da desigualdade de classes no capitalismo. Neste sentido, Benjamin apresenta o autor como aquele que tem duas faces principais: (a) aquela que insere a sua experiência no texto narrativo; e (b) aquela que insere seu posicionamento político aliada a uma preocupação acerca da qualidade do texto literário.

Palavras-chave

Walter Benjamin; infância berlinense; 1900; autor.

Abstract

With the background of the text "Balconies" (present in the work "Berlin Childhood: 1900), this article aimed to reflect on the notion of the author in Benjamin's work from some of his texts that deal with the theme ("Experience and Poverty", "The Author as Producer" and "The Narrator: considerations on the work of Nikolai Leskov"). Thus, it could be observed that Benjamin's "autobiographical" account is supported, at first, by the concept of "remembrance". In this way, by dealing with his bourgeois childhood in the city of Berlin, Benjamin seeks, in fact, to bring out elements to think critically about the social reality of the present moment, especially regarding the advance of technology, the disenchantment of the world and the inequality of classes in capitalism. In this sense, Benjamin presents the author as one who has two main faces: (a) the one who inserts his experience in the narrative text; and (b) the one who inserts his political position allied with a concern about the quality of the literary text.

¹ Pós-Doutor em Ciências Humanas pela Université du Québec à Montréal. *E-mail:* alessandroenoque@gmail.com.

Keywords

Walter Benjamin; "berlin childhood: 1900; author.

Introdução

Em uma carta datada de 31 de julho de 1933 e escrita para o amigo Gershom Scholem a partir da cidade de Ibiza, Walter Benjamin tece considerações sobre a sua frágil condição de saúde, bem como pela continuidade de sua mais íntima empreitada literária: "Infância Berlinense: 1900". Fruto de uma análise histórico-social de suas próprias lembranças de infância, o livro tem uma complexidade aparente tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto à sua forma de construção. Trata-se, sobretudo, de um conjunto de textos com versões, seleções, ordenamentos e posicionamentos narrativos distintos que Benjamin escreveu (e reescreveu) ao longo de 12 anos (entre os anos de 1926 e 1938²), que seriam, na visão de Witte (2017), menos documentos históricos do que "profecias retrospectivas" que já sintetizavam o ponto de vista do materialismo histórico nos impulsos inconscientes da infância do autor. Logo no início do livro ("Palavras prévias"), Benjamin (2020a, p. 69-70) destaca:

No ano de 1932, quando me encontrava no estrangeiro, começou a tornar-se claro para mim que em breve teria de me despedir por longo tempo, talvez para sempre, da cidade em que nasci. [...] Guiei-me por essa intuição também nessa nova situação e apelei deliberadamente àquelas imagens que no exílio costumam despertar mais fortemente a nostalgia – as da infância. [...] Procurei conter esse sentimento recorrendo ao ponto de vista que me aconselhava a seguir a irreversibilidade do tempo passado, não como qualquer coisa de casual e biográfico, mas sim de necessário e social. Procurei [...] apoderar-me das imagens nas quais se evidencia a experiência da grande cidade por uma criança da classe burguesa.

Entre os diversos fragmentos que compõem a obra, um deles é destacado pelo próprio Benjamin na carta ao amigo Scholem como tendo um valor íntimo e pessoal. Trata-se do texto "Varandas"³, que, segundo o próprio autor, "[...] contém o retrato mais exato que eu poderia fazer de mim mesmo".

² Em 1926, os primeiros seis excertos são publicados no jornal *Die Literarische Welt*. Em 1938, uma "versão completa" do livro foi redigida em Paris.

³ "Como uma mãe que aperta ao peito o recém-nascido sem o acordar, assim a vida trata durante muito tempo a recordação ainda tênue da infância. Nada alimentou mais a minha do que o olhar sobre os pátios entre cujas varandas escuras havia uma, ensombrada por toldos no verão, que foi

para mim o berço onde a cidade deitou o seu novo habitante. As cariátides que suportavam a varanda do andar de cima poderiam talvez ter deixado por um momento o seu lugar para cantarem junto desse berço uma canção que, se na verdade não dizia quase nada do que mais tarde me esperaria, por outro lado continha a fórmula mágica que levaria a que o ar desses pátios permanecesse sempre um encantamento para mim. Creio que havia ainda um prolongamento desse ar nos vinhedos de Capri onde um dia abracei a amada; e é esse também o ar em que respiram as imagens e alegorias que dominam o meu pensamento, como as cariátides nas alturas das varandas sobre os pátios nos bairros da zona ocidental de Berlim. O ritmo do trem e do bater dos tapetes embalava-me até adormecer. Era o molde onde se formavam os meus sonhos. Primeiro, os mais indistintos, talvez atravessados por uma onda de água ou pelo cheiro do leite; depois os mais prolongados, sonhos de viagens e de chuva. A primavera fazia despontar qui os primeiros rebentos contra a fachada cinzenta das traseiras; e mais tarde, quando o ano já ia avançado e uma folhagem empoeirada roçava mil vezes ao dia a parede da casa, o som do roçar dos ramos queria ensinar-me qualquer coisa para a qual ainda não estava preparado. Pois tudo naquele pátio se transformava para mim em aceno. Quantas mensagens não havia no gemer das venezianas verdes ao serem subidas, e quantas más notícias não deixava eu sensatamente por abrir no estrondo das persianas a fecharem-se ruidosamente ao cair do dia! O lugar do pátio onde se encontrava a árvore era, porém, aquele que mais vezes me atraía. Era uma abertura na calçada, na qual tinha sido encaixado um aro de ferro, com barras metálicas que formavam um gradeamento que delimitava a zona de terra nua. Parecia-me que alguma razão haveria para o modo como estava implantada aquela proteção; às vezes punha-me a pensar sobre o que se passava dentro da cavidade negra de onde saía o tronco. Mais tarde alarguei essas meditações aos pontos de paragem dos fiacres. As árvores eram aí plantadas da mesma maneira, mas tinham ainda uma cerca à volta. Os cocheiros penduravam as suas capas na cerca enquanto enchiam o bebedouro dos cavalos, escavado no passeio, com o jato de água que varria os restos de feno e aveia. Esses lugares de espera, cujo sossego só raramente era interrompido pelas chegadas e partidas dos fiacres, eram para mim as províncias mais afastadas do meu pátio. As cordas da roupa atravessavam a varanda de uma parede à outra; a palmeira tinha um ar tanto mais desabrigado quanto há muito tempo o continente negro tinha cedido ao salão do lado o papel de ser sua terra natal. Assim o quis a lei do lugar em volta do qual em tempos haviam girado os sonhos dos locatários. Antes que ele caísse no esquecimento, já a arte por vezes tomara a iniciativa de transfigurá-lo. Uma lanterna, um bronze ou uma jarra chinesa invadiam agora o seu território. E embora essas antiguidades raramente fizessem honras ao lugar, adequavam-se àquilo que ele próprio tinha de antiquado. O vermelho de Pompeia que corria numa faixa larga ao longo da sua parede era o fundo propício para as horas que se acumulavam nesse espaço isolado. O tempo envelhecia nesses aposentos que davam para os pátios. Era por isso que a manhã, quando eu a encontrava na nossa varanda, parecia ser manhã há mais tempo e era mais igual a si mesma do que em qualquer outro lugar. Aqui, eu nunca conseguia esperar por ela, era sempre ela a esperar por mim. Estava sempre já lá, como que fora de moda, quando eu finalmente dava por ela aí. Mais tarde redescobri os pátios a partir da linha da estrada de ferro. Quando, em tardes abafadas de verão, olhava para eles lá em baixo, à janela do trem, o verão parecia ter ficado preso neles e renunciado à paisagem. E os gerânios, olhando das caixas com as suas flores vermelhas, ajustavam-se menos a eles do que os colchões vermelhos pendurados de manhã nos parapeitos para arejar. Na varanda sentávamo-nos em cadeiras de ferro a imitar troncos ou revestimento de verga. Íamos buscá-las quando à tardinha se reunia na varanda o círculo de leitura. A luz do gás caía do seu cálice flamejante de vermelho e verde sobre os livros de bolso da coleção Reclam. O último suspiro de Romeu perdia-se pelo nosso pátio em busca do eco que o esperava no túmulo de Julieta. As varandas mudaram menos desde a minha infância do que as outras divisões. Mas não é só por isso que as sinto mais próximas. É antes pelo consolo que a sua inabitabilidade traz a quem, por assim dizer, já não consegue viver em lugar nenhum. Nelas, a habitação do berlinense encontra a sua fronteira. Berlim – o próprio deus da cidade – começa aí. Está aí de forma tão presente que nada que seja transitório se pode afirmar a seu lado. Sob a sua proteção, o lugar e o tempo encontram-se a si mesmos, e um ao outro. Ambos se deitam aí a seus

Tendo como pano de fundo esse confesso relato "autobiográfico", o presente artigo tem, por objetivo, discutir a noção de autor na obra benjaminiana a partir de alguns dos seus textos que tratam da temática. São eles: "Experiência e pobreza" (1933), "O autor como produtor" (1934) e "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" (1936).

É importante destacar, neste ponto, que não é o objetivo aqui, neste artigo, nem realizar uma análise pormenorizada de todos os excertos presentes no livro "Infância berlinense:1900" nem contemplar totalmente o conceito de autor na obra benjaminiana. O recorte analítico aqui proposto centra esforços na direção de uma compreensão da forma reflexiva como Walter Benjamin pensa sua própria narrativa de caráter progressista e sua atuação política a partir da rememoração de experiências vividas no território de sua própria infância.

A noção de autor em Benjamin

O ensaio "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov" foi publicado, originalmente, na revista "Oriente e Ocidente: Estado-Sociedade-Igreja", em outubro de 1936. Nesse texto, Walter Benjamin trata do declínio da arte de narrar em consequência da privação "[...] da faculdade de intecambiar experiências" tendo como pano de fundo a obra de Nikolai Leskov (autor russo nascido em 1831 na província de Orjol e morto em 1895 em São Petesburgo). Para Benjamin (2012, p. 213), "[...] o narrador [...] não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva. Ele é para nós algo distante, e que se distancia cada vez mais". De acordo com o autor, esse fenômeno seria evidente na medida em que as ações de experiência estariam, cada vez mais, em decadência como consequência, especialmente, da Primeira Guerra, da experiência econômica da inflação, bem como do que ele denomina como sendo a experiência moral dos governantes.

Benjamin (2012) destaca que a experiência trocada no dia a dia entre as pessoas seria, fundamentalmente, a fonte principal sobre a qual todos os narradores buscariam recurso. Assim, para o autor, "[...] entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos". Entre esses narradores anônimos, destacam-se dois tipos arcaicos principais: (a) aquele que viaja e tem

pés. Mas a criança que um dia se aliou a eles instala-se, confundindo-se com o seu grupo, na sua varanda como num mausoléu que havia muito tempo lhe estava destinado." (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

muito a contar (exemplificado pela figura do marinheiro comerciante) e (b) aquele que conhece as histórias e tradições de seu país (exemplificado pela figura do camponês sedentário). O senso prático seria, assim, um dos principais elementos da verdadeira narrativa. A narração traria, consigo, um certo elemento de utilidade, seja ele um ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio ou uma norma de vida. A experiência (que se aproxima da ideia de sabedoria), como dito anteriormente, seria, portanto, a fonte principal da narrativa.

A arte de narrar aproxima-se de seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção. Mas este é um processo que vem de longe. E nada seria mais tolo do que ver nele um “sintoma de decadência”, e muito menos de uma decadência “moderna”. Ele é muito mais um sintoma das forças produtivas seculares, históricas, que expulsam gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo, conferindo, ao mesmo tempo, uma nova beleza ao que está desaparecendo. (BENJAMIN, 2012, p. 217).

Benjamin (2012) chama a atenção, no entanto, para o fato de que um dos primeiros indícios do desaparecimento da narrativa seria o surgimento do romance no início do período moderno. Para o autor, o que separaria o romance da narrativa é que o primeiro estaria vinculado, fundamentalmente, ao livro e, complementarmente, à invenção da imprensa. Além disto, para Benjamin (2012, p. 217),

[...] a origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. Escrever um romance significa, na descrição da vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites. Em meio à plenitude dessa vida e na descrição dessa plenitude, o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive.

A imprensa, aliás, vista por Benjamin (2012) como sendo um dos instrumentos mais importantes da burguesia, teria tido um papel importante no declínio da forma narrativa em detrimento do romance e traria uma nova forma de comunicação (mais moderna), que seria a informação.

O saber que vinha de longe – seja espacialmente, das terras estranhas, ou temporalmente, da tradição – dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade, mesmo que não fosse subsumível ao controle. A informação, porém, aspira a uma verificabilidade imediata. Para tal, ela precisa ser, antes de mais nada, “compreensível em si e para si”. [...] A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão

para tal é que todos os fatos já nos chegam impregnados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece é favorável à narrativa, e quase tudo beneficia a informação. (BENJAMIN, 2012, p. 219).

É importante dizer que este último elemento traz consigo um impacto interessante na figura do leitor. Se na narrativa o leitor é livre para interpretar a história da maneira que lhe convier, no universo da informação, esse espaço de liberdade diminui consideravelmente. Além disto, a narrativa tem, para Benjamin (2012), um caráter de rememoração das coisas do passado. A memória estaria, de alguma forma, vinculada ao universo da narração. Ao contrário, a informação (ainda mais nos dias de hoje) possuiria um caráter mais temporário, fluido.

Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia. Mas o leitor de um romance é solitário. Mais solitário que qualquer outro leitor (pois mesmo quem lê um poema está disposto a declamá-lo em voz alta para um ouvinte ocasional). Nessa solidão, o leitor do romance apodera-se da matéria de sua leitura de uma maneira extremamente ciosa. Quer apropriar-se dela, devorá-la, de certo modo. Sim, ele destrói, devora a substância lida, como o fogo devora lenha na lareira. A tensão que atravessa o romance se assemelha muito à corrente de ar que alimenta e reanima a chama. (BENJAMIN, 2012, p. 231).

Elementos próximos aos apresentados já podem ser encontrados no texto "Experiência e Pobreza", publicado no jornal *Die Welt im Wort*, em 7 de dezembro de 1933. Esse instigante texto inicia-se com uma pequena história, na qual um pai, no leito de morte, revela a seus três filhos que um tesouro estaria escondido em um vinhedo e que eles o descobririam se trabalhassem e cavassem sem folga. Ao obedecerem, seus filhos não encontram nenhum tesouro, mas conseguem que os vinhedos sejam os mais abundantes do país. Os filhos percebem, então, que a riqueza não seria proveniente de nenhum tesouro, mas, sim, da experiência que o pai morto lhes havia transmitido. Ao propor essa história, Benjamin (2012) busca destacar que, na modernidade, a noção experiência encontra-se refletida em narrativas ocas.

Sabia-se também exatamente o que era experiência: ela sempre fora comunicada pelos mais velhos aos mais jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos. – Que foi feito de tudo isso? (BENJAMIN, 2012, p.123).

De acordo com Gagnebin (2013, p.57), a experiência, na perspectiva benjaminiana, suporia "(...) uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho" e que, por conta disto, instauraria uma temporalidade comum a diversas gerações. Neste sentido, essa narrativa tradicional não seria somente ouvida ou lida. Ela teria um caráter fundamentalmente formativo e válido para todos os indivíduos de uma mesma coletividade.

Para Benjamin (2012), no entanto, a noção de experiência privada se encontrava em baixa em sua geração (aquela que vivenciou os horrores da Primeira Guerra) e que isto se devia, fundamentalmente, ao desenvolvimento da técnica. Tal técnica, utilizada de maneira equivocada pelos homens, levou, conforme o autor, a uma pobreza da experiência da humanidade em geral e do surgimento de uma nova barbárie.

Pobreza de experiência: isso não deve ser compreendido como se os homens aspirassem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza, externa e também interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre, tampouco, são ignorantes ou inexperientes. Frequentemente pode-se afirmar o oposto: eles "devoraram" tudo, a "cultura" e o "ser humano", e ficaram saciados e exaustos. (BENJAMIN, 2012, p. 127).

Matos (2010) destaca, neste sentido, que o avanço da técnica, na perspectiva benjaminiana, não seria acompanhado de um desenvolvimento moral ou proporcionaria uma maior sociabilidade e solidariedade entre os homens. Assim, para Benjamin (2012, p. 128), a pobreza da experiência, transfigurada na noção do "moderno" ou do "atual", nos levou a um abandono daquilo que é verdadeiramente humano. Neste sentido, para o autor, um traço marcante da sociedade moderna seria, exatamente, a convivência humana com um paradoxo, qual seja, a de um sentimento generalizado de desilusão por parte dos indivíduos que habitam este tempo aliado a uma fidelidade sem reservas dos mesmos em relação às condições impostas pelo avanço da técnica.

Dentro dessa mesma perspectiva, Löwy (2005) aponta que a abordagem benjaminiana trata a transição de uma experiência de vida mais autêntica (baseada na memória de uma tradição cultural e histórica) para outra baseada na vivência imediata e na experiência do choque como resultado da emergência de uma civilização urbana e industrial que vitimiza seus indivíduos.

Ficamos pobres. Abandonamos, uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor

para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”. A crise econômica está diante da porta, atrás dela uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade tornou-se hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não serem mais humanos que a maioria; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. (BENJAMIN, 2012, p.128).

Desta maneira, Benjamin (2012, p.128) conclama para a ideia de que caberia aos outros ("não bárbaros" – assim como o próprio Benjamin) o papel de "[...] dar um pouco de humanidade àquela massa que um dia irá retribuir-lhe com juros e com os juros dos juros".

Gagnebin (2013) destaca, ainda, que Walter Benjamin aponta, em seu texto, que a reação burguesa para esse esfacelamento da narrativa (e, por que não dizer, da coletividade) caminhou em duas direções complementares, quais sejam: um processo de interiorização psíquica (cujos valores individuais e privados substituiriam os valores coletivos) e um processo de interiorização espacial (cuja casa tornou-se uma espécie de refúgio contra um mundo exterior hostil e impessoal). Assim, o burguês, ao ver-se acometido de um processo de despersonalização brutal (fruto da sociedade moderna), buscaria remediar-se através de uma apropriação ainda mais brutal daquilo que lhe é privado (sua mulher, seus filhos, sua casa, suas posses).

O engajamento do autor frente a uma realidade hostil pode ser observado, ainda, em uma conferência pronunciada por Benjamin no Instituto para o Estudo do Fascismo em Paris no dia 27 de abril de 1934. Nesse texto ("O Autor como Produtor"), um Benjamin profundamente influenciado pelo marxismo apresenta a ideia de que a tendência de uma obra literária só poderia ser correta do ponto de vista político quando também fosse correta do ponto de vista literário.

Partindo do ponto do problema da autonomia, qual seja, a liberdade do autor para escrever o que quiser, Benjamin (2012) aponta, inicialmente, a ideia de que tanto o escritor burguês quanto o progressista atendem a determinados interesses de classe (no caso do primeiro, atendendo aos interesses da burguesia, e do segundo, ao proletariado). Haveria, no entanto, na perspectiva benjaminiana, a necessidade de ultrapassar essa dicotomia e caminhar em direção ao debate da qualidade da obra literária em si. Nesse sentido, Benjamin (2012, p. 131) pergunta, inicialmente:

Antes, pois, de perguntar qual a posição de uma obra literária em relação às relações de produção da época, gostaria de perguntar: qual é a sua posição dentro dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente à função exercida pela obra

no interior das relações de produção literárias de uma época. Em outras palavras, ela visa de modo imediato à técnica literária das obras.

Tais questionamentos levaram Benjamin (2012) a apontar que a tese do autor como produtor precisaria recorrer, necessariamente, à imprensa, ou melhor, a um uso específico da mesma, não em uma perspectiva conservadora (ligada ao capital), mas, sim, revolucionária. Tal uso, no entanto, não poderia estar limitado somente a um certo ativismo, mas, sim, à qualidade.

[...] a tendência política, por mais revolucionária que pareça, está condenada a funcionar de modo contrarrevolucionário enquanto o escritor permanecer solidário com o proletariado somente ao nível de suas convicções, e não na qualidade de produtor. (BENJAMIN, 2012, p. 135).

Seria preciso, portanto, uma certa "refuncionalização" dos aparelhos burgueses de produção e publicação que conseguem, a todo momento, assimilar temáticas (inclusive revolucionárias) de forma a não colocar as bases existenciais do sistema capitalista em risco. É preciso destacar, neste ponto, que o conceito de refuncionalização técnica, criado por Brecht, seria, originalmente, baseado em uma certa operacionalização de montagem do teatro épico e suas novas funções técnicas, estéticas e sociais. Tal operacionalização proporcionaria, de acordo com o autor, possibilidades de produção alternativas nos diversos campos culturais (literatura, música, etc.). É preciso, assim, de acordo com Benjamin (2012), um certo rompimento com uma certa intelectualidade composta de "escritores revolucionários rotineiros" em direção a algo novo (de caráter pedagógico, prescritivo).

O relato autobiográfico de "Varandas"

De acordo com Otte (2006), o livro "Infância Berlinense: 1900" de Walter Benjamin apresenta ao leitor uma complexidade que pode ser vista tanto do ponto de vista da forma unusual de apresentação de uma autobiografia quanto pelas diversas versões e sequências dos fragmentos disponibilizados pelo autor ao longo de sua vida. Dentre os diversos fragmentos do livro, destacaremos aqui aquele que, nas palavras do próprio Benjamin, seria o que "[...] contém o retrato mais exato que eu poderia fazer de mim mesmo". Trata-se do texto intitulado "Varandas" ou, em algumas versões da mesma obra, "*Loggien*" (que significa varandas suportadas por colunas, características da arquitetura italiana).

É importante destacar, de início, que o texto "Varandas" poderia estar relacionado à noção judaica de lembrança (*zekher*), que foi ressignificada por Benjamin através do conceito de "rememoração". Para Löwy (1989), a noção benjaminiana de "rememoração" estaria relacionada com dois domínios da experiência perdida pelos indivíduos com o advento da sociedade industrial e urbana, quais sejam, o combate das gerações vencidas (vítimas do progresso) e a "perda do paraíso perdido", do qual fomos afastados pelo progresso (a experiência das sociedades sem classes). Ainda conforme o autor, não se trataria de um processo de restauração de um certo "comunismo primitivo", mas, sim, de um reencontro com uma experiência perdida de um antigo igualitarismo antiautoritário e antipatriarcal, com o objetivo de fazer dele uma força espiritual no combate revolucionário. A ideia de rememoração estaria, assim, diretamente relacionada com o conceito de "redenção", compreendido enquanto uma espécie de "rememoração histórica das vítimas do passado".

Todavia, como demonstra Löwy (2005, p.51), a rememoração das injustiças passadas não seria suficiente na perspectiva benjaminiana. Seria preciso (para que a redenção aconteça) uma certa "(...) reparação – em hebraico, *tikkun* - do sofrimento, da desolação das gerações vencidas e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar". Haveria, por assim dizer, uma certa busca pela superação das contradições entre o passado e o presente através de uma ação política (com contornos teológicos) de "intervenção salvadora" (é interessante notar que há, aqui, por parte de Benjamin, uma clara alusão ao conceito hegeliano-marxista de dialética). O "tempo-atual" (*jetztzeit*) resumiria, desta maneira, todos os momentos messiânicos do passado e os concentraria, no presente, como uma espécie de força redentora revolucionária.

Complementarmente, Bouretz (2011) aponta que a noção de rememoração não designaria a simples conservação da memória dos acontecimentos passados, mas, sim, a sua reatualização constante na experiência do presente. É dentro dessa perspectiva, inclusive, que Benjamin (2012, p.228), em seu texto sobre a obra de Leskov ("O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov") afirma, na contraposição entre a memória perpetuadora do romancista em contraste com a breve memória do narrador, que "[...] a rememoração funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração". O autor destaca, ainda, no mesmo texto e utilizando-se de uma citação de Pascal, que "[...] ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si [...] ele deixa recordações, embora nem sempre elas encontrem um herdeiro. O romancista recebe essa herança, e quase sempre com uma profunda melancolia" (BENJAMIN, 2012, p. 229). Nesse

sentido, Benjamin parece buscar, através do texto, uma certa reatualização da experiência da infância no presente.

Um primeiro elemento a ser destacado no fragmento é que ele possui uma profunda associação com a história de vida do próprio Benjamin, especialmente no que diz respeito a sua relação com a mãe. Filho de Pauline Schönflies e Emil Benjamin, Walter Benedix Schönflies Benjamin nunca teve uma aproximação afetiva com o pai autoritário e burguês. Com a mãe, ao contrário, Benjamin estabeleceu uma relação de bastante proximidade e intimidade emocional. Não é de se estranhar, portanto, que a primeira frase do texto "Varandas" utilize, exatamente, uma metáfora materna para tratar da questão da memória: "Como uma mãe que aperta ao peito o recém-nascido sem o acordar, assim a vida trata durante muito tempo a recordação ainda tênue da infância". (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

Dito em outras palavras, da mesma maneira que a mãe aperta o recém-nascido junto ao peito com carinho e com receio de acordá-lo, a vida trata a memória da infância como algo mágico e distante da vida adulta. Para Otte (2006, p. 19), "[...] a suposta magia da infância [...] é resultado de uma projeção que parte da sensação de uma perda, de um paraíso perdido em que teriam reinado paz e harmonia". Esse caráter onírico e mágico da infância pode ser visto, também, em outro fragmento do texto. Nele, Benjamin (2020a) recorre a imagens sensoriais, por exemplo, "o cheiro do leite" e "a chuva" para caracterizar lembranças e memórias que são, fundamentalmente, fluidas/transitórias e próprias da infância.

O ritmo do trem e do bater dos tapetes embalava-me até adormecer. Era o molde onde se formavam os meus sonhos. Primeiro, os mais indistintos, talvez atravessados por uma onda de água ou pelo cheiro do leite; depois os mais prolongados, sonhos de viagens e de chuva. (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

Outras associações com o universo materno poderiam, ainda, ser feitas a partir de outro momento do fragmento. Ao tratar das colunas que suportavam a varanda (cariátides⁴), Benjamin (2020a, p. 70-72) diz que elas

[...] poderiam talvez ter deixado por um momento o seu lugar para cantarem junto desse berço uma canção que, se na verdade não dizia quase nada do que mais tarde me esperaria, por outro lado continha a fórmula mágica que levaria a que o ar desses pátios permanecesse sempre um encantamento para mim.

⁴ Uma cariátide é uma figura feminina esculpida servindo como suporte de arquitetura tomando o lugar de uma coluna ou um pilar de sustentação com um entablamento na cabeça.

É importante destacar, neste ponto, que tanto na biografia do autor escrita por Witte (2017) quanto no fragmento "A febre" ("Infância Berlinense: 1900"), é relatado que a mãe de Benjamin cantava canções e narrava histórias quando ele recorrentemente adoecia. Esta seria, portanto, uma memória viva e real da infância de um Benjamin enfermo e "isolado" em seu quarto, contando, apenas, com a companhia terna da mãe.

Em compensação, ansiava por ouvir histórias. A forte torrente que as enchia atravessava o próprio corpo, arrastando consigo os sintomas da doença como despojos à deriva. A dor era um dique que só a princípio resistia à narrativa; mais tarde, quando esta ficava mais forte, era engolida pelo abismo do esquecimento. As carícias preparavam o leito dessa torrente. Eu gostava delas, porque da mão da mãe gotejavam já as histórias que depois iria ouvir da sua boca. Foram elas que me revelaram o pouco que vim a saber sobre a minha família. Evocava-se a carreira de um antepassado remoto, as regras de vida do avô, como se me quisessem fazer ver que seria precipitado abdicar, por uma morte prematura, dos grandes trunfos que a minha linhagem me punha a mão⁵. (BENJAMIN, 2020a, p. 89).

Esse encantamento proporcionado pelo acolhimento da mãe estendia-se, também, a outra figura feminina que Benjamin conheceu em Capri (também referenciada no fragmento) e que se tornou um dos grandes amores de sua vida: Asja Lacis⁶.

Creio que havia ainda um prolongamento desse ar nos vinhedos de Capri onde um dia abracei a amada; e é esse também o ar em que respiram as imagens e alegorias que dominam o meu pensamento, como as cariátides nas alturas das varandas sobre os pátios nos bairros da zona ocidental de Berlim. (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

Outros três elementos importantes e relacionados que aparecem no fragmento são a modernidade, o desencantamento do mundo e a crítica social. No que diz respeito ao primeiro, Benjamin (2020a) parece contrapor o moderno e o antigo através da utilização de figuras como (a) o "trem" ("o ritmo do trem [...] embalava-me até adormecer") e os "fiacres" (carruagem de quatro rodas puxada a cavalo para alugar); (b) as cadeiras de ferro que imitam troncos ou revestimentos de verga. Além disto, Benjamin (2020a) associa o passado a

⁵ Trecho de "A febre" ("Infância Berlinense: 1900").

⁶ O livro de Walter Benjamin "Rua de mão única" recebeu esse nome, inclusive, em "homenagem" a Asja Lacis (revolucionária russa de Riga que influenciou profundamente Benjamin em direção ao marxismo).

termos como: (a) o esquecimento ("antes que ele caísse no esquecimento"); (b) o antiquado ("[...] adequavam-se àquilo que ele próprio tinha de antiquado"); (c) o envelhecido ("o tempo envelhecia nesses aposentos que davam para os pátios").

As cordas da roupa atravessavam a varanda de uma parede à outra; a palmeira tinha um ar tanto mais desabrigado quanto há muito tempo o continente negro tinha cedido ao salão do lado o papel de ser sua terra natal. Assim o quis a lei do lugar em volta do qual em tempos haviam girado os sonhos dos locatários. Antes que ele caísse no esquecimento, já a arte por vezes tomara a iniciativa de transfigurá-lo. Uma lanterna, um bronze ou uma jarra chinesa invadiam agora o seu território. E embora essas antiguidades raramente fizessem honras ao lugar, adequavam-se àquilo que ele próprio tinha de antiquado. O vermelho de Pompéia que corria numa faixa larga ao longo da sua parede era o fundo propício para as horas que se acumulavam nesse espaço isolado. O tempo envelhecia nesses aposentos que davam para os pátios. (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

É certo que Benjamin (2019) não tinha, exatamente, uma visão positiva da modernidade. Muitas vezes associada ao avanço da técnica, a modernidade levaria, de acordo com o autor, a uma destruição tanto do homem quanto da natureza. Fugindo de uma certa tendência dominante na época de caracterizar os eventos históricos como sendo parte de uma grande engrenagem em direção ao progresso, Benjamin (2019) defende a interrupção da marcha da história através do que ele denomina uma certa redenção revolucionária messiânica.

Existe um quadro de Klee intitulado '*Angelus Novus*'. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade⁷. (BENJAMIN, 2019, p. 87).

A redenção messiânica seria, de acordo com o autor, uma tarefa atribuída a nós por gerações (oprimidas) passadas. Não haveria, por assim dizer, um Messias que seria enviado dos céus e que nos salvaria. Benjamin (2019)

⁷ Tese IX.

compreende que nós somos o Messias e que cada geração possui uma parcela desse poder messiânico e tem, por obrigação, que se esforçar para exercê-la. Bouretz (2011) afirma, neste ponto, que Benjamin, inspirado nas formas mais apocalípticas do Talmud consagradas à vinda do Messias e "[...] situadas nas expressões extremas de uma mística confrontada com as dores da experiência histórica própria ao exílio [...]", apresenta algo como uma redenção revolucionária secularizada levada a cabo pelo proletariado.

Esse caráter de crítica social poderia ser visto, ainda, na menção que Benjamin (2020a) faz do "[...] bater dos tapetes". Embora não fique claro no fragmento "As varandas" o porquê da utilização da expressão, o autor destaca, em outro texto ("A febre") do livro "Infância Berlimense:1900" o seu significado. Trata-se, sobretudo, de uma associação que o autor faz do trabalho com o universo da classe trabalhadora em contraposição à ociosidade da burguesia alemã.

E certa manhã, depois de uma longa pausa e com poucas forças, voltei a entregarme ao som do bater dos tapetes que era o idioma das classes baixas, o verdadeiro adulto que nunca parava, não largava o trabalho, por vezes abrandava e se dispunha a tudo, indolente e amortecido, e outras caía num galope inexplicável, como se lá embaixo todos se apressassem para não apanhar chuva. (BENJAMIN, 2020a, p. 91).

No que diz respeito à noção de desencantamento da vida adulta, Benjamin (2020a) a relaciona a um mundo racionalizado e competitivo, onde o "[...] verdadeiro adulto" nunca para e/ou nunca larga o trabalho.

[...] a magia e o encantamento fazem parte da encenação do mundo infantil a partir de uma postura um tanto melancólica dos adultos, pois as ilusões encantadas dos primeiros anos de vida tiveram que ceder ao desencantamento e às desilusões de um mundo racionalizado e competitivo. (OTTE, 2006, p. 19).

Além disto, convém destacar que, em particular, a vida adulta trouxe para Benjamin um *status* permanente de exilado que, embora "consolidado", "[...] já não consegue viver em lugar nenhum" (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72). Esse caráter transitório da vida no exílio poderia, portanto, explicar, de alguma forma, uma certa volta onírica a um passado mágico da infância que se encontra presente no texto "As varandas".

Por fim, uma questão importante que poderia ser tratada no fragmento diz respeito à noção benjaminiana de limiar. Para Sanches e Silva (2018), tal

conceito estaria associado a uma grande área ou zona, na qual seria possível o trânsito entre situações consideradas, muitas vezes, como opostas ou antagônicas. De acordo com Gagnebin (2014, p.36), o limiar pertenceria “(...) ao domínio das metáforas espaciais que designam operações intelectuais e espirituais (...) ele se inscreve de antemão num registro mais amplo: registro de movimento, registro de ultrapassagem, de ‘passagens’, justamente, de transições (...)”. Assim, para a autora, a noção de limiar designaria uma zona intermediária, que se situaria entre duas categorias (muitas vezes opostas). Abordagem semelhante pode ser observada em Otte, Sedlmayer e Cornelsen (2010), ao afirmarem que o limiar benjaminiano seria limite e a passagem, ao mesmo tempo, ou seja, apontaria para deslocamentos não somente no espaço mas, também, no tempo.

Convém destacar que, conforme Gagnebin (2014), no pensamento benjaminiano, o território da infância resguardaria experiências de limiar. Neste sentido, a infância seria tanto um espaço de descobertas quanto dos limiares. Seria, assim, um tempo de formação e de preparação para uma outra vida (a vida adulta sexuada e profissional) que se presente e se imagina, mas ainda não pode ser definida.

Assim, Benjamin (2020a), ao longo do texto, trabalha diversos jogos de opostos, por exemplo: (a) o moderno e o antigo; (b) o natural e o artificial⁸; (c) o sagrado e o profano⁹; (d) o claro e o escuro¹⁰; (e) a varanda e seus pátios em relação à rua; (f) a vida e a morte¹¹; e, finalmente, (g) a infância e a vida adulta. Para Collomb (2010), a utilização dessas imagens dialéticas por Benjamin em “Infância Berlimense: 1900” (que poderiam justificar, inclusive, a escolha do autor por uma escrita fragmentária em detrimento do relato) teria como papel

⁸ "O lugar do pátio onde se encontrava a árvore era, porém, aquele que mais vezes me atraía. Era uma abertura na calçada, na qual tinha sido encaixado um aro de ferro, com barras metálicas que formavam um gradeamento que delimitava a zona de terra nua. Parecia-me que alguma razão haveria para o modo como estava implantada aquela proteção; às vezes punha-me a pensar sobre o que se passava dentro da cavidade negra de onde saía o tronco". (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

⁹ "Nelas, a habitação do berlinense encontra a sua fronteira. Berlim – o próprio deus da cidade – começa aí. Está aí de forma tão presente que nada que seja transitório se pode afirmar a seu lado" (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

¹⁰ "Famos buscá-las quando à tardinha se reunia na varanda o círculo de leitura. A luz do gás caía do seu cálice flamejante de vermelho e verde sobre os livros de bolso da coleção Reclam". (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

¹¹ "O último suspiro de Romeu perdia-se pelo nosso pátio em busca do eco que o esperava no túmulo de Julieta [...] Mas a criança que um dia se aliou a eles instala-se, confundindo-se com o seu grupo, na sua varanda como num mausoléu que havia muito tempo lhe estava destinado". (BENJAMIN, 2020a, p. 70-72).

principal a compreensão do passado histórico não somente no plano individual, mas, também, coletivo. Dito de outra forma, os eventos do passado somente poderiam ser lidos, de acordo com o filósofo alemão, na medida em que eclodem com um presente incerto que os desperta.

Considerações Finais

Tendo como pano de fundo o texto "Varandas" (presente na obra "Infância Berlinense: 1900), o presente artigo teve, por objetivo refletir sobre a noção de autor na obra benjaminiana a partir de alguns dos seus textos que tratam da temática ("Experiência e pobreza", "O autor como produtor" e "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov").

Assim, pôde-se observar que o relato "autobiográfico" de Benjamin se encontra amparado, em um primeiro momento, no conceito de "memorização". Dessa maneira, ao tratar de sua infância burguesa na cidade de Berlim, Benjamin procura, na verdade, trazer à tona elementos para pensar criticamente a realidade social do momento presente, especialmente no que diz respeito ao avanço da técnica, do desencantamento do mundo e da desigualdade de classes no capitalismo.

Utilizando imagens dialéticas provenientes do território de sua infância, Benjamin apresenta, em "Varandas", um relato não somente pessoal, mas, fundamentalmente, narra o seu tempo. Apresenta, assim, ao leitor, uma sociedade em transição, que flerta com o moderno ao mesmo tempo em que convive com o antigo. Modernidade e tradição dialogam na própria representação que o autor faz de sua condição burguesa na infância. Neste sentido, são utilizadas, pelo autor, imagens que, de alguma forma, apresentam a privacidade e o refúgio burguês da casa em contraponto ao espaço brutal da rua. Sua intimidade é apresentada ao leitor de uma maneira franca e emotiva ao destacar, por exemplo, o seio da mãe, o canto ao lado do berço, o abraço da amada, entre outros. Os pequenos movimentos da casa, como o gemer das venezianas ou o bater dos tapetes são, para Benjamin, fragmentos de um mundo em passagem.

Benjamin apresenta-se, assim, no relato "Varandas", como um autor que insere sua própria experiência memorada no texto narrativo ao mesmo tempo em que se posiciona acerca do contexto político alemão da década de trinta.

Referências

- BENJAMIN, Walter.
(2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BENJAMIN, Walter.
(2019). *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BENJAMIN, Walter.
(2020a). *Rua de mão única: Infância Berlinese – 1900*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BENJAMIN, Walter.
(2020b). *Linguagem, tradução, literatura (filosofia, teoria e crítica)*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BENJAMIN, Walter; SCHOLEM, Gershom.
(1980). *Correspondência*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURETZ, Pierre.
(2011). *Testemunhas do futuro: filosofia e messianismo*. São Paulo: Perspectiva. 792p.
- COLLOMB, Michel.
(2010). Limiares, aprendizagem e promessa em Infância em Berlim por volta de 1900. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.
(2013). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.
(2014). *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34.
- LÖWY, Michael.
(1989). *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LÖWY, Michael.
(2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo.
- MATOS, Olgária Chain Féres.
(2010). *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp.
- OTTE, Georg.
(2006). Infância em Berlim: uma autobiografia anônima de Walter Benjamin. *Revista do CESP*, [s.l.], v. 26, n. 35.
- OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio.
(2010). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SANCHES, Eduardo Oliveira; SILVA, Divino José.
(2018). Infância e limiar em Walter Benjamin. *Perspectiva*, [s.l.], v. 36, n. 3.
- WITTE, Bernd.
(2017). *Walter Benjamin: uma biografia*. Belo Horizonte: Autêntica.

Recebido em
dezembro de 2022

Aprovado em
maio de 2023

O fetichismo e o espetáculo

Fábio Elias Verdiani Tfouni¹

Maurício Beck²

Rodrigo Oliveira Fonseca³

Resumo

O presente artigo tem como escopo abordar os conceitos de fetichismo e de espetáculo e avançar na compreensão da relação destes com a noção de sujeito, com a de corpo e, sobretudo, com o modo de funcionamento do capitalismo no começo do século XXI. Para tanto, serão analisados enunciados publicitários, capas de revista e fotografias. Noções como subjetivização da mercadoria, reificação do sujeito, valor de exposição exigem uma maior compreensão dos efeitos do imagético, em que o espetáculo e o fetiche, como teorizados no interior do materialismo histórico, se mostram indissociáveis no seio do processo histórico que nos define.

Palavras-chave

fetichismo; espetáculo; valor de exposição.

Abstract

The present work aims to reflect on the concepts of fetishism and spectacle in order to better comprehend the relations between them and the notions of subject, body, and above all, to understand how they are related to the way capitalism worked in the first decades of the 21st century. To do so, advertisements, magazine covers and photographs will be analyzed. Concepts like the merchandise's subjectivation, the subject's reification and exposition value may allow the understanding of the imagery effect as a discourse in which spectacle and fetish, as theorized within the historic materialism, reveal themselves as indissociable from the historical process that defines us.

Keywords

fetishism; spectacle; exposition value

¹ Doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. *E-mail*: fabiotfouni@hotmail.com.

² Mestre e doutor em Letras (Estudos Linguísticos) pela UFSM. *E-mail*: pardalbeck@gmail.com.

³ Doutor em Letras pela UFRGS. *E-mail*: rodrigo.oliveira@ufsb.edu.br.

Introdução

Temos trabalhado com a questão da mídia e dos slogans explorando a sua relação com o fetichismo da mercadoria (TFOUNI, 2003), e pretendemos aqui prosseguir a partir da introdução de algumas considerações sobre a sociedade do espetáculo (DEBORD, 2007[1967]) e outros conceitos que, para nós, podem ajudar na análise do fetichismo e, conseqüentemente, da reificação do sujeito e da subjetivação da mercadoria. São questões que se relacionam fundamentalmente com o desenvolvimento do trabalho assalariado, abstrato, voltado à produção de valor, abstraindo as diferenças qualitativas entre os sujeitos e as coisas, e assim transformando os próprios sujeitos em mercadoria.

Entendemos que o fetichismo das imagens radicaliza o fenômeno do fetichismo, ampliando o descolamento do processo social e da própria materialidade da mercadoria, dando vez ao que Isleide Fontenelle (2002) considera uma espécie de "fetichização do fetiche". Além do apoio nos estudos dessa autora, ilustraremos esse tópico com um anúncio de mortadela. Depois partiremos das contribuições críticas de Guy Debord em torno da *sociedade do espetáculo*, entrando também no tema da transição para uma nova configuração ideológica dominante cínica, com apoio na análise de *slogans* de uma fabricante de telefones celulares.

O entrecruzamento entre fetiche e espetáculo, proposta central do artigo, será feito a partir de um anúncio de tênis e de variadas contribuições teóricas, que vão da psicanálise à análise do discurso. Um caminho explorado nesse entrecruzamento envolve as transformações da imagem do trabalhador no contexto ideológico contemporâneo, objeto de considerações e análises na seção nomeada "O espetáculo do autoempresariamento", em que são analisadas capas de uma revista voltada ao ramo dos executivos, gestores empresariais e do mercado financeiro. Ao final do artigo, abordaremos o lugar do corpo nesse cruzamento de processos: fetiche, espetáculo e trabalho.

O fetichismo da mercadoria

A análise do fetichismo da mercadoria por Marx incide sobre a troca de relações entre pessoas por relações entre coisas. Os laços sociais produzidos pelo capitalismo se dirigem a uma total abstração e indiferenciação de particularidades, de modo a que tudo possa se transformar em valor de troca (incluídos aí, fundamentalmente, a capacidade e o tempo de trabalho) e assim

beneficiar uma acumulação de capital sem maiores travas e limites. A mercadoria só existe enquanto tal na relação de troca, de forma análoga a uma propalada “cidadania do consumo”⁴, na qual os indivíduos só aparecem como sujeitos plenos sob a condição de consumidores dos produtos de maior prestígio e valor simbólico.

As relações sociais são, por definição, relações entre pessoas – histórica e materialmente – conectadas por um conjunto de necessidades e condições/modalidades produtivas para as satisfazer (MARX; ENGELS, 1993[1846], p. 42). Com o surgimento da mercadoria, essa conexão histórica e material adquire feições através das quais tudo parece progressivamente transformar-se em valor (de troca), tornando-se comensurável e passível de substituição.

Como valor, a mercadoria é equivalente; como equivalente, todas as suas qualidades naturais são nela extintas; não mantém mais qualquer relação qualitativa particular com as outras mercadorias; ao contrário, é tanto a medida universal como representante universal, como o meio de troca universal de todas as outras mercadorias. (MARX, 2011[1857], p. 91).

Esse processo de universalização e indiferenciação dos produtos enquanto mercadorias baseia-se num apagamento fundamental das particularidades do processo produtivo, que se pauta numa desigualdade constitutiva entre os agentes da produção, entre aqueles que cada vez mais concentram os meios produtivos e aqueles que cada vez mais estão dependentes da venda de seu tempo e capacidade de trabalho. Essa assimetria faz com que os produtores se tornem cada vez mais dependentes da transformação de seu produto em puro valor de troca, na mesma proporção em que a troca parece tornar-se independente deles, fazendo crescer o abismo entre o produto como produto e o produto como valor de troca (MARX, 2011[1857], p. 95).

Vemos assim, progressivamente, uma troca que se caracteriza por relações sociais entre os produtos desligados de suas particularidades, em que todas as “sujeiras” dos bastidores, dos processos de trabalho, encontram-se apagadas. Sobre isso afirma Fine (1988, p. 150): “As relações sociais entre alfaiate e carpinteiro aparecem como uma relação entre casaco e mesa...”. Não se trata de uma troca qualquer, mas uma troca *fantasmática*, como aponta Marx:

⁴ A cidadania do consumo, segundo Figueira (2021), promoveria inclusão social e também, ao mesmo tempo, exclusão social, uma vez que o sujeito precisa consumir determinados produtos para poder ocupar certos lugares sociais, logo, se não os possui, será prontamente excluído.

Mas a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos, nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, *assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas* (MARX, 2002[1867], p. 94. Grifo nosso).

O fetichismo das imagens

Vejamos bem. Não são as coisas que se relacionam, evidentemente, esta é a forma (fantasmagórica ou fantasmática) pela qual as relações sociais são projetadas nas relações de troca mercantil. Essa troca fantasmática é um dos pontos fundamentais de entrada para a questão do espetáculo, e de um modo cada vez mais intenso e complexo, na medida em que a troca já não se projeta como relação entre produtos reificados, como casacos e mesas tão fabulosos que contariam com autonomia de voo e de intercâmbio, conforme podemos ilustrar com a Figura 1:

Figura 1 - O importante é o que a gente tem por dentro.



Fonte: Reprodução da internet

As trocas se projetam cada vez mais como relação entre as imagens das mercadorias, ou melhor, para as mercadorias. Fruto de um estágio mais avançado da forma mercadoria e seu poder de abstração social, vivemos hoje relações fetichistas nas quais não importa tanto o consumo da mercadoria quanto o consumo das imagens a ela associadas, o “estilo de vida” associado

às marcas que difundem tais imagens (FONTENELLE, 2002), o que será tratado em algumas análises a seguir.

No velho fetichismo ocorre como se o poder de sedução, poder fantasmático, fosse conquistado/realizado simplesmente com a colocação da mercadoria em uma prateleira, enquanto o poder do novo fetichismo se realizasse através da veiculação publicitária. O que não deixa de ser sintomático, uma vez que a simples exposição na prateleira do supermercado já não dava conta do descompasso entre uma superoferta de mercadorias (resultante do incremento exponencial das forças produtivas) e a demanda “espontânea” dos consumidores.

O descolamento do processo social e da própria materialidade da mercadoria é ainda maior. Não há oposição entre fetichismo das mercadorias e fetichismo das imagens, mas sim radicalização do fetichismo, de modo que a abstração caracterizada pela marca se impõe sobre a abstração caracterizada pelas mercadorias.

[...] hoje são as próprias coisas - no caso, os produtos - que se referem às marcas para ganhar identidade própria. Ou seja, não basta tomar refrigerante, tem de ser Coca-Cola; não basta fumar cigarro, tem de ser Marlboro; não basta comer hambúrguer, tem de ser McDonald's. É como se imaginássemos, hoje, um hambúrguer nos convencendo de que ele é o melhor hambúrguer. Ele diria: “olhe, eu trago em meu corpo - em meu sabor, em meu cheiro, em minha aparência - a marca indelével do McDonald's, por isso, você não vai consumir apenas a mim, mas a uma parte do McDonald's, um pedaço desse todo que é muito mais do que eu trago em minha materialidade corpórea.

Desse ponto de vista, a marca parece perverter o próprio fetiche - uma espécie de “fetichização do fetiche”: as pessoas deixam de se referir às coisas e passam a se referir às imagens sobre as quais essas próprias coisas se constroem. [...] O que ocorreu, de fato, foi uma “aceleração total” que faz com que hoje, o próprio fetiche se torne “excessivo a qualquer forma”, tornando-se “a estrutura de uma autoprodução incessante” . (FONTENELLE, 2002, p. 284-285).

O papel das marcas nesse processo fetichista é que elas veiculam imagens que se deslocam incessantemente, como numa cadeia metonímica. As imagens se sobrepõem, se transformam, contradizem, renovam, degradam... permanecendo apenas o nome da marca - título, aliás, do livro de Isleide Fontenelle. Mas essa é uma relação constitutiva, em duplo sentido, de modo que a marca não pode se realizar e se fixar sem aquelas imagens que não param de se processar e de atravessar as mercadorias e... os próprios sujeitos.

Esse atravessamento das imagens e das marcas nos sujeitos, na sua constituição social, é outro aspecto daquilo que chamamos “cidadania do consumo”, num esgarçamento dos sentidos públicos do corpo social. Essa outra cidadania em expansão manifesta também a quebra do equilíbrio entre as duas formas clássicas de interpelação ideológica do capitalismo, a do cidadão e a do burguês. A lacuna entre a esfera universal da cidadania (política e social), do patriotismo, trabalhada pelo ensino estatal, e a esfera privada do burguês (tomada aqui ideologicamente), da liberdade utilitarista-egoísta, vai se esgarçando em meio a um processo em que “a própria economia (a lógica de mercado e concorrência) impõe-se cada vez mais como ideologia hegemônica” (ŽIŽEK, 2012, p. 299). Claro deve estar que essa “economia” que serve de modelo ideológico não se confunde com a vida econômica real, indicando aí a mesma distância entre a vida cotidiana dos agentes econômicos e sociais e o modelo do mercado liberal – modelo este considerado uma não ideologia, simplesmente como “aquilo que deve ser feito pragmaticamente para o sistema não ruir” (logo, uma poderosa ideologia).

Essa fragilização da cidadania política há tempos se explicita em processos de privatização e perda de conquistas sociais (como aquelas que caracterizavam o chamado Estado de Bem-Estar Social), e aumenta ainda mais a necessidade de nos aprofundarmos no estudo do fetichismo do mercado e da mercadoria.

A sociedade do espetáculo

Vemos assim como é pertinente e atual a fórmula de Debord (2007[1967], p. 14) sobre o fetichismo da mercadoria: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Como afirma Safatle (2010), essa negação das propriedades do objeto, comentada anteriormente, é crucial para a transformação do objeto nesse fantasma, uma vez que o objeto em si não interessa, ele passa a ser mero suporte de uma idealização. Nesse sentido, o objeto se submeteria à imagem mental que dele temos. Safatle, referindo-se à idealização, afirma: “Trata-se da submissão do objeto ao esquema mental que dele possuímos. Ou seja, trata-se da apreensão do objeto como projeção mental que no caso do fetichismo é imagem fantasmática” (SAFATLE, 2010, p. 212). Consideramos, no entanto, que essas imagens não são propriamente “nossas” nem mesmo “imagens mentais”, mas discursividades trabalhadas e reproduzidas social e midiaticamente em diversos ramos de um mercado, numa conjuntura e formação social específicas.

Através de imagens-suporte, concretas, cada vez mais simples e descartáveis⁵, são essas discursividades (sobre a felicidade, a alegria, o sucesso, a distinção, o bem-estar...) que funcionam enquanto ponto de ancoragem na promoção de uma mercadoria, e não simplesmente a imagem das mercadorias. Nesse sentido, falamos de imagens-discursos, de discursos imagéticos.

A mediação das relações pelas imagens, como sugere Debord, pode consistir num avanço para a teoria do fetichismo da mercadoria e para análises de textos de diversos tipos, permitindo leituras expandidas do fetichismo da mercadoria nesses textos. Se o “fantasmático” de Marx é relativo à abstração do trabalho no fetichismo da mercadoria, a versão do fetichismo em Debord – relação social mediada por imagens – poderia ser uma maneira de continuar a pensar essa abstração, talvez até uma intensificação dessa abstração no capitalismo contemporâneo:

As mercadorias podem fazer parte de um espetáculo que tem o consumidor como personagem central, mas cujo papel é mediado pela imagem da mercadoria e da marca. Esse é um dos aspectos que tornam a sociedade uma sociedade do espetáculo, como argumenta Debord. O espetáculo pode estar em qualquer lugar, na televisão, na caixa de e-mail, no *smartphone*, nas diversas formas de entretenimento, nos *shopping centers*, onde os passeios podem ser verdadeiros desfiles de moda. É nesse sentido que indicamos que os anúncios de tênis que serão analisados mais adiante desenham um produto que deve fazer parte de um espetáculo, de uma encenação, até de um fingimento de vida (não menos real por ser fingimento). Segundo Debord (2007[1967], p. 15):

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva: esse desdobramento também é desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Assim estabelecida, cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente.

A relação explícita entre o fetichismo da mercadoria e a sociedade do espetáculo aparece em várias passagens de Debord, inclusive esta:

⁵ Um terno onde havia o sucesso profissional, um bebê onde havia uma família feliz, etc. O que também se associa a fatores como o aumento generalizado do custo da publicidade. Segundo dados de 2011, do Projeto Inter-Meios (Editora Meio & Mensagem), 30 segundos de anúncio publicitário no horário nobre da rede de TV líder de audiência no Brasil custaram R\$ 470 mil aos anunciantes.

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas suprassensíveis embora sensíveis”, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência. (DEBORD, 2007[1967], p. 28).

É como se essas imagens se descolassem do mundo real numa espécie de mistificação e *feitiço* – palavra cuja origem etimológica portuguesa apontava para um fabrico, um artefato, e que com o tempo passou a se referir somente às suas propriedades supostamente sobrenaturais, seus signos de fingimento e disfarce, com todo o fascínio propiciado pelos feitiços (BAUDRILLARD, 1995 *apud* FONTENELLE, 2002, p. 280-281).

Embora relação entre fetichismo e espetáculo nos pareça estar clara em Debord, suas formulações podem ser interpretadas em uma perspectiva platônica em que o espetáculo é entendido como o irreal, uma mentira posta no lugar da realidade ou do real. Frequentemente se trata as imagens como o irreal ou então como o oposto da realidade, e nesse movimento acaba-se cometendo outro equívoco teórico: tratar realidade e real como se fossem a mesma coisa.

Como sujeitos capturados pelo simbólico, nunca vemos o real, nem o experimentamos diretamente, sem a intermediação da instância representativa da linguagem, o simbólico. O real é, desse modo, a partir de nossa humanização pela linguagem, o impossível. Impossível de ser simbolizado plenamente, de ser todo ele recortado e representado pelos signos⁶. Vale lembrar Žižek (2003) que, ao discutir o filme *Matrix* (1999), diz que não faz muito sentido falarmos em realidade virtual na medida em que toda realidade é permeada pelo simbólico. Ou seja: toda realidade é virtual tanto por conter uma porção imaginária como também na medida em que não é o real.

Feita essa ressalva, o espetáculo pode ser entendido como um mecanismo de controle da vida, ele dita as coordenadas para nossas práticas cotidianas. Não se trata, por conseguinte, da produção de imagens irreais a encobrir uma realidade primeira “não espetacular”. Em contraste, as imagens afetam o real, investem os corpos em profundidade (FOUCAULT, 2007[1975]),

⁶É interessante ressaltar que o postulado teórico de que o Real não pode ser alcançado, diretamente experienciado e verificado empiricamente, é um dos divisores de águas entre o chamado marxismo continental e aquele mais afetado pela filosofia analítica. Para uma breve abordagem dessa controvérsia teórica cf. o texto de Peschanski (2013), Chomsky vs. Žižek: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/29/chomsky-vs-zizek/> Acesso em: 14 maio 2020.

assim como as práticas ideológicas, que não se referem à ideia de “falsa consciência”, mas às formas e processos através das quais os homens se constituem em agentes históricos. E é enquanto prática que o controle espetacular afeta outras práticas no seio de nossa formação social. Prática que se realiza na produção, circulação e troca de uma multiplicidade plêtorica de imagens. Com efeito, o discurso imagético parece dotado de uma dada forma material em que sentidos são (re)produzidos, em que a propalada atualidade se reprisa na evidência ideológica de que o mundo sempre foi assim e continuará sendo assim.

Em relação a essa hipervisibilidade, uma nova configuração do regime imagético que altera as condições de aparecimento e das próprias “aparências”, Jacques Rancière (1996, p. 106-109) faz questão de marcar sua contrariedade a teóricos como Baudrillard e Vattimo. Longe de representar qualquer “libertação da tirania do [discurso metafísico do] verdadeiro”, não estaríamos nos libertando da aparência, mas sim a perdendo, e com ela os seus poderes, seus efeitos de duplicação e de divisão, de introdução na realidade de objetos polêmicos e litigiosos que nos permitem lutar contra a ordem policial e seu regime de visibilidade.

Na contramão da noção de passividade e de invisibilidade do espectador, propomos, à luz das novas mídias “interativas” em rede do século XXI, que atualmente o espectador se apresenta como *persona* imersa e atuante (*gamer*), mas ainda conformada às coordenadas do espetáculo. Como exemplo desse novo dispositivo espetacular, podemos mencionar as redes sociais que dão visibilidade ao mesmo tempo que contribuem para a individualização do sujeito. Uma inconformidade atuante no seio desse dispositivo talvez seja a tática dos *Black Blocs*, que se valem da plataforma das redes para a disseminação e a articulação de suas táticas de ação direta, ao mesmo tempo que recusam a individualização dos sujeitos mascarados e anônimos envolvidos. Contudo, nem sempre o indivíduo protagoniza a cena na Sociedade do Espetáculo.

Análises

Nossa leitura é de que a fórmula de Debord “relação entre pessoas mediada por imagens” está proposta no *slogan*: *Nokia, fala por você*⁷. No *slogan*, percebemos que é através do aparelho que o sujeito se faz ser reconhecido pelo

⁷ Este slogan foi trabalhado por Tfouni (2014).

outro. Dando um passo além, sugerimos que “fala por você” aparece aqui, talvez, como uma imagem a ser projetada (exibida) para o outro. Em outras palavras, vemos a produção de uma imagem cujo objetivo é o de exibir o sujeito para o outro, podemos dizer então que o objetivo é “dar um show”. O sujeito seria advogado (no sentido de dar-lhe voz) por sua imagem num espetáculo criado para ser visto por outros homens. O que o *slogan* propõe, entretanto, é que a imagem de um dispositivo técnico celular advogue pelo usuário, a intermediação simbólica que, historicamente, se realizou no domínio da palavra dita ou escrita, agora, se efetivaria pela tecnologia celular, afiançada pela marca Nokia. Efeito de sentido do *slogan*: de um lado, a marca Nokia se subjetiva (fala), de outro, o usuário é subtraído (falado), se dessubjetiva.

Curiosamente, uma década antes, a Nokia trabalhava um *slogan* que parecia ir na contramão deste: *Nokia, Connecting people*. Nessa passagem de um *slogan* ao outro temos um indício da nova configuração ideológica dominante, que se caracteriza pela exploração do cinismo ali onde antes se valia de belos discursos humanísticos. Sobre essa transformação, temos aqui o mesmo fenômeno que apontamos: o esgarçamento da interpelação ideológica enquanto cidadão e uma renovada força da interpelação enquanto burguês. No que tange ao modo de funcionamento dessas duas interpelações, temos a própria diferença entre sintoma e fetiche (ŽIŽEK, 2011, p. 298-304): no sintoma, alguma coisa recalçada irrompe e ameaça o tecido da mentira ideológica que estrutura nossa percepção da realidade; no fetiche, dá-se o inverso, na medida em que se tem algo (como uma mercadoria, um amuleto, um título acadêmico) que permite contornar e suportar algo que é conhecido. Enquanto o sintoma encarna uma verdade recalçada, o fetiche encarna “o desmentido do conhecimento, a minha recusa em assumir subjetivamente o que sei” (ŽIŽEK, 2011, p. 302). Daí a força contemporânea do cinismo, quando se sabe relativamente bem das condições de trabalho “por trás” de muitos produtos, mas, através de um espetáculo fetichista das mercadorias e do mercado, torna-se possível contornar todas essas “outras coisas”.

Uma análise que nos ajuda a abordar a relação entre fetichismo e espetáculo pode ser feita sobre o anúncio a seguir:

Na década de 1970, o Adidas Star saiu das quadras de basquete para as ruas como um calçado clássico da moda casual. Esta versão, o Star 2 CQ, uma exclusividade *Netshoes*, é um tênis repaginado com cores contrastantes e detalhes diferenciados que chamam a atenção por onde passam. Além de estiloso, é confortável. Sua parte superior tem uma combinação de couro e material têxtil que respeita a pele

sensível dos pés e proporciona passeios agradáveis. Já o solado é produzido em borracha, que garante mais durabilidade e tração em diferentes tipos de pisos.

O trecho “é um tênis repaginado com cores contrastantes e detalhes diferenciados que chamam a atenção por onde passam” propõe que uma das características do produto é o de “chamar a atenção”, trabalhando o desejo do comprador de ser visto e notado com o tênis, e talvez o desejo de não ser mais um na multidão. Ou seja, o objetivo é o de ser reconhecido novamente “dando um show”, ou um espetáculo, no qual o sujeito é reconhecido por usar tal produto/marca. Desse modo há uma troca do sujeito pela imagem fantasmagórica da mercadoria, na medida em que é essa mercadoria (no caso, o tênis) que realiza a mediação das relações entre os homens. Tal como no anúncio da Nokia, aqui a imagem do tênis “fala” pelo sujeito que o calça. Ou, melhor dizendo, a imagem do tênis ressignifica a imagem do sujeito que o calça. O sujeito se congela na imagem da mercadoria e se reifica na medida que a sua “identidade” parece depender da imagem fantasmática do tênis. Esse sujeito seria uma espécie de cenógrafo que “monta uma cena”.

[...] o objeto fetiche é objeto reduzido à condição de suporte de uma imagem fantasmática. O que nos explica, por exemplo, como o *fetichista é um cenógrafo* que, através de uma espécie de contrato, constrói situações nas quais ele procura anular toda dissonância presente no corpo do objeto por intermédio da sua conformação perfeita à imagem. (SAFATLE, 2010, p. 121, grifo nosso).

Na segunda parte do anúncio, são louvadas as características materiais do tênis, no sentido do seu valor de uso. Ou seja: o anúncio afirma que o tênis não tem apenas valor simbólico, mas que serve para “passeios agradáveis”, que “respeita a pele sensível dos pés”, já que é feito de material têxtil e couro. O tênis também teria boa “durabilidade” e “tração em diferentes tipos de piso”. Possivelmente o leitor seja tomado aqui por uma crença/ideologia inconsciente de que essas características sejam inerentes ao produto, e não resultado de um processo social de produção de mercadorias.

A passagem da primeira parte do anúncio para a segunda aparece com o operador argumentativo “*Além de estiloso, é confortável*”, que acrescenta as características do tênis na segunda parte aos valores simbólicos da primeira parte, representando assim um vestígio do antigo padrão publicitário no modo de enumerar qualidades do produto. Suas qualidades materiais funcionam aqui enquanto um “algo a mais”, de forma análoga ao que ocorre em muitas propagandas que buscam agregar valor/estima às mercadorias através do

anúncio de que ali foram utilizados materiais reciclados, de que não contém conservantes, gorduras trans, etc. Se o fetichista apaga as características do objeto, não haveria aqui uma contradição, uma vez que, nesse trecho da propaganda, são exaltadas justamente as características desse objeto? Diríamos que a questão é que ele apaga apenas as características que acarretam angústia. Como no episódio "Smoke Gets in Your Eyes", da série *Mad Men* (2007), de Matthew Weiner, no qual um dos protagonistas encontra uma saída publicitária para vender cigarros na época em que as pesquisas médicas começaram a denunciar os efeitos cancerígenos do tabaco: não se diz, nem se desdiz o que está dito, apenas se garante o prazer de fumar ao consumidor.

Percebemos que a proposta da propaganda é, predominantemente, o uso do ténis para mostrar ao outro, como algo feito para o olhar do outro. Trata-se então de uma encenação estudada. Retomando Debord, diríamos que se trata de uma encenação de vida na qual não é possível distinguir o real da encenação, inclusive porque "o espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto". Ou seja, parece que essa inversão na qual o espetáculo se confunde com o real ganha ele mesmo estatuto de real. Outro trecho da citação de Debord que indica isso é: "cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real".

Ganhe as ruas nos momentos de descontração e mostre aos amigos o seu visual clássico despojado. Com o Adidas Aditennis Low seus pés ficam em dia com a moda esporte e, ainda, sentem o ótimo conforto proporcionado. Sua palmilha removível confere maciez nas pisadas, diminui um pouco os impactos ao caminhar. O solado evita derrapagens, além de ser muito resistente.

O trecho "mostre aos amigos o seu visual clássico e despojado" talvez possa ser explorado tanto na linha de percebermos aí um desejo de reconhecimento do sujeito, no sentido de dar-se a ver, de ser percebido, de não "passar em branco", mas também parece viável uma leitura na qual "mostre aos amigos..." significa dar um show, dar um espetáculo, e que essas imagens realizam a mediação da relação entre o leitor/consumidor e os outros (os amigos).

A propaganda anuncia um produto não para ser usado, mas para ser exibido, mostrado, ou, ainda, para ser usado exclusivamente sob essa modalidade, análoga àquela que determina o uso das vestes características de liturgias jurídicas, políticas e religiosas, às quais pouco importa o seu conforto e adequação ao corpo e ao clima, mas apenas a sua importância no interior de um ritual. O mesmo pode ser considerado em relação às roupas e a todos os produtos caros exibidos (com exibição gratuita e ostensiva das suas marcas em

videoclipes) pelos jovens artistas de periferia que atuam no estilo “funk ostentação”: a única coisa que lhes importa é poder sublimar a barreira social através do uso ostensivo, esbanjador, de “coisas de patrão” (cf. letras de MC Leo da Baixada, MC Guimê e outros), sem que o vazio desses usos “fora de lugar” contenha margens pelas quais possa ser apagado ou esquecido.

Essa exibição também consiste numa encenação, uma conformação da vida, cuja representação realiza uma nova torção retornando ao real, como afirma Debord. Nas palavras de Dunker sobre o pensamento de Žižek: “O Real não se integra, não pode ser dominado por uma narrativa, assumindo a figura princeps do antagonismo social. No 11 de Setembro [atentado ao *World Trade Center*] não foi a realidade que invadiu a imagem, foi a imagem que invadiu a realidade” (DUNKER, 2013, p. 50). Ou seja, trata-se, nesse caso, da eficácia material da imagem a afetar outras formas de materialidade.

Embasados em Debord, notamos, portanto, que temos aí um jogo de imagens que simula o sensível e o mundo concreto ao mesmo tempo que essas imagens se colocam elas mesmas como o concreto. Não é para menos que o cinema de Hollywood se sirva à exaustão da decupagem clássica, escola de cinema que prima pela verossimilhança da narrativa na montagem do discurso fílmico.

Percebemos que o anúncio também não deixa de dar atenção ao valor de uso do tênis, afirmando que “seus pés [...] sentem o ótimo conforto proporcionado. Sua palmilha removível confere maciez nas pisadas, diminui um pouco os impactos ao caminhar. O solado evita derrapagens, além de ser muito resistente”. Esse trecho longo do anúncio dá atenção às características do tênis que tem “palmilha removível”, característica de qualidade, pois “confere maciez nas pisadas” e faz referência também ao solado, que “evita derrapagens, além de ser muito resistente”.

Nessa propaganda vemos que, além dessa abordagem imagética, certas qualidades são tratadas como sendo próprias “do produto”. Uma possibilidade seria a de interpretar isso como significando que as qualidades são *inerentes* ao produto, que não são resultado de um processo de produção realizado pelos homens. Se for assim, então temos aqui a ilusão fetichista que coloca os produtos como já prontos, o que silencia a relação entre os homens fazendo com que apenas a mercadoria apareça.

Parece ser interessante tratar a questão como uma espécie de exibicionismo identitário no qual o sujeito A mostra seu tênis de uma marca X (por exemplo, *Nike*) para o outro. Assim ele espera ser reconhecido como aquele que usa *Nike*. O reconhecimento se dá não pelo sujeito por ele mesmo, mas por um predicado

significado pela posse do tênis/marca. Só sou sujeito enquanto reconhecido por usar uma dada marca. O sujeito B também se engaja no mesmo processo e exhibe ao sujeito A sua camiseta da marca Y (*Puma*, por exemplo). Então o sujeito B deseja ser reconhecido como aquele que usa *Puma*.

Trata-se de mostrar, de ser visto e de se saber visto. Esse é um processo de reconhecimento, pelo qual haveria um desejo de reconhecimento, de ser reconhecido pelo outro através da marca.

Isso lembra muito bem a citação de Fine (1988), que aponta que as relações sociais entre alfaiate e carpinteiro aparecem como uma relação entre casaco e mesa. Então, vemos aqui que relações entre sujeito A e sujeito B aparecem como as relações entre as marcas que eles usam. Então as relações entre A e B aparecem como as relações entre Nike e Puma⁸.

Nesse sentido, as relações entre os sujeitos intermediadas pelas relações entre os produtos, ou melhor: entre as imagens projetadas pelo produto. Teríamos então o esquema abaixo, com as relações entre sujeito representadas pelas relações entre as mercadorias:

Sujeito A-----NIKE-----PUMA-----Sujeito B⁹

Temos aqui a substituição das relações entre pessoas por relações entre coisas, que é a própria definição de fetichismo da mercadoria colocada no jogo exibicionista, no qual o sujeito é reconhecido pela marca, sem a qual talvez ele não existisse.

Retomando a citação de Fontenelle, diremos que não basta ser tênis, tem que ser Nike ou Puma; o sujeito busca se exhibir mais com a marca do que com o tênis. Esse é um dos motivos pelos quais a mercadoria não é um mero objeto, ela é investida de valores simbólicos. O fetichista primitivo, quando praticava canibalismo, introjetava em si mesmo a força do inimigo devorado. Pois bem, usar um determinado tênis é se apropriar da força (valor simbólico) que esse tênis possui. É como se na sociedade atual nós continuássemos a agir como “primitivos” que acreditam no poder mágico dos objetos.

Então vemos aqui que a mercadoria assume o lugar de sujeito, e o sujeito assume o lugar de objeto. A mercadoria está subjetivada, e o sujeito reificado, dessubjetivado.

⁸ Esta questão também foi trabalhada em Tfouni (2014).

⁹ A marca da Nike e a marca da Puma podem ser compreendidas como lugares discursivos enquanto semblantes, na acepção lacaniana do termo, isto é, significantes-mestres por meio do qual o sujeito se acredita desportista, bem-sucedido, jovial, etc.

Podemos pensar na possibilidade de ler a encenação ou o espetáculo para o outro ver através das relações imaginárias como tratadas por Pêcheux e Fuchs (1993[1975]). As relações discursivas são marcadas por essas imagens. O que o sujeito A vai dizer ao sujeito B depende da imagem que A tem de B (Ia,b), ou então, a imagem que o sujeito A tem do referente (IaR). Por exemplo: se o sujeito B é representado pelo tênis Puma, se sua mediação com o sujeito A passa por essa imagem, então o que o sujeito A disser sobre o tênis Puma pode ter consequências positivas, negativas, pode gerar aliança, rivalidade etc. Então, vale perguntar se as imagens das marcas representam posições sujeito na dita sociedade de consumo, na medida em que o sujeito fala de uma posição que se identifica com a marca.

O espetáculo do autoempresariamento

Se na ponta da realização dos valores produzidos, na ponta do consumo, percebemos uma radicalização dos processos ideológicos de apagamento dos sujeitos (pela reprodução da subjetividade das marcas e suas imagens), na ponta da produção tal radicalização também ocorre. Se na condição de consumidores os sujeitos se travestem das marcas que os subjetivam, na condição de trabalhadores se travestem de empreendedores, decompondo qualificações afins ao seu aproveitamento pelas empresas. Do trabalho voluntário empresariado por ONGs e agências governamentais, à remuneração por bolsas para profissionais em formação, chega-se ao autogerenciamento ou autoempresariamento, ao discurso empreendedor trabalhado desde a posição daquele que vende seu tempo e capacidade de trabalho, notadamente forte no ramo dos gestores executivos, e de forma mais disseminada no novo ramo do trabalho mediado por aplicativos, quando os empregadores se tornam invisíveis a trabalhadores e consumidores de produtos e serviços.

Figura 2 – Como encantar as empresas.



Fonte: Reprodução da internet.

Indo adiante nas análises, trazemos na Figura 2 uma capa da revista *Você S/A*, na qual temos a chamada “como encantar as empresas”. O termo *encantar* convoca logo de cara duas interpretações, que se trata de se mostrar para a empresa de modo a fazê-la contratá-lo. Trata-se de uma exibição que pode ser uma encenação. Também vemos uma imagem de sedução com o candidato a empregado seduzindo as empresas e sendo alvo de todos os olhares. Olhares, aliás, que também remetem à exibição e ao espetáculo.

No entanto, cabe perguntar se não se trata aí de uma submissão do sujeito ao desejo do outro, na linha do “eu desejo teu desejo” (o desejo é o desejo do outro). O sujeito deve se moldar ao desejo do outro para encantá-lo e conquistá-lo. O enunciado ressoa algo da memória da sedução com toda uma série de manuais que forneceriam um conjunto de táticas do sedutor profissional. O alvo da sedução nesse caso não é uma pessoa, mas um lugar no topo do organograma dos gestores de uma empresa. Essa pessoalização das empresas, radicalizada pela redução ao olho que avalia e, por isso mesmo, se deixa seduzir, funciona pelo opacificação da divisão do trabalho nas atividades empresariais. Ao invés de se ver como força de trabalho contratada e explorada, “você” se vê como um sedutor profissional capaz de conquistar a empresa “disponível” no mercado (à sua espera). “Você S/A”, nome da revista em questão, funciona como um enunciado endereçado a uma massa de leitores, mas porque parece estar no singular (fontes em preto) interpelaria apenas um dado leitor em especial, você, leitor que estaria mais bem municiado para encantá-la, a empresa, por meio da leitura da matéria em questão. Desse modo,

nesta capa se produz o efeito de pessoalidade sintetizado no nome “Você S/A”. Você, vocês, você S/A. Leitor e empresa são como dois interlocutores, dois potenciais enamorados em relação simétrica, entre sociedades anônimas, que abstraem (ou deixam para trás) quaisquer outros sujeitos ou condições externas. Neste sentido, é possível convergir com a leitura de Kehl de que o discurso publicitário vende exclusão:

A identificação do espectador como consumidor do produto que se apresenta como capaz de *agregar valor* à sua personalidade promove sua inclusão imaginária no sistema de gosto, na composição de estilos, que move a sociedade de consumo. Goza-se com isso: não tanto da própria inclusão (que pode não passar de uma fantasia), mas da exclusão do outro. *O que a publicidade vende, portanto, é exclusão.* (KEHL, 2011, s.p., grifo do original).

Os excluídos, no caso, são todos aqueles que ignoram o conjunto de dicas publicado pela revista. Por outro lado, a abstração das condições materiais externas seria outra chave para ser contratado pelas empresas. Essa é uma possível leitura do seguinte trecho de Bauman: “O trabalho, por outro lado, deve ser mantido em condição impecável pronto para atrair o olhar de potenciais compradores, conseguir a aprovação destes e aliciá-los a comprar o que estão vendo” (BAUMAN, 2008, p. 14-15).

Se no capitalismo o trabalho vira uma mercadoria, ele não é uma mercadoria qualquer. Quando o capitalista compra força de trabalho, não leva apenas isso, leva junto o tempo e o engajamento de uma pessoa com suas particularidades, necessidades, desejos, idiossincrasias e etc. Nesse sentido, o sujeito, ao se candidatar ao trabalho, precisa investir em sua própria formação e, mais do que isso, passam a contar características que a princípio não têm a ver com o trabalho. Como exemplo, citamos a exigência de “boa aparência” pelas empresas. Então ser apresentável, fazer uma boa imagem, ser belo deixa de ser opcional e passa a ser requisito ao posto pretendido. Kracauer, afirma:

[...] a corrida aos inúmeros salões de beleza nasce, em parte, de preocupações existenciais, e o uso de cosméticos nem sempre é um luxo. Por medo de caírem em desuso como obsoletos, senhoras e cavalheiros tingem o cabelo, enquanto quarentões praticam esportes para se manterem esguios. “Como posso ficar bela?”, indaga o título de um folheto recém-lançado no mercado; os anúncios de jornal dizem que ele apresenta maneiras de “permanecer jovem e bonita agora e para sempre” (KRACAUER, 1929 *apud* BAUMAN, 2008, p. 13-14).

Nossa discussão também permite uma leitura da manchete da capa reproduzida na Figura 3, no sentido de que ela chama o sujeito para se fazer

vendável, para que ele se molde às necessidades da empresa, em suma, como a própria capa diz, para “liderar” como as empresas querem¹⁰.

Figura 3 – Seja o líder que as empresas querem



Fonte: Reprodução da internet.

A capa apresenta no canto superior direito uma matéria para o sujeito “subir na carreira”. A chamada “Chegue ao topo sem escalas” promete apresentar o perfil desejado pelas empresas, perfil ao qual o sujeito deve se adequar para “subir na carreira”. Isso indica que as empresas valorizam certas características num trabalhador, e não outras, sendo uma das características mais destacadas e demandadas atualmente a da resiliência, que implica dobrar-se e desdobrar-se nas mais diferentes funções sem quebrar, sem reclamar, e sem pedir aumento salarial. O sentido de resiliência é marcadamente contraditório. Por um lado, remete a uma capacidade de adaptabilidade e conformidade à atividade empresarial, por outro aponta para uma ascensão sem escalas em empreendedorismo que abstrai qualquer obstáculo. Ressalte-se que essa maleabilidade é o avesso daquilo que, no sujeito, faria resistência a uma força externa. De certa forma, o discurso da modernidade desde Bacon, que postulava a submissão às leis da natureza para melhor dominá-la, se atualiza

¹⁰ Em realidade, para comportar-se como se fosse de fato dono ou acionista da empresa, mesmo sendo um assalariado – alguém que, se parar de trabalhar e de se submeter às exigências e expectativas da empresa, imediatamente deixa de ter qualquer vínculo com ela, ao contrário dos donos e acionistas, que nem precisam aparecer no trabalho nem fora dele. Pondo a questão desta forma, fica evidente que também a demanda social pelo espetáculo é radicalmente assimétrica, desigual.

no “você” empreendedor. “Você” como o alter-ego do eu que se coloca como a origem e controlador do sentido.

Isso supostamente fará do candidato alguém “disputado” pelo mercado, alguém que se encaixa na categoria dos trabalhadores não apenas vendáveis, com maior “empregabilidade”, mas, sobretudo, na categoria dos trabalhadores desejados pelo empregador, pela sua sintonia com a demanda da empresa.

Fetiches corporais: do trabalho do corpo ao corpo trabalhado

Outro discurso imagético e midiático recorrente neste início de século XXI que merece ser abordado é aquele que põe em evidência o corpo humano. Com efeito, trata-se do discurso do corpo em evidência, exposto em uma infinidade de ângulos e jogos de luzes, estética do corpo magro ou esbelto – estética essa que não pode ser dissociada das forças produtivas e das relações de produção de uma época em que a preponderância do trabalho “sedentário” e “cerebral” sobre o braçal contrasta com a superoferta de calorias em forma de açúcar e amido refinados e gorduras saturadas¹¹. Nessas condições de produção o corpo é objeto do olhar enquanto corpo imobilizado e pura forma a ser desejada/invejada. Não é o corpo enquanto potência (Nietzsche, Spinoza) ou força, mas enquanto forma (platônica) apolínea (beleza clássica, sobretudo no que concerne ao corpo feminino) ou desmedida – hipertrofia enquanto simulacro de virilidade, conforme Courtine:

As práticas e as representações do corpo na *sociedade de consumo* são, com efeito, atravessadas por estratégias multiformes de regulação de fluxo, de matérias, de energias a incorporar, canalizar, eliminar. Ela faz de cada indivíduo o gestor de seu próprio corpo, e de cada sujeito masculino o fiador da virilidade de sua imagem. O body-building e a constelação de práticas que são desenvolvidas no mesmo período e que lhe são próximas de longe ou de perto – a corrida, a aeróbica, os regimes de baixas calorias ou ainda o desenvolvimento sem precedente da cirurgia plástica... – todas essas técnicas de gestão do corpo que floresceram a partir dos anos de 1980 são sustentadas por uma obsessão das aparências corporais. (COURTINE, 2013, p. 565-566, grifo nosso).

Apenas algumas palavras sobre a noção de sociedade do consumo: seu caráter descritivo talvez impeça o autor de perceber a relação dinâmica entre

¹¹ Produto de nossas atuais forças produtivas, o processo automático de refino de determinados alimentos traz vantagens para a produção, circulação e estoque dessas mercadorias. Barateiam o produto e ainda oferecem uma quantidade infinitamente maior de calorias, em comparação com qualquer outro momento histórico, por unidade e para consumo imediato.

produção e consumo em questão, de modo que é necessário mobilizar e problematizar a oposição corpo explorado e corpo consumo. O problema, no caso do "corpo consumo", é que não se trata de consumir-esgotar, mas "aprimorar" e manter a forma discursivizada predominantemente como "boa", agregando valor ao corpo. Da força de trabalho se produz algo que será expropriado do trabalhador. Já no caso do fisiculturista (caso exemplar da corpolatria?), o produto do esforço continua de "posse" do atleta, realizado na forma de espetáculo. Nossa tese é de que o corpo explorado pelo e no trabalho é, atualmente, o corpo consumido, esgotado pela extração diária de sua força.

Retomando o que foi dito antes, trata-se do fetiche do fetiche, desejo da pura forma física depurada de todos os excessos, adiposidades, suores, miasmas. A bela imagem do corpo esbelto e muscular, não por acaso, resulta de muito trabalho corporal. É o corpo malhado, ou melhor, trabalhado (efeito de um processo), mas também fetichizado (produto) em uma imagem congelada, impecável, e que ressoa um certo discurso moral, numa nova versão da ética do trabalho. O trabalho do corpo, em vez de investir sua força de trabalho na transformação de algo que lhe é externo, investe em si próprio. Ao corpo se agrega valor de exposição – conforme o conceito de Benjamin, recuperado por Agamben:

[...] realiza-se plenamente o princípio que Benjamin já havia anunciado em 1936, ao escrever o ensaio sobre Fuchs: "o que nessas imagens atua como estímulo sexual não é tanto a visão da nudez quanto a ideia da exibição do corpo nu frente à objetiva". Um ano antes, a fim de caracterizar a transformação que a obra de arte sofre na época de sua reprodutibilidade técnica, Benjamin havia criado o conceito de "valor de exposição". Nada poderia caracterizar melhor a nova condição dos objetos e até mesmo do corpo humano na idade do capitalismo realizado do que esse conceito [valor de exposição]. Na oposição marxiana entre valor de uso e valor de troca, o valor de exposição sugere um terceiro termo, que não se deixa reduzir aos dois primeiros. Não se trata de valor de uso, porque o que está exposto é, como tal, subtraído à esfera do uso; nem se trata de valor de troca, porque não mede, de forma alguma, uma força-trabalho. (AGAMBEN, 2007, p. 77-78).

A prática que poderíamos chamar de *self made your body* – transformação de si por meio do trabalho braçal através de aparelhos mecânicos em uma sociedade dita pós-fordista – ao investir em uma estética do corpo, o insere como imagem no que nomeamos Sociedade do Espetáculo. Certamente essa estética do corpo, com suas referências-padrão, não é para todos. Além de trabalho braçal, é necessário tempo livre. No transcurso do tempo necessário para agregar valor de exposição ao seu próprio corpo, o sujeito não pode ter

vendido sua força de trabalho a terceiros. Dissociação entre o trabalho enquanto relação social para a produção de bens de uso e o trabalho físico para a produção de valor de exposição? Antes de tudo, é preciso ter claro que nem toda atividade física visa incrementar o valor de exposição. Além disso, tal dissociação se dissolve em aparência na economia de mercado alavancada pelo valor de troca. Há um mercado da atividade física altamente lucrativo enquanto resposta à demanda por boa forma física em uma sociedade em que o trabalho é, cada vez mais massivamente, executado de modo recluso e sedentário.

Como caso ilustrativo do discurso imagético do corpo em evidência selecionamos, na Figura 4, uma fotografia da musa (*bodyfitness*) [boa forma física¹²] Eva Andressa, publicada no site *Clic RBS*. Razão da escolha: trata-se de uma fisiculturista que “se fez a si mesma”, isto é, investiu trabalho físico, por meio de aparelhos, no próprio corpo (valor agregado) e que disseminou sua imagem por meio de fotografias e vídeos (valor de exposição) nas redes sociais para fins de autopromoção, conseguindo fazer sua imagem (boa forma apolínea) adquirir valor de troca (e garantir seu sustento).

¹² *Fitness*, em geral, pode ser definido como um padrão de condicionamento físico, aptidão e boa forma física adquirida por meio de treinamento anaeróbico e aeróbico. Já o *Bodyfitnes* é uma submodalidade em que, em campeonatos organizados pela *International Federation of Body Building and Fitness* e afiliadas, “os árbitros devem avaliar a aparência atlética geral do físico, tendo em conta a figura, o tônus muscular desenvolvido simetricamente, forma feminina e uma baixa quantidade de gordura corporal, assim como o cabelo, a beleza facial e o estilo individual de apresentação fazem toda a diferença, incluindo confiança pessoal, equilíbrio e graça”. (<http://ifbbbrasil.com.br/modalidades/> Acesso em: 14 maio 2020).

Figura 4 - Eva Andressa, uma fisiculturista que “se fez a si mesma”



Fonte: Reprodução da internet.

Na fotografia¹³, temos um exemplo de composição de beleza feminina nos moldes hegemônicos: a modelo está sorridente, maquiada, com os cabelos lisos e sedosos. A pele é morena e jovem. Por sua vez, quadris e pernas conforme certa referência erótica feminina brasileira. A luz vinda da direita ressalta a musculatura definida, trabalhada, mas sem deslimes na hipertrofia evidente. Desse modo, o modelo de beleza feminina ganha um avatar malhado, um ideal de corpo cuja forma resulta da realização disciplinada e regular de trabalho braçal. Curiosa contradição em que o valorado como belo se configura na contracorrente das tendências de nossa formação social – na qual o trabalho simbólico sedentário é majoritário, e o consumo hipercalórico é acessível em massa além de cotidianamente incitado pelo discurso publicitário. Contudo, é importante ter em conta que, historicamente, a beleza foi tida como uma qualidade relativa e contrastiva, isto é, se constitui em oposição e em contraste com o que é tido como feio ou mesmo comum.

Como dito, a boa forma de sua silhueta funciona como valor de exposição. Tal valor, que convida ao deleite pelo olhar, parece funcionar segundo certa

¹³ <http://wp.clicrbs.com.br/blogerlerina/2014/10/23/menina-eva/?topo=13,1,1,,13> Acesso em:

¹⁴ maio 2020.

economia do sagrado, na qual Agamben inscreve a indústria pornográfica e a indústria dos museus de arte, pois ambas funcionam segundo o imperativo fetichista do “olhe, mas não toque”. A conversão do valor de exposição em valor de troca se daria justamente pela interdição ao toque, à profanação, ao uso comum. Neste aspecto específico, cabe uma retificação à justa crítica feminista que percebe no padrão de beleza do corpo feminino, difundido pelas mídias, uma dominação do sujeito (de desejo) masculino sobre o corpo da mulher enquanto puro objeto. Segundo nossa interpretação, essa dominação de gênero também funciona como uma armadilha para os sujeitos de desejo, pois o que é dado a ver e a desejar não está ao alcance da imensa maioria dos homens ou mulheres, estes se veem restritos à condição de espectadores passivos ou *voyers*.

Considerações Finais

Numa sociedade em que o real da produção é intensivamente evitado e contornado e as coisas “transbordam vida”, o imagético ganha força e importância, o que se relaciona com a tendência para que os sujeitos se constituam sob a modalidade do espetáculo, qualificando a vida como encenação. É assim que vemos as propagandas de tênis trazidas aqui, nas quais o objetivo é o de mostrar, como no anúncio 2, que propõe que o sujeito “mostre aos amigos o seu visual clássico despojado”. Isso também se realiza com o uso da expressão “chamam a atenção” no anúncio 1, que afirma que o produto... “é um tênis repaginado com cores contrastantes e detalhes diferenciados que *chamam a atenção* por onde passam”. O sujeito aqui age como um cenógrafo (SAFATLE, 2010) de si mesmo, propondo uma imagem, um show a ser apreciado pelo outro. Nesse sentido notamos que há uma relação entre o fantasmático do fetichismo e a sociedade do espetáculo através dessa encenação.

A questão da imagem pode também ser vista como crucial para o sujeito na sociedade deste início de século XXI e não apenas enquanto um desejo narcísico. Quando uma empresa contrata um trabalhador, ela leva não apenas a força de trabalho junto, mas o sujeito como “um todo”, e, nesse sentido, para vender a sua força de trabalho, o sujeito pode tentar “encantar as empresas”, como vimos numa das capas de revista. A outra capa analisada, cotejada com o aporte de Bauman, sugere que o sujeito precisa adequar sua imagem e seu trabalho à demanda das empresas, ao propor que o sujeito “seja o líder que as empresas querem”.

Ao discutir o fetichismo contemporâneo, pautado nas imagens que as marcas evocam e veiculam de modo frenético e descartável, chegamos à descartabilidade dos próprios sujeitos, subsumidos nos processos de troca e circulação das imagens fetichistas associadas ao uso de diferentes marcas. Da descartabilidade dos sujeitos, sua configuração como suporte e atualização de discursos imagéticos publicitários, chegamos ao autoempresariamento e à emulação da resiliência nas relações de trabalho. Para o fetiche do “mercado”, do universo do consumo, um correspondente no mundo do trabalho, na “empresa”, e na capacidade de autogerenciamento empreendedor. Desse autogerenciamento de si para o emprego (das qualidades estimadas) pelo outro, chegamos ao trabalho “do corpo”, formando assim um vértice em que incide o espetáculo fetichista das imagens e o autoempresariamento que toma o corpo como espaço-ocasião de investimento e trabalho físico.

Segundo Žižek (2004), vivemos em um tempo em que o veneno e o antídoto são vendidos juntos (chocolate-laxante), ou em que os venenos são neutralizados (café descafeinado). No mesmo sentido, poderíamos dizer que o discurso da crítica ao padrão de beleza magra e da defesa da beleza obesa ou do “seja gordo, seja feliz” incorre na ideologia da neutralização, da amenização. Ou, em um tom mais provocativo, nos termos do discurso católico: a crítica à bela forma padrão visaria a descolar os sujeitos dos excessos do pecado da vaidade e a apaziguar sua culpa, a tolerar seus excessos com relação ao pecado da gula, de tal modo que o discurso da beleza magra e o discurso da obesidade feliz funcionariam de um modo complementar, em retroalimentação¹⁴: os excessos de um engendram a demanda do outro. De qualquer forma, seja no atacado, seja no varejo, a usura do capitalista permanece incólume à crítica.

Referências

AGAMBEN, Giorgio.
(2007). *Profanações*. Tradução e apresentação de
Selvino Assman. São Paulo, Boitempo.

BAUMAN, Zygmunt.
(2008). *Vida para o consumo: a transformação
das pessoas em mercadorias*. Tradução de
Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge
Zahar.

COURTINE, Jean-Jacques.
(2013). Robustez na cultura: mito viril e potência
muscular. In: Alain

CORBIN; Jean-Jacques Courtine; VIGARELLO,
Georges
(Orgs.). *História da Virilidade*. 3. A Virilidade em
crise? Séculos XX-XXI. Tradução de Noéli de

¹⁴ Sem dúvida, o desdobramento da questão do corpo, do trabalho do corpo ou do corpo trabalhado, suscita mais investigações e mais análises, para além do presente artigo. Retomaremos esta problemática em trabalhos subsequentes.

- Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, p. 554.577.
- DEBORD, Guy. (2007[1967]). *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. (2013). *Žižek: um pensador e suas sombras*. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2013/03/apostila-zizek_ebook.pdf. Acesso em 14 maio 2020.
- EAGLETON, Terry. (1997[1991]). *A ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo, Editora da UNESP.
- FIGUEIRA, Hector Luiz Martins. (2021). A formação da categoria “cidadania do consumo” no contexto brasileiro. In: *Revista Interdisciplinar de Direito*. Valença, v. 19, n. 2, p.108-121, jul./dez.,2021
- FINE, Ben. (1988). Fetichismo da mercadoria. In: Tom Bottomore (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. p. 150.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. (2002). *O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Boitempo.
- FOUCAULT, Michel. (2007[1975]). *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. 33. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.
- KEHL, Maria Rita. (2011). Ora, direis, gozar com carros. *Outras Mídias*. Maio de 2011. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/ora-direis-gozar-carros/>. Acesso em: 14 maio 2020.
- MAD MEN. (2007). Direção: Matthew Weiner. Produção: Lionsgate Television. Estados Unidos da América: Lionsgate Television. DVD.
- MARX, Karl (2002[1867]). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. Vol 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2011[1857]). *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (1993[1846]). *A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec.
- MATRIX. (1999). Direção: Lana Wachowski; Lilly Wachowski. Produção: Warner Bros. Estados Unidos da América: Warner Bros. DVD.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. (1993[1975]). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Françoise Gadet; Tony Hak (orgs.). *Por Uma Análise Automática do Discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani... [et al.]. 2. ed. Campinas: Ed Unicamp, p. 159-249.
- PESCHANSKI, João Alexandre. (2013). *Chomsky vs. Žižek*. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/29/chomsky-vs-zizek/>. Acesso em: 14 maio 2020.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996). *O Desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34.
- SAFATLE, Vladimir. (2010). *Fetichismo: colonizar o outro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TFOUNI, F. E. V. (2014). O fetichismo da mercadoria em Slogans e Propagandas. In: *Rev. Comun. Midiática* (online), Bauru/Sp, v.9, n.2, mai./ago. 2014. p. 12-28.
- (2003). Memória e Fetichização da mercadoria. In: *Rev. Organon*. Porto Alegre, v. 17, n. 53.

ŽIŽEK Slavoj.

(2012). *Vivendo no fim dos tempos*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo.

(2011). *Em defesa das causas perdidas*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo.

(2004). *A paixão na era da crença descafeinada*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1403200408.htm>. Acesso em: 14 maio 2020.

(2003) A Realidade Do Virtual – Slavoj Zizek – Legendado. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M4HdqlwVDpk&t=2s>. Acesso em 27 ago 2014.

Recebido em
junho de 2020

Aprovado em
abril de 2023